

I FORUM MARVÃO

ACTAS

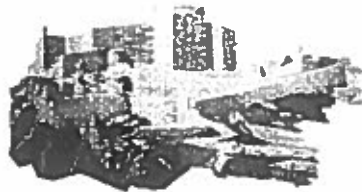
Património, turismo e despovoamento /
descaracterização dos centros históricos

(Coordenação de Domingos Bucho)



Município de Marvão
2005





ACTAS

I FORUM MARVÃO

Encontros Internacionais do Património, do Turismo e da Animação

(26 e 27 de Outubro de 2002)

Tema: Património, turismo e despovoamento/descaracterização dos centros históricos

Coordenação de Domingos Bucho

Município de Marvão

2005

FICHAS TÉCNICAS

FORUM

TEMA

Património, turismo e despovoamento/descaracterização dos centros históricos

LOCAL E DATA

Marvão, 26 e 27 de Outubro de 2002

ORGANIZAÇÃO

Câmara Municipal de Marvão – Comissão Técnico-científica da Candidatura de Marvão a Património Mundial

Escola Superior de Educação do I. P. de Portalegre / Coordenação do Curso de Turismo e Termalismo

COORDENAÇÃO

Prof. Doutor Domingos Bucho (IPP)

ORADORES DA SESSÃO DE ABERTURA

Prof. Doutor Domingos Bucho

Dr. Manuel Bugalho

Prof. Doutor Nuno Santos Pinheiro

Dr. José Manuel Amaral Lopes

MODERADORES

Prof. Doutor Antonio Campesino

Prof. Doutor António Ventura

Prof. Doutor Luís Boavida-Portugal

COMUNICANTES

Prof. Doutor Jorge Gaspar

Prof. Doutor Domingos Bucho

Prof. Doutor Francisco Javier Pizarro Gomez

Prof. Doutor Antonio Campesino

Mestre Ana Paula Amendoeira

Prof. Doutor Miguel Ángel Troitiño Vinuesa

Arq. Nuno Teotónio Pereira

Arq. Alexandra Gesta

Mestre Ana Maria Ferreira

Mestre Telmo Faria

CONCLUSÕES

Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

PATROCÍNIO

PORA – Programa Operacional da Região Alentejo

APOIOS

Ministério da Cultura
Manufactura de Tapeçarias de Portalegre
Caixa Geral de Depósitos
Cafés Delta
Vitalis
Adega Cooperativa de Portalegre
Centro Cultural de Marvão
Região de Turismo de São Mamede

SECRETARIADO

Dr.ª Catarina Bucho | Dr.ª Catarina Dias

APOIO À REALIZAÇÃO DO FORUM

Alunos do Curso de Turismo e Termalismo da ESEP | Coordenação do Curso
CRAP – Centro de Produção Audiovisual da ESEP

ACTAS

ORGANIZAÇÃO, PAGINAÇÃO E REVISÃO

Prof. Doutor Domingos Bucho | Dr.ª Catarina Dias

EDIÇÃO

Município de Marvão

CAPA

Raul Ladeira

IMPRESSÃO

Gráfica Guedelha, Lda

NÚMERO DE EXEMPLARES

500

DATA DA EDIÇÃO

2005

DEPÓSITO LEGAL 232087/05

ISBN

972-97626-4-3

ÍNDICE

PRÓLOGO.....	9
Manuel Bugalho (Presidente da Câmara Municipal de Marvão)	
DISCURSO DE ABERTURA.....	11
Domingos Bucho (Coordenador do I Forum Marvão – Instituto Politécnico de Portalegre)	
COMUNICAÇÕES.....	17
HERANÇA, PATRIMÓNIO E TURISMO.....	19
Jorge Gaspar (Universidade de Lisboa)	
MARVÃO: UMA HISTÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA E UMA ESTRATÉGIA PARA O FUTURO.....	29
Domingos Bucho (Instituto Politécnico de Portalegre)	
CENTROS HISTÓRICOS ABALUARTADOS DE EXTREMADURA. LA IMAGEN DE LA MEMORIA URBANA RAYANA. A TRAVÉS DE LOS PLANOS.....	69
Antonio-José Campesino Fernández (Universidad de Extremadura)	
CUENCA PATRIMONIO CULTURAL DE LA HUMANIDAD: OPORTUNIDADES Y DESAFÍOS.....	83
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Universidad Complutense de Madrid)	
CENTROS HISTÓRICOS E CIDADE CONSOLIDADA – PARA UMA VISÃO INTEGRADA	111
Nuno Teolónio Pereira	
SENTIMENTOS NATIVOS.....	119
Alexandra Gesta (Câmara Municipal de Guimarães)	
O TURISMO COMO SUPORTE DA REGENERAÇÃO URBANA. ALGUMAS REFLEXÕES A PROPÓSITO DO CASO DE FARO.....	123
Ana Maria Ferreira (Universidade do Algarve)	
RELAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES DE QUE NÃO FORAM APRESENTADOS TEXTOS ESCRITOS..	149
ESTRATÉGIAS URBANAS EN CONJUNTOS PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD: EL CASO EXTREMEÑO.....	151
Francisco Javier Pizarro Gómez (Universidad de Extremadura)	
A EXPERIÊNCIA DE RECUPERAÇÃO EM MONSARAZ. OBSTÁCULOS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS.....	152
Ana Paula Amendoeira (Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz)	
A DESERTIFICAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS.....	153
Telmo Faria (Câmara Municipal de Óbidos)	
CONCLUSÕES.....	155
Virgolino Jorge (Universidade de Évora)	
ANEXO.....	161
RELAÇÃO DE PARTICIPANTES.....	163

PRÓLOGO

A Candidatura de Marvão a Património Mundial, inicialmente fundamentada na opinião unânime, quer nacional, quer internacional, sobre o valor do nosso património e da sua beleza envolvente, impôs, à medida que a mesma se desenvolvia, várias exigências.

Desde logo, foi necessário aprofundar as origens e a riqueza do património a até compará-lo com outros bens de igual natureza para concluir da singularidade que a vila de Marvão, no seu conjunto, apresenta e na qual suportámos toda a valia técnica da nossa candidatura.

É notável o conjunto de documentos produzidos pela Comissão Técnico-científica da Candidatura que dão nota da riqueza do património de Marvão, da sua importância histórica, do seu valor cultural e, como já referimos, da sua inegável singularidade. Para além da *Proposta de Candidatura*, foi elaborado o *Estudo Comparativo entre a Fortaleza de Marvão e as suas Congéneres Peninsulares*, o *Plano de Gestão Integrada*, o *Plano de Pormenor, Salvaguarda e Valorização* e várias edições de divulgação, entre as quais é justo salientar o livro *Marvão Palavras e Olhares*.

Exigência também é a necessidade de valorizar e preservar bens com estas características e, sobretudo, quando são classificados pela UNESCO, existindo, assim, a obrigatoriedade e a imposição de os salvar de todas as agressões, qualquer que seja a sua natureza.

O *Plano de Gestão Integrada* para a Vila de Marvão aponta algumas orientações neste sentido. Foi assim que nasceu a ideia de realizar um grande *Forum*, sobre Património, Turismo e Animação, que fosse de encontro à necessidade de definir, mais claramente e com uma participação alargada, as melhores práticas para conciliar o valor do património com a necessidade de o mesmo poder ser usufruído por todos quantos já nos visitam e por todos aqueles que aqui virão pelo desenvolvimento turístico que a classificação representará.

Com a primeira edição do *Forum* Marvão pretendemos criar um espaço de reflexão, onde as problemáticas dos centros históricos sejam debatidas ao mais alto nível. É, pois, necessário continuar a apostar neste tipo de encontros que permitam, de uma forma muito enriquecedora, contribuir para o desenvolvimento de novas ideias e novos projectos para os centros históricos, através da troca de experiências e de saberes.

Os trabalhos agora publicados, todos eles de autores altamente qualificados, são, pela profundidade com que foram tratados os diversos assuntos, uma fonte inesgotável de conhecimentos e propostas para conseguir os objectivos que o *Forum* se propunha.

A Câmara Municipal está grata ao Prof. Doutor Jorge Gaspar, ao Prof. Doutor Domingos Bucho, ao Prof. Doutor Antonio Campesino, ao Prof. Doutor Miguel Ángel Troitiño Vinuesa, ao Arq. Nuno Teotónio Pereira, à Arq. Alexandra Gesta, à Mestre Ana Maria Ferreira, ao Prof. Doutor Francisco Pizarro Gómez, à Mestre Ana Paula Amendoeira, ao Mestre Telmo Faria, ao Prof. Doutor Luís Boavida-Portugal, ao Prof. Doutor António Ventura e ao Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pelo contributo que nos proporcionaram, tão importante para garantir a preservação do património de Marvão e a possibilidade do mesmo poder ser usufruído por todos da melhor forma.

Manuel Carrilho Bugalho (Presidente da Câmara Municipal de Marvão)

DISCURSO DE ABERTURA

Ex. Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura

Ex. Sr. Governador Civil

Ex. Sr. Presidente da Câmara

Ex. Sr. Director do *Forum* UNESCO

Ex. Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre

Ex. Sr. Presidente do Conselho Directivo da ESEP

Ex. Sr. Presidente da Região de Turismo do Norte Alentejano

Minhas senhoras e meus senhores

Podemos considerar que Marvão e Lisboa apresentam os extremos de uma variada e complexa tipologia de centros históricos (c. h.).

Lisboa, no litoral desenvolvido, persistentemente macrocéfala, para onde o interior se vê obrigado a migrar à procura de empregos, com uma enorme periferia que deixou o c. h. devoluto, terciarizado, envelhecido e inseguro. As freguesias de Madalena, São Nicolau, Mártires e Socorro, são as mais desabitadas do país, qualquer delas com mais de 40% de fogos devolutos, numa Lisboa que, globalmente, apresenta muitas dezenas de milhar de fogos nestas condições e cerca de 1400 edifícios arruinados.

Entre os dois últimos censos, a população portuguesa cresceu abaixo dos 5%, mas a periferia da capital continuou a estender-se, satisfazendo os *lobbies* do betão, malbaratando o precioso solo, esbanjando em infra-estruturas, dando origem a uma realidade urbana dispersa, sem coerência, dificilmente enquadrável no conceito de cidade. Ao mesmo tempo, o centro perdia 56000 residentes com menos de 24 anos. Definitivamente, Lisboa já não é a “menina e moça” da canção. Ficam os velhos, degrada-se o ambiente social, o Rossio, sala de visitas da Lisboa diurna, é dos lugares mais perigosos da Lisboa que fica depois das lojas fecharem.

Marvão, no outro extremo – “do outro lado do mundo” -, no interior persistentemente esquecido – apesar das promessas políticas -, sobrevivendo há mais de 1000 anos, com uma escassa população de 185 habitantes intramuros que equilibra as suas casas no topo de um rochedo e as suas vidas à sombra da Câmara Municipal e de serviços públicos e privados aqui instalados. Em contraste com Lisboa, Marvão nem chega a ser c. h., porque para haver centro é necessário haver periferia, que é coisa que aqui não existe; aqui não há centro: tudo é histórico, até a sobrevivência.

Entre estes dois extremos, existem dezenas de outros c. h. com características, condicionantes e dinâmicas as mais diversas, porém, com um denominador comum, o despovoamento, seja qual for a situação geográfica, o grau de desenvolvimento económico, a dimensão das periferias, o fluxo de turistas que recebe, a importância política no contexto regional ou nacional.

Se assim é, se o despovoamento não depende, de forma decisiva, destas variáveis, digamos, mais extrínsecas, então, somos levados a pensar que a procura de soluções se deverá concentrar, prioritariamente, na própria realidade intrínseca dos c. h. De facto, existe, por vezes, um grande desfasamento entre as suas características arquitectónicas - que correspondiam às necessidades sociais e funcionais de há centenas de anos – e o mundo actual, com graus de exigência e de sofisticação completamente diferentes.

Então, para que as pessoas voltassem a morar nos c. h., haveria que transformá-los para os adaptar às necessidades de espaço, de comodidade, de acesso, de serviços, de que o Homem de hoje não prescinde. A consequência dessa adaptação seria, em grande parte dos casos – sobretudo nos c. h. classificados -, o desaparecimento dos próprios c. h. com as características que hoje lhes atribuímos.

Com alterações profundas, desapareceriam também os turistas, que são atraídos exactamente por esse prospecto vernáculo, pitoresco, outras vezes áulico, sempre romântico, mas nada prático para quem vive todos os dias

nesses lugares. Desaparecendo o turismo, perdia-se aquele que é, em muitas situações – para Marvão, por exemplo -, a única tábua de salvação para a revitalização socioeconómica.

Como sabemos, os c. h. sofreram, ou beneficiaram, de uma reabilitação constante ao longo da história (a Paris, do tempo de Haussmann e de Napoleão III, foi um dos casos mais radicais), até que, quatro séculos depois de se inventar o conceito de monumento histórico - no *Quattrocento* -, Ruskin, em Inglaterra, inventa o conceito de património urbano. Por sua vez em Itália, Gustavo Giovannoni (1873-1947) introduz o conceito de ambiente urbano, opondo-se ao isolamento dos monumentos, e influencia os princípios gerais da Carta do Restauro do seu país e da Carta de Atenas (1931).

Mas não tenhamos ilusões: se Marvão chegou assim aos nossos dias, em que mais de 68% dos edifícios apresentam elementos decorativos ou estruturais datáveis, estilisticamente, até ao séc. XVIII, não foi por uma questão de filosofia, mas, sobretudo, porque Marvão, até hoje, apenas sobreviveu, não acumulando excedentes que lhe permitissem vestir-se de outras roupagens.

Outro fenómeno interessante neste complexo é o da chamada “descaracterização”. É geralmente identificado em consequência de alterações arquitectónicas ou funcionais, nomeadamente quando as actividades terciárias invadem e uniformizam os c. h.; mas pergunto aos mais ortodoxos: como se podem manter as características de Marvão, por exemplo, se há cerca de dois séculos ainda era, quase só, um quartel e um presídio no topo de uma enorme crista, com falta de tudo, inclusive da vontade de aqui se viver? Que características arquitectónicas e funcionais se pretendem manter desses tempos para que a vila se não descaracterize? Transformamo-la num faz-de-conta, com figurantes/funcionários, que à noite fecha as suas portas como qualquer museu?

Pois o problema é exactamente este: como conjugar a preservação dessa fabulosa espessura da história cristalizada em lugares como este, com a incontornável crueza da realidade dos nossos dias: prática, materialista,

concorrencial, onde só se justifica o que dá lucro; parece termos entrado no célebre paradigma, dito romano, de que “tudo o que é belo tem que ser útil”, afastando-nos, cada vez mais, do seu inverso, dito grego, de que “tudo o que é útil tem que ser belo”.

Tentando resumir e passando uma caricatura de Marvão:

- Se interviermos, apenas conservando e restaurando, mantendo materiais, técnicas de construção, compartimentação interior, etc., dificilmente arranjaríamos fundos para tal, materiais adequados, técnicos para o restauro e para a conservação e, finalmente, pessoas para aqui morarem. A quase 900 m de altitude, com fortes amplitudes térmicas, o problema do isolamento face ao ambiente, por vezes muito hostil, é de crucial importância: no Inverno, o vento sopra de tal ordem que levanta os telhados de telha mourisca; as janelas, de madeira, no Inverno não se abrem, porque incham, no Verão ficam enormes físgas, porque se contraem, e já não vai havendo técnicos para as consertar (e havendo, os custos são avultados); físgas por onde entram as rapas que, aos milhões, invadem a vila duas vezes por ano, chegando a provocar o encerramento dos museus; insectos que não devem ser alvo de desinfestação química porque, segundo o Parque Natural, alteraria o equilíbrio ecológico.

- Pergunto: as pessoas têm que viver assim por quê? Estarão a cumprir pena porque descendem dos antigos soldados e homiziados que para aqui se desterravam? Farão parte, como figurantes, de alguma encenação permanente de história ao vivo? Acaso recebem alguma comissão sobre os lucros do turismo?

- Lembro que a Carta de Toledo (1986) ou de Washington (1987) aconselha uma “adaptação harmoniosa à vida actual”, sem “intervenções (...) dogmáticas”, prevendo-se “diferentes graus de salvaguarda, desde uma protecção especial até à necessidade de demolições”, defendendo que “salvaguarda é, sempre, melhorar as condições de vida das populações”.

- Também a Carta de Cracóvia (2000) defende que “os instrumentos e métodos desenvolvidos para uma correcta preservação devem ser adequados à actual situação de mudança, sujeita a um processo de evolução contínua (...) conjugando as questões do património com os aspectos económicos e sociais”.
- Resumindo, não podemos ver em cada casinha de um c. h. como Marvão, um monumento a preservar com todo o fundamentalismo: vivem lá pessoas com os mesmos direitos à comodidade que os turistas que passam na rua. Uma conservação total só se justifica para um conjunto limitado de exemplos que se musealizem para visita turística, sendo propriedade pública.
- Mas também é verdade, como já dissemos, que se formos longe de mais na reabilitação dos c. h., podemos descaracterizá-los ao ponto de desinteressar o turismo, e sem esta actividade, muitos deles, como Marvão, estiolam. Urge, então, definir com clareza e com a participação dos habitantes – conselho que é dado em todas as cartas internacionais e que aqui praticamos -, quais os valores a preservar, para que as populações os assumam e para que a filosofia de intervenção não seja tão casuística como é actualmente, levando a exemplos, no mínimo, incompreensíveis e caricatos. A urgência da definição destes valores, de que emerge aquilo a que chamamos autenticidade, está claramente expressa no Documento de NARA (Japão) de 1994.
- Por seu turno, as actividades terciárias induzidas pelo turismo, revitalizam, de facto, o tecido económico e social, mas têm o seu quê de perverso, podendo igualizar os c. h., inflacionar preços, gerar despovoamento e degradar a qualidade de vida dos moradores que ficam. Neste caso, logo se dirá que se está descaracterizando, plastificando, etc.

Que problema complexo constitui a gestão destes espaços, e principalmente dos classificados. Mas é exactamente por isso que aqui estamos, tentando inter-relacionar o património, o turismo e os fenómenos do despovoamento e da descaracterização, dando o nosso contributo para um tema candente e da máxima actualidade. Veja-se a verdadeira tentativa de “reconquista” da “terra queimada”, da “terra de ninguém” deixada pela expansão insensata das periferias, que se está a mover actualmente em Portugal, nomeadamente em Lisboa e no Porto, para citar apenas os exemplos mais mediáticos.

É tempo de rejeitarmos, para os c. h. classificados, as filosofias e políticas suicidas da conservação pela conservação. Não propondo uma solução fácil, que seria a instalação de um casino em cada c. h. – passo a piada -, havemos de encontrar soluções equilibradas que não dêem azo àquele desabafo de um marvanense, há um ano atrás, a um jornalista:

“Deviam era pôr as portas, fechá-las à chave, e quem quisesse entrar teria de pagar, mas a nós, para cá morarmos”.

Que este I *FORUM MARVÃO* contribua, cientificamente, para a solução realista desta problemática. Um problema que temos entre mãos, aqui em Marvão, razão que motivou este evento, e ainda mais, com as responsabilidades acrescidas por esta vila constar na Lista Indicativa a Património Mundial.

É por isso que, em nome das duas instituições organizadoras, desde já agradeço a participação de todos, em especial, às senhoras e senhores oradores e moderadores, sendo justo particularizar o contributo do Professor Antonio Campesino, da *Universidad de Extremadura*, a quem ficamos devendo a participação de tão importante grupo de especialistas de Espanha.

Esperando a vossa compreensão e benevolência por alguma coisa que não corra como desejaríamos, o meu muito obrigado.

Domingos Bucho (Coordenador do I *Forum Marvão*)

COMUNICAÇÕES

HERANÇA, PATRIMÓNIO E TURISMO

Jorge Gaspar

(Universidade de Lisboa)

Resumo

Após uma breve discussão em torno dos conceitos de herança e de património e da sua evolução nas sociedades ocidentais, é focado o fenómeno do desenvolvimento da actividade turística e da articulação com as valorizações do património histórico edificado.

Analisa-se depois a questão da sustentabilidade económica, social e cultural das reabilitações do património urbano e arquitectónico, na sua relação com o turismo, nas áreas urbanas e nas áreas rurais. Neste contexto, é abordado o processo de “aproximação” de algumas cidades ao fenómeno do “parque temático”.

Por último, são apresentados dois exemplos contrastados de abordagens integradas do binómio património/turismo, em duas regiões do Mediterrâneo, de que eventualmente se poderão retirar algumas orientações para o caso português.

1. Em torno dos conceitos

Património e herança são originalmente sinónimos. Património significa o que se herda pela via paterna ou dos pais, passando a ser assimilado a tudo o que se possui, herdado ou adquirido, e que passa a constituir o património, de cada um, de uma empresa, de um município, de um país (o “Património do Estado”, que pode diferir do que se chama o “património nacional”, que é mais assimilado ao conjunto de recursos de que dispõe um país).

No sentido original coincidem os dicionários dos países onde o termo património¹ é utilizado, bem exemplificado no *Dictionnaire de la langue française*, de E. Littré “Bien d'héritage qui descend suivant les lois, des pères et des mères aux enfants” (citado por Choay, 1992, p. 9). De facto poderá ser por

¹ No *Diccionario de Lengua Española da Real Academia Española*, “Hacienda que una persona há heredado de sus ascendients”; no *Diccionario da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa*: “1. Conjunto dos bens de família. 2. Conjunto dos bens próprios, herdados ou adquiridos.”. No *Concise Oxford Dictionary*: “Patrimony, Property inherited from one's father or ancestors, heritage”.

via patrilinear ou matrilinear. A raiz é a mesma de *Pátrio/Pátria* ou de *Mátria/Mátrio*; por isso só porque foi numa sociedade patriarcal que “inventámos” o “património”, não temos mais divulgado, e mais polissémico, o termo matrimónio.²

Françoise Choay no seu incontornável livro *L'Allégorie du Patrimoine*, elucida-nos sobre todos as confusões que a translação do significado do termo património tem originado, mesmo quando “Requalificado por diversos adjectivos (genético, natural, histórico...) que o tornam um conceito «nómada»...”

Mostrando-nos a evolução dos conceitos, das práticas, dos usos e consumos, das *Antiguidades Nacionais* até à *Invenção do Património Urbano*, F. Choay, chama-nos a atenção para os “efeitos perversos” que podem decorrer da hiperbolização do património histórico: “Portanto, o património histórico edificado, não cessa de se enriquecer com novos tesouros, que não cessam de ser mais valorizados e explorados. A indústria patrimonial, enxertada nas práticas de vocação religiosa e democrática não lucrativa, foi lançada primeiro com recursos a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. Ela representa hoje, directa ou indirectamente, uma parte crescente no orçamento e no rendimento das nações. Para muitos Estados, regiões, municípios, significa a sobrevivência e o futuro económico. Por isso mesmo a valorização do património histórico é um desígnio importante.

Mas ter-se-á compreendido, que esse desígnio é portador de efeitos secundários e frequentemente perversos. O condicionamento que sofre o património histórico urbano tendo em vista o seu consumo cultural, bem como

² Se a expressão *mátria* é mais conhecida pelo livro com esse título da poetisa contemporânea Natália Correia, já *mátrio*, remonta ao Padre António Vieira, do século XVII. De resto, ainda estão em uso expressões como “bens patrimoniais” e “bens matrimoniais”, embora com sentidos distintos. A. Y. Casal, a partir da obra de E. Benveniste sobre o vocabulário das instituições indo-europeias, elabora uma explicação: “Segundo E. Benveniste (1969) o termo património está composto do adjectivo «patrius» e do derivativo «monium». O adjectivo «patrius» tem a singularidade de não admitir o seu correlativo «matrius». A correlação existe apenas entre os adjectivos «paternus» e «maternus», mas o seu significado já é diferente. «Patrius» é um adjectivo classificatório e conceptual, «paternus» é descritivo, pessoal e biológico. «Patrius» refere-se unicamente ao mundo social do pai, ficando excluída a correlação com o mundo da mãe. Esta falta de correlação é motivada pela situação legal da mãe. No direito romano não existe nenhuma instituição social que derive do adjectivo «matrius». Este adjectivo, pura e simplesmente, não existe. O poder, a autoridade e o direito são exclusivamente «pátrios»” (Casal, 1999).

o seu investimento pelo mercado imobiliário de prestígio, tendem a excluir as populações locais ou não privilegiadas e, com ela, as actividades tradicionais e modestamente quotidianas”(Choay, 1992).

Ora, sendo património uma *herança*, deverá ser perspectivado pelos indivíduos, pelas famílias, pelas comunidades, por um país, pela Humanidade, como algo de dinâmico, que se recebe e que se transmite. Mas será *apoucar* transmitir apenas o que se recebeu, sem lhe incluir algo que representa o novo *legado*. Claro que pior é *delapidar* a herança, deixar um património que vale menos... Assim tem sido ao longo dos tempos.

Uma herança pode pois ser utilizada para valorizar o património e não apenas para o preservar, intacto, pois neste caso é muito provável que se desvalorize.

O turismo é o herdeiro da viagem, inicialmente, corresponde ao gosto pelas viagens, que se vai transformar numa actividade económica organizada, com várias vertentes.

O turista era aquele viajante que fazia o *tour*, implicitamente um percurso circular, com regresso ao ponto de partida.

*Kennst du das Land, wo die Zitronen blühen,
Im dunkeln Laub die Goldrangen glühen,
Ein sanfter Wind vom blauen Himmel weht,
Die Myrte still und hoch dir Lorbeer steht,
Kennst du es wohl?*

Dahin ! Dahin

Möcht ich mit dir, o mein Geliebter, ziehn

*Conheces o país onde floresce o limoeiro?
Por entre a rama escura ardem laranjas de ouro,
Do céu azul sopra um arzinho ligeiro,
Eis se ergue a murta calma, olha o altivo louro!
Conheces?*

Partir! Partir

Pra lá contigo, Amado! Oh! Quem me dera ir

Mignon, J. W. Goethe, Trad. P. Quintela

*Will mich unter Hirten mischen,
An Oasen mich erfrischen,
Wenn mit Karawanen wandle
Schal, Kaffee und Moschus handle;
Jeden Pfad will ich betreten
Von der Wüste zu den Städten.*

*Vou misturar-me aos pastores,
Dessedentar-me em oásis,
Ao andar co'as caravanas,
Vender chalés, café e almiscar;
Palmilharei cada atalho
Desde o deserto às cidades*

Hegira, J. W. Goethe, Trad. P. Quintela

A boa educação burguesa a partir do século XVIII contemplava para os mancebos, um *grand tour*, pela Europa, com visita obrigatória à Itália e que depois se estendeu ao espaço do Império Otomano: Grécia, Lugares Santos, Síria, Mesopotâmia, Egipto... além das maravilhas naturais da montanha Alpina... prolongando-se ainda, com o caminho de ferro, a Espanha (Madrid, Cordoba, Sevilha...). Bem vistas as coisas, temos nesta lista o que são ainda hoje os principais destinos turísticos – haverá que juntar apenas as grandes cidades, que só com a “conquista” do saneamento e com a construção dos grandes museus (um conceito contemporâneo, que já não corresponde ao sentido original: *o templo das musas*) passam a ser destinos turísticos maiores.

O turismo no seu sentido inicial implica atitudes da procura do outro, no tempo e no espaço. Assim, a viagem, consoante o espírito do tempo e o destino geográfico, tanto podia significar a procura da modernidade como a procura das antiguidades – e estes são conceitos-chave. Viaja-se a Paris, mais tarde a Nova Iorque, na busca da Modernidade, a Roma ou ao Egipto, na procura da Antiguidade.

Mais tarde, por impulso dos viajantes/exploradores – que são sempre os percursores dos turistas, procura-se o *exótico*: o Oriente, o Pacífico, África... Em todo este movimento desenvolve-se um processo de identificação – por aproximação ou por oposição, com consequências na valorização de diferentes tipos de heranças, de patrimónios: monumentos, conjuntos urbanos, natureza, paisagens, ambientes, tradição.

A urbanização, a globalização e o acesso das massas a todo o tipo de consumo, fazem do turismo, por um lado, um conjunto de práticas de consumo do tempo livre e, por outro lado, uma busca contínua da identidade perdida.

As novas formas de urbanismo (do modo de viver urbano), correlativas do declínio da cidade (enquanto espaço de vida e de identificação cultural) acentuaram essa necessidade de procura. É aqui que o património – já só vagamente associado ao sentido original – adquire importância superlativa, enquanto produto de consumo de massas. É aqui que se dá de novo uma re-

invenção do produto, que atinge o seu clímax no conceito de parque temático, iniciado com o *Mundo Disney* e hoje já desmultiplicado em muitas outras ofertas.

Também a cidade *tradicional* – a que nos foi *transmitida... a herdada*, vai responder a esse desafio, oferecendo nas novas formas a faculdade de encontro com a *identidade perdida* – a cidade, notavelmente aclamada *cidade-histórica/ou cidade-património*, transforma-se em *cidade-parque-temático*.

2. A sustentabilidade do modelo património/turismo

Valorizar o património histórico/cultural, assim como o património natural, não significa apenas conservá-lo e mantê-lo. Estas são apenas as medidas necessárias para que essa herança se mantenha. Valorizar significa desde logo um conjunto de intervenções que permitam a sua transmissão, enquanto herança das gerações vindouras, o que implica antes de mais a criação de condições para que esse património se enquadre num sistema económico/social e cultural, enraizado num território, vivo. É a vivificação deste sistema que permite a valorização: enquanto valor de uso, enquanto valor de estimação, enquanto valor de identidade.



O Mundo Disney criou o Parque Temático, em que a cidade é um tema.

I FORUM MARVÃO



Praga – a explosão turística gerou a “tematização” da cidade.



Aigues-Mortes – muitas pequenas cidades históricas são “museificadas” e “tematizadas”.



Kazimierz – o antigo ghetto de Cracovia entrou num processo de “tematização”.

Para já não falar nos numerosos casos de museificação de vilas, lugares, cidades ou na sua tematização (transformação em autênticos parques temáticos – em que o tema é a alegoria do próprio património, em muitos casos da cidade do passado), muitos casos de sucesso, com “reabilitações” de sucesso, ancorando um importante movimento de turistas, acabam por ser “coisas” desenquadradas do território e do tempo. Muitas das movimentadas (no Verão, nos fins-de-semana) vilas históricas e cidades históricas, acabam

I FORUM MARVÃO

por se transformar em autênticos parques temáticos: em que o tema é o património histórico, ocupado por lojas e figurantes (na realidade, os turistas, os visitantes, que se arrastam, observando-se uns aos outros...) – quando acaba o fim-de-semana ou a estação turística, fecham-se as tendas, “fecha-se” o património e regressam à normalidade da vida: os turistas e os outros; até ao próximo fim-de-semana, até ao próximo ano.

Este modelo é insustentável e facilmente consumido. Resulta fundamentalmente de uma moda, de um tipo de consumo de tempo livre que o automóvel não só facilitou, como impulsionou.



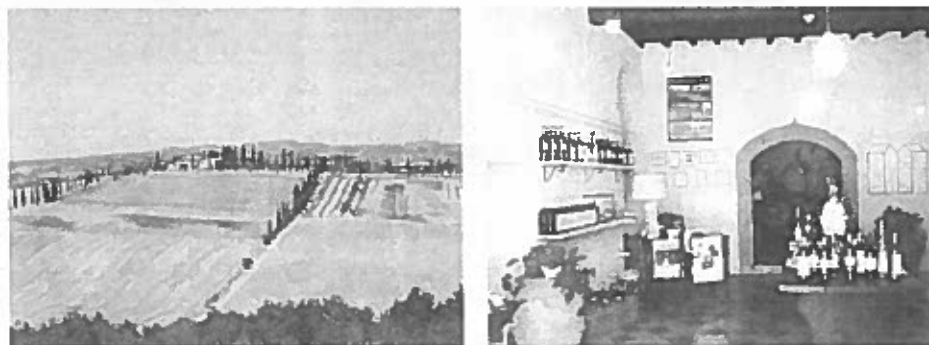
Na Córsega, como nalgumas regiões portuguesas, assiste-se à “fossilização” das paisagens, o que é também uma destruição do património.

O modelo de valorização do património para ser sustentável, precisa de um enquadramento no desenvolvimento económico e social, configurando muitas vezes novas atitudes culturais.

O património urbanístico, arquitectónico e natural pode ser o fulcro, o ponto de partida, o pretexto, ou o eixo cultural, mas é necessário que à sua valorização corresponda uma valorização patrimonial (valor patrimonial) conivente, sustentável: sabemos nós o que vai ser dentro de 30, talvez 20, ou mesmo 10 anos, de muitas das edificações que andamos hoje a reparar ou a reconstruir, por vezes sem um uso bem definido ou até para habitação temporária ou para um uso que resulta tão só de uma tipificação conjuntural, resultado de modas ou apenas da elegibilidade no acesso a apoios financeiros públicos?

I FORUM MARVÃO

Caberá aqui, em grande medida, o que Alain Bourdin, no seu *Le Patrimoine Réinventé*, chamou "A ocupação provisória": a instalação que se sabe não muito duradoura de várias modas de ocupação: comércio, escritórios, habitação. A instalação num bairro histórico recuperado não é senão uma etapa no percurso de uma vida. Segundo este autor, estes comportamentos pertencem mais a estudantes e a jovens adultos, mas não só. Este modo de ocupação pressupõe uma "reabilitação *orgânica* e muito teatral...com "...ruas pedonais, imóveis históricos, praças bem arranjadas, fachadas rebocadas, vigas e chaminés à vista nas lojas. Com efeito, supõe um forte consumo de signos e imagens, já se comparou às férias, mas também poderíamos falar de uma sessão de cinema." E a propósito, conclui Bourdin: "Ao contrário de qualquer atitude patrimonial, esta ocupação faz apelo ao consumo do espaço e das suas significações, dissociado de qualquer sentido de gestão" (165-166).



Em Itália, nomeadamente na Toscana, tem-se sabido combinar o turismo, o desenvolvimento e o bom ordenamento do território.

Por isso eu digo, o que se tem feito pela melhoria da qualidade e da competitividade da agricultura local, no interior (o azeite, o queijo...), é mais decisivo para a sustentabilidade do modelo de património recuperado *versus* turismo, que as acções isoladas neste domínio, por muito bem feitas que sejam.

É a fixação de actividades produtivas e de uma população activa e enraizada no território, que vai, ao longo do tempo, dar valor às heranças.

I FORUM MARVÃO

E o turismo? É outro instrumento de valorização, que deve ser integrado no processo de desenvolvimento. Poderá ser mesmo o que tem maior peso no emprego e na economia, mas nunca poderá ser o único.

O turismo para ter verdadeiro sucesso deve ser um ganho marginal em relação ao sistema económico local: os equipamentos de cultura, de lazer, de saúde, e em certa medida os de hotelaria, só servindo a população do País, da Região, do Município, poderão ser interessantes para a oferta turística.

Por isso, nas áreas rurais, é impensável um desenvolvimento turístico, económico e socialmente sustentável, se não estiver apoiado num sistema agro-pecuário saudável. Isto não significa que num processo de recuperação não se aproveite o impulso da actividade turística, para renovar, vitalizar as actividades agro-pecuárias: orientados para as produções de elevada qualidade e que ao mesmo tempo permitam a revitalização das paisagens.



Bibliografia

Bourdin, Alain (1984) *Le Patrimoine Réinventé*, Presses Universitaires de France, Paris.

Choay, Françoise, (1992) *L'Allégorie du Patrimoine*, Éditions du Seuil, Paris.

Casal, A. Y. (1999) "Património e Modernidade", in *Actas do IV Encontro Nacional Museologia e Autarquias* (págs. 57-61), Câmara Municipal de Tondela, 1999.

Benveniste, E. (1969) *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, Éd. Minuit, Paris.

MARVÃO: UMA HISTÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA E UMA ESTRATÉGIA PARA O FUTURO

Domingos Bucho

(Instituto Politécnico de Portalegre)

Resumo

Procura-se compreender a evolução demográfica da vila fortificada de Marvão, desde os seus primórdios aos nossos dias, inventariando referências demográficas dispersas, interpretando-as e comparando-as com os dados contemporâneos. Com o mesmo objectivo, compara-se Marvão com outras povoações fortificadas de fronteira (1ª linha), e este conjunto com o resto do país, na tentativa de exumar variáveis importantes que possam explicar o fenómeno demográfico.

Conclui-se que o valor estratégico militar assumiu importância decisiva como factor potenciador do povoamento medieval e moderno, embora com efeitos contraditórios em período de guerra, pelo colapso económico das regiões envolventes.

Com a obsolescência das fortificações permanentes, em meados do séc. XIX, a interioridade provocou a depressão demográfica e económica destes lugares de fronteira, até que, após a II Guerra Mundial, o turismo e a cultura os vêm descobrindo, criando-lhes a esperança num futuro possível.

A incapacidade dos centros históricos responderem às exigências de habitabilidade dos nossos dias, conjugada com a expansão urbanística desproporcionada e desregrada para as periferias, com a terciarização das funções arquitectónicas dos centros, com a especulação imobiliária e com algum fundamentalismo sobre as possibilidades de intervenção no património construído classificado, conformam o quadro de variáveis que explicam o actual despovoamento.

Finaliza a comunicação com a tentativa de estabelecer uma metodologia adequada para, no caso de Marvão, se poder estancar o despovoamento e conjugar a conservação do património construído com a qualidade de vida e com o desenvolvimento socioeconómico.

Introdução

No último quartel do séc. IX, Marvão constituía um refúgio fortificado, designado, nas crónicas do historiador cordovês Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, por *Amaia de Ibn Maruán* e por *Fortaleza de Amaia*, entre outras designações

semelhantes³. Ibn Maruán (m. c. 889/890) foi um *muladi* (autóctone islamizado), da nobreza de Mérida, que se notabilizou como caudilho rebelde contra o Emirato de Córdova, no referido período.

É perfeitamente aceitável que a fortificação já existisse no período romano, não só pela designação de “Fortaleza de Amaia”⁴, mas também porque não é crível que Ibn Maruán, que vivia com os seus companheiros *sobre o lombo dos cavalos, mudando-se de um lugar para outro*⁵, a tivesse construído. Note-se que não há qualquer referência ao povoamento do lugar nesta época: tratar-se-ia, apenas, de um sítio fortificado que seria utilizado ao sabor das circunstâncias.

No período cristão, Marvão recebe foral em 1226 - um dos primeiros a sul do Tejo -, sendo-lhe afectada, para administração, uma região pouco menor do que a que constitui hoje o Distrito de Portalegre. De povoamento muito difícil, a vila medieval seria constituída, em grande percentagem, pela guarnição e pelo seu couto de homiziados - constituído em 1378, *ataa duzentas pessoas*⁶ -, recebendo privilégios vários, potenciadores do povoamento, em 1407, 1436 e 1497⁷.

Já na Idade Moderna, quando o pároco da igreja de Santa Maria escreve as *Memórias Paroquiais*, em 1758, dá de Marvão uma imagem que, em substância, do ponto de vista demográfico e social, é semelhante à que temos da medieval: designa Marvão como *praça ou presidio*⁸, ou seja, como quartel e prisão, refere que havia naquele ano 46 casas em ruína, ou seja, cerca de um terço dos fogos, e propõe que as portas da fortaleza encerrassem à noite, para que não houvesse fugas e se despovoasse a vila ainda mais.

³ SIDARUS, Adel - “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”. *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, Novembro de 1991, p. 13, citações da obra perdida de Isa Ibn Áhmad ar-Rázi - filho de Áhmad Ibn Muhámmad ar-Rázi, autor da célebre *Crónica do Mouro Rasis*, mandada traduzir para português por D. Dinis -, são feitas na obra de Ibn Hayyán, designada por *al-Ahqtubas*.

⁴ As ruínas da cidade romana de Ammaia encontram-se a cerca de 2 km para sul da base do monte escarpado onde se situa Marvão, nos margens do Rio Sever.

⁵ COELHO, António Borges - *Portugal na Espanha Árabe*, Seara Nova, vol. II, Lisboa, 1972, p. 166.

⁶ MORENO, Humberto Baquero - *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*, Ed. Presença, Lisboa, 1986, p. 105.

⁷ *Idem, ibidem*, pp. 105 e 106.

⁸ MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, - “O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 3, Câmara Municipal de Marvão, Dezembro de 1993, p. 78.

I FORUM MARVÃO

O séc. XIX traz a obsolescência das fortificações permanentes, devida ao extraordinário avanço tecnológico da artilharia; o valor estratégico de Marvão apaga-se, desartilha-se a fortaleza, saem as guarnições e esfuma-se a única razão que justificava a presença humana naquele sítio inóspito. Com o final do século, Marvão chega a perder a sede do concelho, integrando-se no de Castelo de Vide, entre 1895 e 1898.

No princípio do séc. XX, persiste ou acentua-se a imagem duma vila em grande depressão sócioeconómica. Assim, em 1907, no *Manual do Viajante em Portugal*, Marvão é considerada uma “povoação sem importância”⁹, e até nos jornais regionais se pode obter, de Marvão, a imagem duma vila sem esperança:

É sem dúvida um erro grosseiro a impertinência pseudo-patriótica de pretender manter em Marvão, lá no alto inacessível, a sede daquele formoso concelho.

É querer que se escarneça do concelho em geral a leviana loucura de prender à grilheta daquelas ruínas o futuro dum povo que tem direito à sua autonomia.

Por toda a parte a luta pela vida, em todas as freguesias a actividade e o trabalho, lá em cima a paralisação e o desânimo, a miséria e o abandono. Os campos povoam-se, as aldeias progridem, o trabalho despreocupado e alegre imprime por toda a parte a nota do progresso, e lá em cima, como no interior sinistro dum caixão mortuário os vermes consomem os restos do cadáver apodrecido, os teimosos remoem a ideia anacrónica de se agarrarem àquele fatal desespero (...).

A. Magalhães, 1912¹⁰

A situação só se altera no pós II Guerra Mundial quando, sobretudo a partir dos anos Sessenta e Setenta, o turismo e a cultura descobrem Marvão; gente de

⁹ COSTA, L. de Mendonça – *Manual do Viajante em Portugal*, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, Lisboa, 1907, p. 176.

¹⁰ MAGALHÃES, A. - “Marvão”, *O Distrito de Portalegre*, n.ºs 2004/2005, de 13 de Setembro de 1912.

fora começa a comprar os fogos devolutos e arruinados¹¹, a preços irrisórios, transformando-os em habitação de férias.

Paradoxalmente, é esta história de sobrevivência que permite, hoje, a Marvão, candidatar-se a Património Mundial: a vila, como que ficou encasulada no tempo, possuindo um prospecto não muito diferente do que teria no final da Idade Média, resumindo-se no intramuros, com um convento quatrocentista no exterior. O património arquitectónico, vernáculo na sua quase totalidade, endentou-se na crista quartzítica e apresenta hoje, em mais de 60% dos seus edifícios, elementos decorativos que podemos datar, estilisticamente, entre os sécs. XIII e XVI. Constitui, assim, um documento histórico da Humanidade, um exemplo singular, quase de caricatura, do *habitat* humano peninsular do período Árabe ou da Reconquista (sécs. VIII-XV).

Neste contexto, o estudo comparativo de Marvão com as povoações fortificadas de fronteira suas congéneres, procurando relacionar as alterações do estatuto estratégico militar com a evolução urbanística e demográfica, afigura-se-nos de grande interesse científico.

Assim, seleccionamos, como principais objectivos deste estudo, os seguintes:

- Caracterizar, à luz da demografia histórica e actual, a evolução demográfica de Marvão.
- Comparar a evolução demográfica de Marvão com a de outras povoações fortificadas de fronteira, de 1ª linha.
- Relacionar as fortificações e o seu valor estratégico militar com a evolução urbanística e demográfica das suas povoações.
- Contribuir para o enquadramento teórico e prático do problema do despovoamento dos centros históricos.

¹¹ Segundo testemunhos locais, no princípio dos anos Cinquenta levantavam-se telhas e outros materiais de construção de algumas casas da vila para se reutilizarem noutros locais.

1. Referências históricas dispersas, de cariz demográfico, até ao censo de 1864

Informações demográficas objectivas sobre a vila de Marvão são muito escassas, sobretudo porque os dados disponíveis abarcam, quase sempre, a totalidade das suas freguesias (Santa Maria e São Tiago); raramente se referem apenas à vila. Inventariámos, cronologicamente, as referências históricas conhecidas, de cariz demográfico, até 1864, e tentámos caracterizar o percurso populacional até àquela data:

- Como já referimos atrás, no último quartel do séc. IX o sítio era conhecido por *Monte de Amaia*, por *Amaia de Ibn Maruán* e por *Fortaleza de Amaia*, entre outras designações semelhantes, tendo servido de refúgio fortificado e não havendo prova documental de possuir população estabelecida. Aliás, após esta utilização estratégica, *nunca mais se encontrará referência alguma ao sítio nas fontes árabes*¹².
- Em 1226, Marvão recebeu foral de D. Sancho II, do tipo de Évora, que incluía várias regalias potenciadoras do povoamento¹³.
- Em 1361, D. Pedro isentou os moradores de irem servir em *aduas* para o Algarve ou para outro qualquer lugar; também protegeu os *mancebos e servidores de fora* que, fugindo a seus amos, quisessem morar e servir em Marvão¹⁴.
- Como já referimos, em 1378 a vila foi coutada para receber até 200 homiziados.

¹² SIDARUS, Adel – art. cit., *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, Novembro de 1991, pp. 13 ss..

¹³ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Terras de Odiana*, 2ª edição, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, 1988, p. 78.

¹⁴ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 198.

I FORUM MARVÃO

- Em 1397, a vila foi dispensada de apresentar cavalos de combate - porque sofria muitos danos com a guerra -, mas tão só bestas e espadas para defesa da vila¹⁵.
- Nas *Ordenações Afonsinas* (publicadas em 1446), os besteiros do conto que cabiam à região eram os seguintes¹⁶:
 - . Portalegre e Avis (30)
 - . Marvão, Arronches, Nisa e Monforte (25)
 - . Castelo de Vide, Fronteira e Crato (20)
 - . Alegrete e Alter do Chão (8)
- Em 1461, o número de besteiros do conto foi reduzido, alegando a vila que vários dos seus mancebos serviam no Norte de África¹⁷.
- Como já referimos, a vila recebeu vários privilégios, para incrementar o seu povoamento, em 1407, 1436 e 1497.
- Em 1517, a população da vila era inferior a 400 vizinhos (fogos)¹⁸.
- O *Numeramento* de 1527 refere a existência de 363 fogos, contando, obviamente, com os fogos rurais pertencentes às freguesias sediadas na vila, já que, actualmente, apenas existem cerca de 150 fogos intramuros; o censo refere, ainda, 132 fogos no *termo* de Marvão¹⁹.
- Com o começo da Guerra da Restauração e a conseqüente crise agrícola, os procuradores de Marvão às cortes de 1641 avisaram o rei que a vila se estava a despovoar, pedindo-lhe que lhe acudisse

¹⁵ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 208.

¹⁶ *Ordenações Afonsinas*, liv. 1º, tit. 64º, p. 438, cit. in COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 209.

¹⁷ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 210.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 212.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 214.

com o pão de monição²⁰; em 1645, a paralisação da agricultura era tal que não havia *cereal algum para abastecimento da vila*²¹.

- Cerca de 1644, Nicolau de Langres refere a existência de 400 habitantes²².
- Em 1668, habitavam a vila cerca de 150 vizinhos (famílias)²³.
- Em 1739 existiam cerca de 344 fogos no concelho²⁴.
- Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, contabilizaram-se²⁵:
 - . na Freguesia de São Tiago, 189 fogos com 787 habitantes;
 - . na Freguesia de Santa Maria, 105 fogos com 380 habitantes; no campo, 9 fogos com 47 habitantes.
- Nas mesmas *Memórias*, o pároco da freguesia de Santa Maria queixava-se da fuga dos habitantes e da ruína das casas:

Tem mais contra si esta praça ou presidio a retirada, que seus moradores vão fazendo dela para os seus campos, como se verá nas informações dos Reverendos Curas do seu campo, em que os moradores excedem grandemente na quantidade aos moradores da vila, e esta fugida é por estarem na sua liberdade, e não estarem fechados de noite, de que nasce que dentro dos muros, toda a casa que uma vez caiu, nunca mais se levantou; e muito mais sendo casas vinculadas, de sorte que se

²⁰ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 218.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 221.

²² MATTOS, Gastão de Mello de - *Nicolau de Langres e a sua Obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar (IV), Volume Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941, p. 91.

²³ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 224.

²⁴ Idem, *ibidem*, *passim*.

²⁵ MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, *art. cit.*, pp. 68-81.

*acham já caídas quarenta e seis moradas de casas
antes mais do que menos²⁶.*

- Em 1800, "Marvão" possuía 226 vizinhos²⁷.
- Em 1860, contaram-se 1300 habitantes²⁸.

1.1 Análise da informação e conclusões

Não é conhecida qualquer prova documental ou arqueológica da existência de uma povoação no período árabe (*alcaria*), mas tão só que o sítio era fortificado. Já sob o domínio cristão, as referências demográficas medievais apontam para um povoamento difícil, à custa de homiziados, beneficiando a vila de várias dispensas e reduções (aduas, cavalos de guerra e besteiros do conto), o que revela a sua fragilidade demográfica e económica.

O apogeu da vila ter-se-á verificado no séc. XVI – a julgar pela datação da sua arquitectura –, apontando, as referências para a Idade Moderna, para a existência de cerca de 400 habitantes (1644) e de 150 fogos (1668). É curioso, e ao mesmo tempo compreensível, verificar que a mesma razão ponderosa que justificou o povoamento de sítio tão inóspito – a situação estratégica militar – fosse a mesma que, uma vez iniciada a guerra, provocasse o colapso da economia local e regional e o conseqüente despovoamento.

Tentando calcular o número de habitantes da vila em 1758, podemos desenvolver o seguinte raciocínio:

- . se a freguesia de Santa Maria possuía, intramuros, 105 fogos com 380 habitantes;
- . o número de fogos da freguesia de São Tiago – a avaliar pela existência de 150 fogos em 1668 (e de 153 edifícios para habitação, actualmente, para um máximo potencial de 191) – seria de (150-

²⁶ Idem, ibidem, p. 78.

²⁷ CORNIDE, D. José - *Estado de Portugal en el Año de 1800 / Memorial Histórico Español*, Real Academia de la Historia, Tomo XXVIII, Madrid, 1897, p. 5.

²⁸ BARBOSA, Vilhena - *As Cidades e Vilas da Monarquia Portuguesa*, vol. II, Tipografia do Panorama, Lisboa, 1860, p. 57.

105=45), com cerca de 163 habitantes (utilizando o rácio de habitantes pelos fogos da freguesia de Santa Maria, ou seja, $380:105=3,6$);
então, o total de habitantes, em 1758, seria de cerca de 543, ou seja, superior ao de 1644, então em plena Guerra da Restauração.

Os restantes dados não nos permitem relacionar os números porque não estabelecem a diferença entre o intra e o extramuros da vila.

2. Os censos modernos

Os censos concebidos em moldes modernos iniciaram-se em 1864²⁹, tendo-se realizado, ainda no século XIX, o de 1878 e o de 1890. A partir do censo de 1900, ocorreram de dez em dez anos.

Com dados fornecidos pelo INE construímos o Quadro I, de que elaborámos os Gráficos I e II, com as variáveis “população residente” e “fogos/alojamentos”, donde podemos retirar as seguintes conclusões:

- a) De 1864 a 2001, a população da freguesia de Santa Maria (que engloba a população da vila mas abarca também outros lugares, não se podendo precisar quais para a maioria dos censos) baixou para menos de metade; essa baixa é interrompida, apenas, nas décadas de 20, de 30 e de 40 do séc. XX (fenómeno atribuível à diminuição da emigração a nível nacional, até ao fim da II Guerra Mundial³⁰, e à subida da população activa nacional no sector agrícola, entre 1930 e 1950³¹); é a partir da década de 50 que se manifesta a quebra acentuada e imparável da população, provavelmente devido ao êxodo rural conjugado com a emigração que sobe após o final da II Guerra Mundial³².

²⁹ *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. II, Círculo de Leitores, s. l., 1993, p. 331; antes do censo de 1864 registaram-se recenseamentos nos anos de 1532, 1636, 1732, 1776 e 1798.

³⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, vol. III, 3ª edição, Palas Editores, Lisboa, 1986, p. 480, Fig. 46.

³¹ *História de Portugal*, dir. José Mattoso, *ob. cit.*: a população activa agrícola decresce, em termos absolutos, de 1890 até 1930, sobe de 1930 até 1950 (p. 25 – Quadro IV), regredindo o seu peso específico muito lentamente, sempre à volta dos 50% da população activa, de 1890 a 1950 (p. 24 e 25 – Quadro IV).

³² *Idem, ibidem*: a partir de 1950, a população activa, no sector agrícola, decresce, quer em termos absolutos quer percentuais, atingindo os 32% em 1970 (p. 427 – Quadro IX); a taxa de crescimento da população portuguesa é muito baixa na década de 50 (0,48%) e negativa na década seguinte (p. 420 – Quadro I); a emigração sobe a partir do fim da II Guerra Mundial até 1970, decrescendo até 1973, mas mantendo valores altos (p. 421 e 423 – Quadro V).

- b) A população do concelho apresentou um comportamento diferente: aumentou até 1950 – com excepção da década de 10³³ -, diminuindo a partir dessa altura, no que parece acompanhar a evolução da população nacional até à década de 60³⁴; a partir da década de 70 a população nacional recuperou e não mais regrediu, ao contrário do que se verificou quer na freguesia de Santa Maria quer no concelho.
- c) A diferença de comportamentos entre a população da freguesia de Santa Maria e a do concelho, até às primeiras décadas do séc. XX, dever-se-á, provavelmente, ao facto da sede do concelho não apresentar condições orográficas que permitam uma normal expansão urbana, ao contrário de outras povoações do concelho, como Beirã e Santo António das Areias.
- d) Relativamente aos fogos, e apesar das frequentes oscilações, o seu número subiu no intervalo considerado, ligeiramente na freguesia de Santa Maria (39,3%), mas de forma expressiva no concelho (142,5%); tal fenómeno, que apresenta uma variação oposta ao da população, poderá explicar-se com o êxodo rural e o consequente aumento da urbanização³⁵, ficando devolutos os fogos rurais.
- e) Relativamente ao lugar de Marvão, apenas podemos concluir que:
- a população baixou 37 habitantes nos últimos 90 anos;
 - e que a população de hoje é superior à de 1970 – devido à criação de um lar de terceira idade na Misericórdia, no princípio dos anos Oitenta -, se bem que se verifique uma descida suave nos últimos 20 anos.

³³ Provavelmente devido à conjugação dos efeitos da I Guerra Mundial com a epidemia de 1918/19; ver MARQUES, A. H. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 289.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 479. Fig. 45; os censos registaram, para a população do continente e ilhas dos Açores e Madeira, até ao censo de 1970, os seguintes valores: 1911 - 5960056 hab.; 1920 - 6032991 hab.; 1930 - 6825883 hab.; 1940 - 7722152 hab.; 1950 - 8441312 hab.; 1960 - 8889392 hab.; 1970 - 8668267 hab. (Idem, *ibidem*, pp. 289 e 478). Para os últimos três censos, a população nacional foi a seguinte: 1981 - 9833014 hab.; 1991 - 9867147 hab.; 2001 - 10355824 hab. (Fonte: INE).

³⁵ Idem, *ibidem*: a taxa de urbanização sobe continuamente a nível nacional, no séc. XX (p. 26 - Quadro V e p. 424 - Quadros VI e VII).

Quadro I
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Censos (1864-2001)
MARVÃO
Freguesia de Santa Maria e Concelho
(População residente e fogos/alojamentos)

Censos	População residente	Fogos/Alojamentos	População residente	Fogos/Alojamentos
	Freg. St.ª Maria - Vila	Freg. St.ª Maria - Vila	Concelho	Concelho
1864	1424	338 fogos	4907	1109 fogos
1878	1393	343 fog/aloj	5397	1271 fogos
1890	1299	334 fog/aloj	5678	1379 fogos
1900	1277	327 fogos	5994	1448 fogos
1911 ³⁶	1228 - 317	329 - 96 fogos	6478	1597 fogos
1920	1153	312 fogos	6292	1544 fogos
1930	1452	394 famílias	7116	1891 famílias
1940	1514	362 fogos	7630	2163 fogos
1950	1720	435 fog/aloj	8290	2326 fog/aloj
1960	1386	476 fogos	7478	2670 fogos
1970	805 - 199	445 - 134 fog/aloj	5430	2415 aloj
1981	961 - 310	470 - 132 aloj	5418	2534 aloj
1991	802 - 308	423 - 142 ³⁷ aloj	4419	2571 aloj
2001	653 - 280 ³⁸	471 - 132 aloj	4035	2689 aloj

Nota: segundo informação do INE, os conceitos de "fogo" e de "alojamento" são equivalentes; o conceito de "família", em 1930, correspondia ao "grupo de pessoas, parentes ou não, que residem na mesma habitação", o que significa que, na falta de valores para "fogo" ou "alojamento", podemos utilizar os valores de "famílias", com a ressalva de que eles serão sempre iguais ou inferiores aos dos "fogos".

³⁶ No censo de 1911, a vila de Marvão tinha 96 fogos e 317 habitantes; ver COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 237.

³⁷ Duvidamos deste valor, dado o número de alojamentos referido nos censos anterior e posterior.

I FORUM MARVÃO

Gráfico I

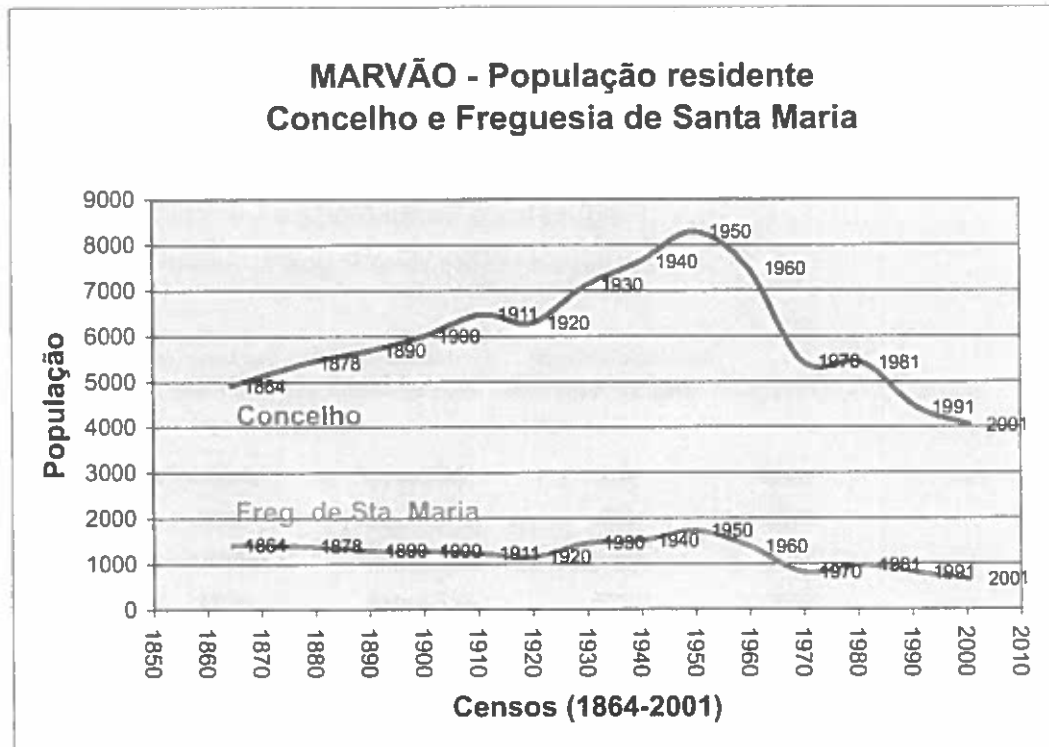
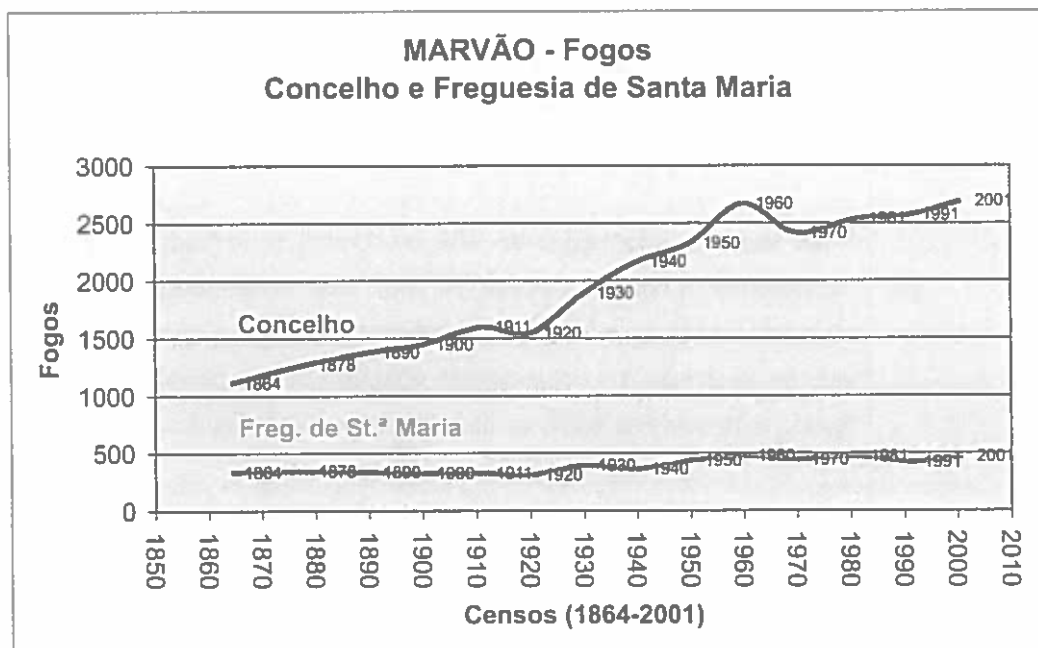


Gráfico II



³⁸ A população de Marvão, em 2001, era 281 habitantes, e não os 155 que o INE refere nos seus dados preliminares. Dos 280, 186 residiam intramuros e 94 extramuros, no lar de terceira idade da Santa Casa da Misericórdia e Posto da GNR.

3. Marvão e outras povoações fortificadas de fronteira

O Quadro II permite-nos comparar a evolução demográfica de povoações fortificadas de fronteira (de 1ª linha) a sul do Tejo, bem como a de outras povoações fortificadas de outras regiões que considerámos referenciais (Valença e Almeida pela função estratégica que desempenharam; Monsanto e Sortelha pela similitude que apresentam com Marvão no que diz respeito ao sítio e à atracção turística).

A selecção das povoações tem por base, também, a que foi feita, cerca de 1509, por D. Manuel, ao enviar o seu escudeiro Duarte de Armas para a fronteira, com o objectivo de fazer o levantamento das fortificações mais importantes, dando origem ao excelente documento de referência que é o *Livro das Fortalezas*³⁹.

Os momentos escolhidos para a referida comparação são:

- a) O *Numeramento* de 1527-1532, porque constitui o primeiro censo organizado em Portugal.
- b) O censo de 1864, porque, como já referimos, é considerado o primeiro realizado em moldes científicos e porque coincide com o início da obsolescência e do desartilhamento das fortificações.
- c) Os dois últimos censos (1991 e 2001) porque nos interessa avaliar a evolução actual.

Relativamente à última década, interessou-nos analisar a realidade de intra e de extramuros para a podermos comparar com o caso *suis generis* que constitui Marvão, onde os edifícios de habitação se confinam a intramuros.

Antes de passarmos à análise, importa também referir que os dados de 1532 e de 1864 são meramente indicativos, já que é impossível sabermos, com objectividade, a que realidade urbana se reportam; a título de exemplo: a vila de Marvão, nos dois últimos censos, integra, extramuros, sete lugarejos e população isolada, sendo impossível determinar esta composição para os referidos censos.

³⁹ ARMAS, Duarte de - *Livro das Fortalezas*. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, Lisboa, 1990.

Quadro II

ESTUDO DEMOGRÁFICO SOBRE POVOAÇÕES FORTIFICADAS DE FRONTEIRA														
POVOAÇÕES	ITENS	Foral	1527-1532		Fortif. abaluart. militares	Entradas	1864	2001-1991		2002 Habit.		2001/2002		2002
			Numeram.to					Concelho	Intramuros	Hab/fogos	Extramuros	Total hab.	Actlv. econ. intram.	
Algarve														
Castro Marim		1277	500	Sim	Sim	3573	-210	0	0	1282	1282		0	Não tem
Alcoutim		1304		Não		2429	-801	0	0	432	432		0	Não tem
Alentejo														
Noudar		1295	24	Não		0	0	0	0	0	0		0	Não tem
Mourão		1298	1220	Sim	Sim	1773	-77	0	0	2090	2090		0	Não tem
Monsaraz		1276	1520	Sim		1380	-207	118	84	0.7	37	121		Turismo
Terena		1262	680	Não		877	-146				515	515		Só tem castelo
Alandroal		1486	1136	Não		1371	-737	1	4	-	1534	1538		Não tem
Juromenha		1312	600	Sim		478	-24	0	0	0	151	151		Não tem
Elvas		1229	7674	Sim	Sim	9637	-1449	2352	3602	1.5	11621	15223		Turismo/comércio
Campo Maior		1260	2526	Sim	Sim	5142	-194	0	0	0	7712	7712		Turismo
Ouguela		1298	576	Sim		356	-44	20	6	0.3	89	95		Não tem
Arronches		1255	2868	Sim		1702	-263				2065	2065		Já não tem cerca
Alegrete		1319	956	Não		1467	-52	35	43	1.2	800	843		Não tem
Marvão		1226	1452	Sim	Sim	1424	-384	150	187	1.2	94	281		Turismo
Castelo de Vide		1310	3540	Sim	Sim	5279	-270	77	72	0.9	3107	3179		Não tem
Montalvão		1512		Não		1418	-244	0	0	0	588	588		Não tem cerca
Beiras														
Monsanto		1174	1424	Não		1749	-282	0	0	0	1161	1161		Não tem
Sortelha		1228		Não		759	-122	94	18	0.2	852	870		Turismo
Almeida		1296	1056	Sim	Sim	1688	-1645	149	335	2.2	1150	1485		Turismo
Minho														
Valença		1217	680	Sim	Sim	2509	-628	118	97	0.8	3054	3151		Turismo
TOTAIS						45011	-7779	3114	4448		38334	42782		
População Nacional			1 377 000			3 829 618						9 869 050		

Notas:

- Numeramento de 1527-1532 (Habitantes = Fogos X 4); in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. III, Circulo de Leitores, s. l., 1993, p. 203.
- A população de Noudar, referida no Numeramento, consta no "Livro das Terras das Ordres" da Inquirição de 1532.
- Intramuros e extramuros (apenas consideramos as muralhas medievais)
- Excepto Elvas (fonte: INE), os dados respeitantes a fogos e a habitantes intra e extramuros, na actualidade, foram fornecidos pelas autarquias locais.
- Censos: fonte (INE). População de Montalvão (1864), ver MATTOS, F. A. - *Diccionario Chorographico de Portugal, Lisboa, 1889.*

I FORUM MARVÃO

Passemos então às conclusões possíveis que a análise do Quadro II nos sugere:

- a) A quase totalidade das povoações recebeu foral até ao fim do reinado de D. Dinis (1325), completada que foi a Reconquista (1249), celebrado que foi o Tratado de Alcanizes (1297) - que define a fronteira com Leão e Castela – e levada a cabo que foi uma grandiosa obra de construção e reconstrução de fortificações fronteiriças pelo referido rei⁴⁰; com foral atribuído posteriormente, encontram-se apenas as povoações de Alandroal e Montalvão, embora tenham sido as suas fortificações construídas ou intervencionadas por D. Dinis. Deixando o inimigo de estar a sul e passando para nascente, a esmagadora maioria das povoações recebeu foral exactamente depois da conquista do Algarve, merecendo, da parte da Coroa, uma atenção especial relativamente à sua fortificação e ao seu povoamento (condição *sine qua nom* para a sua defesa). As povoações com foral régio anterior a 1249, a sul do Tejo, ou se situam no litoral (Alcácer do Sal-1218; Almada-1170/1187/1190), ou no interior (Évora-1166/1218; Montemor-o-Novo-1203), ou em sítios de grande importância estratégica defensiva (Marvão-1226) ou geográfica (Elvas-1229)⁴¹.
- b) Com a Guerra da Restauração (1641-1668), 60% das fortificações em causa beneficiaram de modernização através do seu abaluartamento; noutras, como Monsanto, foram executadas ligeiras adaptações para a instalação de baterias. Se fizermos corresponder a modernização das fortificações aos dados do Numeramento de 1527-1532, podemos concluir que as fortificações das povoações que apresentavam maior número de habitantes foram abaluartadas (Elvas, Campo Maior, Arronches, Castelo de Vide); tal evidência permite-nos continuar a concluir que a importância estratégica era o

⁴⁰ PINA, Rui de – *Crónica de D. Dinis*, Cap. XXXII : “Das obras e coisas notáveis que el-Rei D. Dinis fez em sua vida”. Entre Sabugal e Castelo de Vide não se enumera uma única fortificação, facto que poderá explicar-se pela provável atribuição da defesa desta zona aos Templários.

⁴¹ Outras povoações importantes do sul e respectivas datas de foral: Estremoz-1258; Beja-1253/54; Serpa-1295; Moura-1295; Mértola-1250; Silves-1266; Lagos-1361; Faro-1266; Tavira-1266.

grande factor de povoamento junto à fronteira; bastará observarmos o caso de Elvas: a “chave do reino”, a maior fortificação abaluartada do país, era, simultâneamente, depois de Évora, a maior cidade a sul do Tejo e a 5ª do reino, quase com os mesmos habitantes de Santarém. Também se verifica que as maiores fortificações se situam nas principais entradas naturais/militares em território nacional.

- c) Até meados do séc. XIX, decorre o período de funcionalidade e desenvolvimento das fortificações abaluartadas; vejamos então o que aconteceu à população entre o Numeramento e o censo de 1864. No início dos anos 30 do séc. XVI, Portugal possuía uma população de cerca de 1377000 habitantes⁴², para, em 1864, chegar aos 3829618⁴³, ou seja, quase triplicar. Relativamente às povoações em estudo, a população também aumentou, mas não chegou a duplicar, sendo sensível o aumento que se verificou em grandes fortificações abaluartadas (Elvas, Campo Maior, Castelo de Vide e Valença). Para a compreensão desta discrepância, temos que considerar outro factor: os arrabaldes medievais não punham em causa a defesa do espaço intramuros; com a entrada da artilharia no cenário da guerra, tudo o que permitisse, extramuros, a progressão do inimigo, tinha que ser eliminado; assim, após a construção das cortinas e baluartes no séc. XVII, as povoações ficaram enclausuradas nas suas próprias defesas e só se desenvolveram, para extramuros, nos finais do séc. XIX e no séc. XX⁴⁴. Note-se, também, que as fortificações que não foram modernizadas, ou seja, que deixaram de ter valor estratégico importante, apresentam, em geral, um desenvolvimento demográfico muito menor.

⁴² RODRIGUES, Teresa Ferreira – “As estruturas populacionais”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. III, Círculo de Leitores, s. l., 1993, p. 202.

⁴³ MARQUES, Oliveira, *ob. cit.*, p. 108.

⁴⁴ O requisito defensivo da *impermeabilidade*, conseguido com o levantamento de muros altos, espessos e perpendiculares ao solo, não era posto em causa com a construção de habitações extramuros (os arrabaldes) durante a Idade Média; em caso de perigo, as populações refugiavam-se nas cercas urbanas, nos albacares e, finalmente, quando a sua dimensão o permitia, nos castelos. Com a entrada da artilharia no cenário da guerra, o requisito defensivo mais importante passou a ser o da *invulnerabilidade*, conseguido com o rebaixamento e enterramento cada vez maiores das fortificações e libertando a campanha de todos e quaisquer obstáculos que pudessem servir de escudo e facilitar os “aproxos” (obras de aproximação) aos sitiados (em Campo Maior, um convento que ficava extramuros foi demolido, e em Elvas, até as árvores foram arrancadas); ver NUNES, António Lopes Pires – *O Castelo*

- d) Analisando agora o que aconteceu entre 1864 e 2001, e sabendo que a população nacional passou de 3829618 para 9869050 habitantes, ou seja, quase triplicou, no mesmo período, a população das fortificações consideradas baixou de 45011 para 42769 habitantes; por outro lado, não se registou um único caso de evolução positiva da população concelhia entre os dois últimos censos, sendo a quebra mais acentuada, em termos absolutos, nas duas maiores fortificações abaluartadas do país: Elvas e Almeida.
- e) A população actual, de intramuros, é irrisória. O caso de Elvas (de que não conseguimos números para intramuros, quer por parte do INE quer por parte da câmara municipal) é paradigmático: em 2001 apresenta apenas mais 433 habitantes do que em 1950, quando a cidade se resumia ao espaço intramuros; ora, se a área urbanizada é hoje tão mais vasta do que a de 1950, tal significa que a sua população é escassa dentro de portas e que muitos dos seus fogos são devolutos.
- f) O número de habitantes de extramuros é significativamente superior ao de intramuros: abram-se aqui as excepções de Monsaraz e de Marvão que nos aportam a seguinte conclusão: não é pelo simples facto de se poder construir extramuros (como acontece em Monsaraz) que a população aumenta; outras variantes relacionadas com a geografia económica são de importância capital.
- g) Apesar da sua escassa população, Marvão é, no conjunto, das povoações com maior número de habitantes intramuros. Tal situação só pode dever-se ao facto de ser, na prática, muito complicado construir-se extramuros, devido às escarpas a SO e ao forte declive a NE; ou seja, as características orográficas que não permitiram o desenvolvimento urbanístico extramuros, parecem ser hoje, aliadas a

políticas municipais da habitação social, o garante da permanência de habitantes intramuros.

- h) O turismo é a única actividade económica que dá vida a estas povoações fortificadas; mas note-se que a terciarização, em crescendo, também poderá contribuir para a queda demográfica. Veja-se o caso de Óbidos, com o fortíssimo desenvolvimento turístico que apresenta, e possui, intramuros, apenas 154 habitantes para 163 fogos, quando o total da sua população é de 1258 (3185 no censo de 1864); de notar, ainda, que Óbidos sofreu um decréscimo populacional entre os dois últimos censos, no valor de 313 habitantes, apesar da sua prosperidade comercial.

Em síntese, podemos concluir que, ao longo da História, o valor estratégico das fortificações de fronteira variou de forma directamente proporcional à sua componente demográfica. Com o abandono das fortificações permanentes, no séc. XIX, a construção extramuros teve, como consequência, o despovoamento de intramuros. Relacionando Marvão com as outras povoações fortificadas de fronteira, concluímos ter sido a impossibilidade/dificuldade de se construir extramuros uma das razões para que esta vila constitua, hoje, uma das povoações fortificadas da raia com maior número de habitantes intramuros.

4. Marvão e o país entre os dois últimos censos (1991 – 2001)

Se compararmos os resultados dos dois últimos censos⁴⁵, podemos tirar as seguintes conclusões gerais:

- a) A população cresceu abaixo dos 5% (450 937 hab.)
- b) A região onde se registou maior crescimento foi o Algarve (=> 20 %).
- c) As regiões Norte, Centro e Lisboa/Vale do Tejo, também cresceram, mas quase só na zona litoral [2, 10 %].
- d) A região do Alentejo sofreu um decréscimo populacional [-10, -2 %], traduzindo-se, em termos absolutos, em menos 14997 habitantes.

⁴⁵ Instituto Nacional de Estatística – *Censos 2001, Resultados Preliminares. Região Alentejo*, INE, Lisboa, 2002.

I FORUM MARVÃO

- e) Com raras exceções, toda a zona raiana (o interior) sofreu decréscimo populacional, sendo ainda mais expressivo nas regiões Norte e Centro do que no Alentejo.
- f) No distrito de Portalegre, só o concelho de Ponte de Sor apresenta acréscimo populacional, mesmo assim pouco expressivo (+ 272 habitantes).
- g) Os concelhos do Norte Alentejano onde se verificou maior decréscimo populacional, em termos absolutos, foram: Elvas (-1449), Nisa (-1320), Crato (-682), Avis (-479), Fronteira (-432) e Alter do Chão (-422).

Relativamente ao concelho de Marvão, podemos apresentar as seguintes conclusões:

a) A população residente do concelho de Marvão é, actualmente, de 4035 hab.; relativamente aos outros concelhos do distrito, apresenta mais população do que Fronteira (3690), Castelo de Vide (3875), Monforte (3399), Arronches (3394) e Alter do Chão (4019).

b) O concelho de Marvão sofreu um decréscimo global de 384 hab., sendo que:

- nenhuma das suas freguesias apresentou crescimento;
- a freguesia mais castigada foi a de Santa Maria de Marvão, com menos 149 hab., envolvendo não só a vila mas também outros lugares, como já referimos;
- a menos castigada foi a de São Salvador da Aramenha, com menos 38 hab., devido ao significativo incremento populacional da povoação de Portagem.

Tentando sintetizar, podemos dizer que o concelho de Marvão acompanha o decréscimo populacional do Alentejo em geral e do interior (zona raiana) em particular, não sendo, apesar da sua área – a mais reduzida do distrito –, nem o menos populoso nem o que está a sofrer maior desertificação.

Já o panorama demográfico da sede do concelho se apresenta mais preocupante: 186 residentes intramuros e 94 extramuros. A estes há que acrescentar uma população flutuante de residentes não permanentes (de

férias, de fins-de-semana), de turistas – cerca de 37 dormidas de média anual por dia⁴⁶ nas unidades hoteleiras – e de migrantes pendulares – pessoas que trabalham na vila diariamente mas que não residem nela -, calculada em cerca de 117 pessoas.

5. Uma estratégia para a sobrevivência demográfica e para o desenvolvimento sustentado de Marvão

5.1 A polémica questão do projectado bairro habitacional extramuros

Com a aclamação de uns e a reprovação de outros, está previsto, no PDM (1994), a possibilidade de se construir um bairro habitacional extramuros, com 12 moradias unifamiliares, junto ao Convento de Nossa Senhora da Estrela.

Independentemente do problema técnico-financeiro⁴⁷, que aqui não abordaremos, a questão divide os marvanenses porque:

- doze moradias não resolvem o problema do despovoamento de Marvão, mas ajudariam um pouco e poderiam estancar a prevista saída de casais novos; numa população tão escassa, mais ou menos 12 famílias é importante;
- por outro lado, a consequente perda de valor patrimonial resultante da expansão urbanística extramuros – o bairro é pequeno, mas pode ser o princípio duma expansão urbana -, deitaria a perder uma das singularidades da vila, com prejuízos, a nível turístico, a longo prazo.

Como felizmente não somos políticos no sentido estrito de termo, não nos caberá o ingrato papel de tal decisão; a nossa obrigação, enquanto estudiosos destas matérias será, tão só, fornecer dados científicos sobre o problema, para que não se decida, como tanta vez acontece no nosso país, sem fundamento, ao sabor de interesses políticos imediatos ou por decisão de qualquer preclara cabeça.

⁴⁶ Pousada de Santa Maria (25 quartos com uma taxa de ocupação média anual de 50%); Pousada de D. Dinis (8 quartos com uma taxa de ocupação média anual de 30%); Albergaria D. Manuel (12 quartos com uma taxa de ocupação média anual de 30%). No cálculo do número de turistas diários não contabilizámos outras formas de alojamento, num total de 30 camas, por se desconhecer, com rigor, a taxa média de ocupação.

⁴⁷ O Decreto-Lei n.º 110/85, de 17 de Abril, permite aos municípios a obtenção de financiamento para "construção ou aquisição no âmbito de programas de reabilitação urbana ou de contractos de desenvolvimento para a habitação, de habitações destinadas ao

Assim sendo, começámos por auscultar a opinião dos principais interessados nesta matéria: os migrantes pendulares, os residentes na vila e os turistas.

5.1.1 A opinião dos migrantes pendulares

Tem alguma lógica pensar-se que a forma mais directa e eficaz de incrementar o povoamento da vila é proporcionar a habitação aos seus migrantes pendulares: residir em Marvão seria mais cómodo e mais económico para quem lá trabalha e habita no exterior.

Inquiriu-se a referida população no sentido de avaliar a real eficácia desta medida, estabelecendo-se, à partida, que, a ser construído o bairro, os fogos seriam arrendados, e não vendidos, para que não se transformassem, também, em segundas habitações e em unidades de turismo de habitação.

Foi aplicado um questionário à totalidade das pessoas em questão, respondido anonimamente e depositado em urna. No dia 7 de Junho de 2002 o processo estava concluído. Eis as conclusões:

1 – Em primeiro lugar ficámos a saber que o número de migrantes pendulares é relativamente alto (117), se o compararmos com o número de residentes permanentes (185).

2 – Destes 117, responderam ao inquérito 76, ou seja, registou-se uma taxa de retorno de 65%. Sendo uma taxa elevada, não deixa de traduzir o alheamento de 35% dos inquiridos face a uma questão que “aparentemente” lhes deveria interessar.

3 – Caracterizando genericamente os 76 respondentes, podemos concluir que:

- a) As mulheres estão em ligeira maioria: 41 contra 34 homens, tendo-se verificado a ausência de uma resposta.
- b) As idades variam entre os 20 e os 65 anos, sendo a média de 38; os escalões etários onde se verifica maior número de indivíduos são o dos 20 aos 29 e o dos 40 aos 49, com 23 incidências cada.

arrendamento”: actualmente, o valor por que são colocadas no mercado as casas é muito elevado, inviabilizando a sua compra e reconstrução por parte da câmara, que não tem grande capacidade de endividamento.

- c) A grande maioria é natural do concelho (52) e reside no concelho (59), sendo de 12 km a média das distâncias da sua residência a Marvão.
- d) As deslocações diárias para o local de trabalho fazem-se em automóvel próprio (70) e viajam sozinhos 50 dos 76; só 24 afirmam viajar com colegas ou amigos que também trabalham na vila.
- e) São as entidades públicas que empregam a maioria destes trabalhadores (40) (Câmara Municipal; Serviço de Finanças; Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial; Centro de Saúde; CTT), registando-se um número relativamente elevado de trabalhadores em entidades privadas (Santa Casa da Misericórdia, Caixa Geral de Depósitos, hotelaria, restauração e comércio em geral).
- f) A situação profissional destes trabalhadores é maioritariamente estável (47); apenas 20 declararam a precaridade e 9 não responderam à pergunta.

4 – Quanto à questão de construir ou não um bairro habitacional extramuros, junto ao Convento de Nossa Senhora da Estrela, 57,9% concordaram, mas também é verdade que a percentagem que discordou é significativa (42,1%), o que significa que a questão continua a ser polémica, mesmo entre aqueles que mais interessados estariam no bairro.

5 – A resposta à última pergunta é esclarecedora do posicionamento geral dos migrantes pendulares relativamente à sua vontade de virem morar para Marvão: só 13 respostas positivas em 76 respondentes, ou em 117 inquiridos; fazendo a leitura de outra perspectiva: mesmo entre os 44 respondentes que concordam com a construção do bairro, a esmagadora maioria (70,5%) não aceitaria vir a habitá-lo.

6 – Encontrou-se uma correlação significativa entre os respondentes que desejavam vir morar para Marvão e a sua juventude e precaridade de emprego: dos 13, 7 situam-se no escalão etário dos vinte anos e 8 apresentam uma situação profissional instável.

Em síntese, podemos concluir que a construção do referido bairro extramuros, tendo como população alvo os migrantes pendulares da vila, tinha

pretendentes para a sua ocupação, embora fosse uma ocupação pouco consolidada: a maioria são jovens com uma situação profissional precária, cuja instabilidade facilmente os levaria a aceitar emprego noutra vila.

Por outro lado, com a facilidade de deslocação que caracteriza os tempos actuais, uma distância média entre a residência e o local de trabalho de apenas 12 km, aliada às agrestes condições climáticas de Marvão e à sua (talvez) excessiva pacatez (falta de diversões), não faz, desta vila, um lugar aliciante para casais jovens.

5.1.2 A opinião dos residentes na vila

No âmbito do inquérito de caracterização sócio-habitacional da vila de Marvão, levado a cabo pelo Gabinete Técnico Local no presente ano, a questão do bairro extramuros foi colocada: "Concorda com a construção de um novo bairro, junto à GNR?". O resultado não deixa margem para dúvidas: 39,7% dos respondentes concorda; 60,3% discorda. Mas se existe uma maioria clara que não concorda com a construção do bairro, não há dúvida que o valor do sim é expressivo, ou seja, tal como dissemos para os migrantes pendulares, a questão é polémica.

5.1.3 A opinião dos turistas

É também importante e interessante registar aqui a opinião dos turistas sobre a questão em apreço e sobre as potencialidades de Marvão vir a ser classificada de Património Mundial. Ambas as questões foram incluídas num questionário destinado a traçar o perfil dos turistas e respondido nas unidades hoteleiras.

Torna-se importante saber a sua opinião porque é sobre eles (os turistas) que assenta a estratégia de conservação e revitalização da vila no seu todo. Considerámos apenas o conceito estrito de turista: aquele que dorme pelo menos uma noite em Marvão; ou seja, aquele que, necessariamente, adquire bens ou serviços na vila, contribuindo para o seu desenvolvimento socioeconómico.

Relativamente à primeira questão - "Se a vila se expandir para fora das muralhas, Marvão perde valor patrimonial?" -, o "sim" obteve 361 respostas, o "não", 63, e não responderam 23 dos inquiridos.

Relativamente à segunda questão - "Na sua opinião, Marvão deve ser classificada como Património Mundial?" -, o "sim" obteve 420 respostas, o "não", 13, e não responderam 14 dos inquiridos.

Conclui-se então, sem margem para dúvidas, que num total de 447 turistas, nacionais e estrangeiros, que visitaram Marvão nos meses de Julho e Agosto deste ano, a esmagadora maioria considera que Marvão tem direito à classificação de Património Mundial (94%) e que perderia valor patrimonial se se expandisse para extramuros (81%).

5.1.4 A situação no parque habitacional camarário

A câmara possui 22 edifícios de habitação arrendados na vila a 28 inquilinos (Fig. 1), sendo a maioria destes, trabalhadores no concelho. As rendas variam entre os 35 e os 111 Euros (17,5 Euros/assoalhada). Qualquer habitação que vague é imediatamente ocupada, havendo lista de espera, em parte explicável pelo baixo valor das rendas. É esta política de habitação social que tem contribuído para a estabilização demográfica, embora em níveis baixos.

Em resumo: a maioria dos migrantes pendulares (57,9%) concorda com a construção do bairro, mas só 13 manifestam vontade de para lá ir morar, sendo maioritariamente jovens e com uma situação profissional instável; já a maioria dos que vivem na vila (60,3%) não concorda, sendo esmagadora a percentagem dos turistas (81%) que considera que a expansão habitacional para extramuros é nefasta para o valor patrimonial de Marvão. Contudo, se o bairro fosse construído, seria efectivamente ocupado: a atestá-lo está o número de pretendentes entre os migrantes pendulares e a lista de espera para o parque habitacional camarário, se bem que esta lista seja explicada, em larga medida, pelo baixo valor das rendas.

I FORUM MARVÃO

Em conclusão: é manifesto que o “não” ao bairro ganha nesta recolha de opiniões, contudo, parece-nos não dever ser descartada esta opção, mas inserir-se numa estratégia (v. ponto 5.4) que vise a resolução do problema de forma racional, ponderada e faseada. Há que resolver o problema da falta de casas disponíveis, até porque, ao contrário do que vulgarmente se diz e se escreve, Marvão não apresenta uma população muito envelhecida, sendo 58% activa. Segundo o inquérito sócio-habitacional levado a cabo pelo GTL, no presente ano, 18,40% da população residente tem idade inferior a 19 anos, 63,19% entre 20 e 59 anos e 18,40% apresenta mais do que 60 anos. Para além desta realidade, como já referimos, existe uma lista de espera para o parque habitacional camarário e a grande maioria dos marvanenses gosta de viver na vila.



Fig. 1 – Marvão. Planta de usos

5.2 A migração dos centros históricos para as periferias. Elvas: um caso paradigmático

A questão que vimos tratando também tem que ser vista à luz do actual fenómeno da migração dos centros históricos para as periferias. A média nacional de fogos desabitados por freguesia é de 10,8%, situando-se em Lisboa as quatro freguesias com maior percentagem: Madalena (46,7%), São Nicolau (44,1%), Mártires (41,5%) e Socorro (40,4%)⁴⁸.

O fenómeno deve-se, sobretudo, à migração das novas gerações. Entre os dois últimos censos, Lisboa perdeu 56000 residentes com menos de 24 anos⁴⁹, as escolas dos ensinos básico e secundário começam a ficar sem alunos e o Ministério da Educação planeia encerrar alguns estabelecimentos de ensino históricos. Tal despovoamento do centro da capital traz consigo a degradação do património construído, tendo inventariado, a actual câmara - em números que divulgou amplamente para a comunicação social -, cerca de 1400 prédios arruinados e devolutos.

Este fenómeno é complexo, nele intervindo vários factores:

- A legislação anterior (de congelamento) e actual sobre as rendas de casa antigas, que não permite aos senhorios, do ponto de vista económico, conservarem os seus prédios, preferindo que acabem por ruir ou se tornem inabitáveis, antevendo a venda das carcaças por preços altos.
- A terciarização das actividades, em detrimento da habitação, fazendo disparar os preços dos terrenos e das casas e desinteressando os proprietários do negócio da habitação.
- A política irracional da betonização das periferias – fortemente induzida pelos *lobbies* da construção civil -, conduzindo a um desenvolvimento anormal das áreas urbanas, quando a população portuguesa, como já vimos atrás, cresceu, na última década, abaixo dos 5%.
- A quase impossibilidade de estacionamento nos centros históricos.

⁴⁸ VIEIRA, Pedro Almeida – “Baixa velha e só”, *Foetus*, n.º 124 de 28 de Fevereiro de 2002, p. 28 ss.

⁴⁹ *Idem*, *ibidem*, *passim*.

- A ausência de penalização fiscal para as casas devolutas, medida que parece existir noutros países europeus.
- Os constrangimentos exagerados às intervenções no património classificado e nas suas áreas de protecção.
- A impossibilidade dos municípios expropriarem a preços razoáveis.
- A compra de habitações para fins-de-semana ou férias nos centros históricos de maior valor patrimonial, permanecendo vazias a maior parte do ano.
- A continuação de uma política de investimento público que esquece o interior e que o desertifica, com consequências gravosas para as cidades do litoral, em particular para Lisboa.

A crueza dos números não deixa dúvidas interpretativas; não se contraria o despovoamento dos centros históricos construindo na periferia. O exemplo de Elvas pode tornar-se paradigmático:

a) *Antes da construção extramuros*

- Em 1527, Elvas possuía 7664 hab.⁵⁰; como já referimos, era a quinta cidade mais populosa do reino, depois de Santarém, com mais 72 fogos, de Évora, do Porto e de Lisboa.
- Por volta de 1620, possuía 15000 a 20000 hab.⁵¹
- Em 1820, 10000 hab.⁵²
- Em 1864, 10271 hab.⁵³
- Em 1878, 10471 hab.⁵⁴
- Em 1890, 13291 hab.⁵⁵
- Em 1900, 13981 hab.⁵⁶
- Em 1911, 10645 hab.⁵⁷
- Em 1920, 11747 hab.⁵⁸
- Em 1930, 12413 hab.⁵⁹

⁵⁰ *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 203.

⁵¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 88.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 111.

⁵³ *Idem, ibidem, passim*.

⁵⁴ *Idem, ibidem, passim*.

⁵⁵ *Idem, ibidem, passim*.

⁵⁶ *Idem, ibidem, passim*.

⁵⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 88; o autor chama a atenção para o facto de se ter registado aqui uma "alteração administrativa", sem precisar qual.

- Em 1940, 14615 hab.⁶⁰

- Em 1950, 14790 hab.⁶¹

b) A partir da construção da cidade extramuros (Anos Cinquenta)

- Em 1960, 14548 hab.

- Em 1970, 12640 hab.

- Em 1981, 15484 hab.

- Em 1991, 16114 hab. com 4621 hab. intramuros

- Em 2001, 15223 hab. com 3602 hab. intramuros

Podemos concluir que Elvas tem hoje, na globalidade (intra e extramuros), praticamente os mesmos habitantes que apresentava quando a cidade se resumia ao espaço intramuros, em 1950, ou seja, antes da expansão urbana. Os habitantes que saíram do centro histórico até hoje (cerca de 11188) não foram substituídos. O número de fogos devolutos é considerável⁶².

Relativamente a Marvão, será uma metodologia pouco aconselhável construir um bairro extramuros sem tomar medidas, intramuros, relativamente às casas arruinadas, devolutas (Fig. 1) - em maior número do que as moradias previstas para o bairro - e à possibilidade de novas construções.

5.3 Como contrariar o despovoamento dos centros históricos

Racionalizando a questão, podemos dizer que o (re)povoamento dos centros históricos só poderá acontecer se houver casas disponíveis e pessoas interessadas.

Só haverá casas disponíveis:

- se os proprietários das casas arruinadas forem obrigados a reconstruí-las e a conservá-las, independentemente do fim a que se destinem; no

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 290.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, *passim*.

⁶⁰ GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 56.

⁶¹ Fonte: INE. Os números que utilizamos para os censos de 1960, 1970 e 1981, resultaram da soma dos habitantes das quatro freguesias da cidade: Alcáçova; Assunção; Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso; Caia e São Pedro, algumas destas freguesias estendem-se para extramuros e para a zona rural, estando o número de habitantes inflacionado, com população exterior aos limites da cidade.

⁶² Em comunicação apresentada no Encontro do Caia (Elvas, 23 de Novembro de 2001), referiu-se cerca de 900 fogos devolutos em Elvas; tentámos confirmar este número junto da câmara mas não o conseguimos por inexistência de dados.

caso de Marvão, existem 16 edifícios degradados ou arruinados, 27 devolutos, 37 com habitação temporária, 73 com habitação permanente e 16 garagens (Fig. 1);

- se o mercado de arrendamento for vantajoso para os proprietários, quer em termos de rendas cobradas quer de incentivos fiscais;
- se for parada a invasão de actividades terciárias, estabelecendo-se as respectivas quotas;
- se as condições de conservação e de habitabilidade forem compatíveis com os padrões actuais de conforto, ressalvadas determinadas condições específicas dos centros históricos que são inultrapassáveis.

Só haverá pessoas interessadas:

- se houver desenvolvimento socioeconómico e cultural local e regional, promovendo o emprego e a atractividade;
- se o arrendamento e a compra se puderem realizar a preços razoáveis.

Vejamos como poderão as autarquias dinamizar políticas tendentes a alcançar, pelo menos, alguns destes objectivos.

5.3.1 Disposições legais e programas para a conservação e reabilitação urbanas

Sem pretendermos esgotar todas as possibilidades legais – demasiado avulsas e dispersas no tempo - que promovem a conservação e a reabilitação urbanas, gostaríamos de fazer alusão às de maior visibilidade e aplicabilidade aos centros históricos em geral:

a) Através do Regulamento Geral das Edificações Urbanas

O Decreto-Lei n.º 38382/51, de 7 de Agosto, constitui o RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas. No seu Título I (Disposições de Natureza Administrativa), Capítulo Único, Artigos 9º, 10º, 11º e 12º, estabelecem-se

disposições tendentes a obrigar os proprietários das edificações a mantê-las em bom estado de conservação⁶³.

b) Através dos Planos Municipais de Ordenamento do Território

Tendo em vista a execução dos planos municipais de ordenamento do território, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, no seu Art. 128º, alínea d), possibilita a expropriação de “prédios urbanos que devam ser reconstruídos ou remodelados, em razão das suas pequenas dimensões, posição fora do alinhamento ou más condições de salubridade, segurança ou estética, quando o (ou os) proprietários não derem cumprimento [início], sem motivo legítimo, no prazo de 18 meses, à notificação que, para esse fim, lhes for feita (...)”. Todo o Capítulo V regula mecanismos de intervenção que podem ter aplicação nos centros históricos.

c) Através de programas de reabilitação urbana

Representando a alternativa à desenfreada urbanização das periferias, procura-se: a economia do solo como recurso escasso que é; a administração mais fácil e menos onerosa das infra-estruturas, estruturas e equipamentos; a salvaguarda do património histórico, cultural e social que essas áreas encerram.

São variados os programas de reabilitação, podendo escolher-se o (ou os) que melhor se coadunem ao caso específico de cada centro histórico; indicamos os de aplicação mais generalizada:

- o PRAUD⁶⁴;

⁶³ O Art. 9º estipula que as edificações deverão ser intervencionadas, no sentido da sua conservação, pelo menos, uma vez em cada oito anos. Independentemente da periodicidade anterior, o Art. 10º refere que as câmaras municipais poderão determinar, após vistoria, a realização de obras que corrijam más condições de salubridade, solidez ou segurança contra incêndio. O Parágrafo 1º deste artigo (alterado pelo Decreto-Lei n.º 44258/62, de 31 de Março) estabelece ainda que as câmaras municipais podem ordenar, após vistoria, “demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública”. O Art. 11º capacita as câmaras para a expropriação de edificações que, após vistoria, “devam ser reconstruídas, remodeladas, beneficiadas ou demolidas, total ou parcialmente, para a realização de plano de urbanização”. Pelo Art. 12º podem as câmaras, mesmo sem vistoria, ordenar aos proprietários pequenas obras de reparação sanitária e aplicar as penas previstas na lei pelo não cumprimento das determinações. O Art. 166º (alterado pelo Decreto-Lei n.º 44258/62, de 31 de Março) estabelece que quando o proprietário não começar as obras referidas nos artigos 9º, 10º e 12º, ou as não concluir dentro dos prazos fixados, “poderá a câmara municipal ocupar o prédio para o efeito de mandar proceder à sua execução imediata”. No Parágrafo único deste artigo estabelece-se, ainda, que “na falta de pagamento voluntário das despesas, proceder-se-á à cobrança coerciva”.

⁶⁴ PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, gerido pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território, com a colaboração das Comissões de Coordenação Regionais; foi criado na sequência do Programa de Reabilitação Urbana

- o programa SOLARH⁶⁵;
- o programa RECRIA⁶⁶;
- o programa REHABITA⁶⁷;
- o programa RECRIPH⁶⁸;
- o Decreto-Lei n.º 110/85, de 17 de Abril⁶⁹;
- o Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de Junho⁷⁰.

Podemos concluir que existem programas de financiamento para a reabilitação urbana e regulamentação suficiente para permitir às câmaras municipais coagir os proprietários a manter as suas edificações em bom estado de conservação. Mas todos sabemos que a reabilitação urbana onera as câmaras (em permanente estado de acrobacia económica e financeira, muitas delas, como Marvão, sem grande capacidade de endividamento), e que a capacidade legal de coacção não é geralmente accionada. Entre as razões para que tal se não verifique podemos apontar as seguintes:

(Despacho n.º 4/85 da SEIU) e prevê a comparticipação a fundo perdido (até 25% dos encargos assumidos pelo município) para a intervenção em edifícios destinados ao arrendamento para habitação e a comparticipação, também a fundo perdido, (até 75% dos vencimentos), para a instalação de Gabinetes Técnicos Locais; a legislação reguladora é a seguinte: Despacho n.º 1/88, de 6 de Janeiro, da SEALOF (Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território) (DR, 2.ª, 16, de 20-1-88); Despacho n.º 23/90, de 6 de Novembro, da SEALOF (DR, 2.ª, 269, de 21-11-90); Despacho n.º 19/93, de 31 de Março, do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (DR, 2.ª, 118, de 25-5-93).

⁶⁵ O programa SOLARH, regulado pelo Decreto-Lei n.º 7/99, de 8 de Janeiro, possibilita, aos indivíduos e agregados familiares carenciados, o acesso a um apoio financeiro especial para a realização de obras de conservação e de beneficiação em habitação própria permanente, através do INH - Instituto Nacional de Habitação. O montante do crédito era de 2000 contos em 1 de Janeiro de 1999, sendo anualmente atualizável de acordo com a variação do índice de preços ao consumidor, sem a habitação, e pode ser reembolsável num prazo máximo de 30 anos.

⁶⁶ O programa RECRIA, regulado pelo Decreto-Lei n.º 197/92, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/96, de 31 de Julho, constitui um "Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados". Visa a execução de obras de conservação e beneficiação em fogos e imóveis degradados mediante a concessão de uma comparticipação financeira a fundo perdido pelo IGAPIE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional de Estado. Esta comparticipação pode atingir o montante máximo de 65% do valor das obras, competindo ao IGAPIE suportar 60% desse custo e ao município os restantes 40%. O valor da comparticipação pode aumentar em 10%, desde que as obras visem adequar os prédios à Medidas Cautelares de Segurança contra Riscos de Incêndio nos Centros Urbanos Antigos. O Decreto-Lei n.º 104/96, de 31 de Julho, veio permitir aos municípios que procedam a obras em substituição dos respectivos senhorios ou proprietários, a possibilidade de beneficiarem de um financiamento bonificado, reembolsável até 10 anos, para fazer face aos encargos resultantes de obras não comparticipadas pelo RECRIA.

⁶⁷ O REHABITA - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, constitui uma extensão do RECRIA e visa apoiar financeiramente as câmaras municipais na recuperação de zonas antigas que sejam declaradas como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, nos termos do Capítulo XI, Art.ºs 41.º a 46.º do Decreto-Lei n.º 794/76 de 5 de Novembro; estas zonas têm que possuir Planos de Pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados. As obras podem assumir as seguintes categorias: conservação, beneficiação e reconstrução de edifícios habitacionais; é regulado pelo Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho.

⁶⁸ O RECRIPH - Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, visa a recuperação de imóveis antigos em regime de propriedade horizontal. Têm acesso a este programa as administrações de condomínio e os condóminos nas condições expressas no Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de Julho; nomeadamente, os edifícios em causa têm que ter sido construídos até à data de entrada em vigor do RGEU (7 de Agosto de 1951), ou, após essa data, têm que possuir licença de utilização emitida até 1 de Janeiro de 1970; têm que ser compostos, pelos menos, por quatro fracções autónomas, podendo uma delas estar afectada a actividade terciária.

⁶⁹ Como já tínhamos anotado, o Decreto-Lei n.º 110/85, de 17 de Abril, permite aos municípios a obtenção de financiamento para "construção ou aquisição no âmbito de programas de reabilitação urbana ou de contractos de desenvolvimento para a habitação, de habitações destinadas ao arrendamento".

⁷⁰ Também o Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de Junho, regula a implementação de "programas de habitação social municipal para arrendamento destinados ao realojamento da população residente em barracas".

1º Evitar conflitos, quer pessoais quer na justiça – geralmente muito prolongados, mediando cerca de três anos, entre a denúncia e a cobrança coerciva -, com consequentes repercussões negativas a nível político.

2º Incapacidade económica:

- As intervenções nos centros históricos são sempre mais complexas, sobretudo pela falta de espaço, tornando-se mais onerosas.
- O número de imóveis a intervencionar nos centros históricos é, geralmente, em tal número, que desmobiliza, quer do ponto de vista económico, quer técnico-administrativo, a câmara melhor intencionada, sendo o recurso ao crédito a única solução.
- Imaginando que o proprietário não paga as intervenções e que, ao cobrar-se a despesa coercivamente, a casa reverte para a propriedade da câmara, restam duas saídas:

- a) Arrendamento – se a renda for baixa, poderá não pagar, sequer, o serviço da dívida; não o sendo, muito dificilmente haverá procura para tal em lugares como Marvão; por outro lado ainda, as câmaras já gastam fundos consideráveis na conservação dos seus imóveis, alguns arrendados para habitação (Fig. 1).
- b) Venda - poderá destinar-se a 2ª habitação, no caso de centros históricos como Marvão, não se fomentando, depois de tanto investimento económico e administrativo, o povoamento.

5.3.2 Políticas potenciadoras do povoamento

Face a tal complexo de vectores que interferem na magna questão do despovoamento dos centros históricos, não há soluções milagrosas nem fáceis, mas há políticas que, no médio e longo prazos, poderão contrariar a tendência dos últimos anos:

- Discriminar positivamente, a nível de contribuição autárquica, os edifícios não devolutos.

- Fazer uso da lei (através das câmaras municipais) obrigando os proprietários de prédios arruinados a realizar as necessárias intervenções; esta lei deve ser adequada a tornar os processos judiciais mais céleres.
- Estabelecer, através das câmaras municipais (planos de pormenor), quotas para a habitação nos centros históricos, evitando a excessiva terciarização.
- Suavizar os constrangimentos do IPPAR às intervenções nos centros históricos classificados, de modo a proporcionar boas condições de habitabilidade.
- Estimular o mercado de arrendamento: revendo a legislação reguladora das rendas de casa de molde a tornar os arrendamentos antigos num bom negócio para o senhorio: estes arrendamentos não podem continuar a constituir um fardo e um problema economicamente insustentável para os proprietários, urgindo a intervenção do Estado, substituindo os senhorios na acção social que estes são obrigados a prestar actualmente; discriminando positivamente a compra de casas usadas, relativamente às novas, no que diz respeito à bonificação do crédito à habitação.
- Rever os PDM, impedindo a expansão urbana desproporcionada com as reais necessidades, em favor de uma política de recuperação do património; só uma maior oferta de casas recuperadas pode fazer baixar a especulação imobiliária⁷¹.
- Manter e desenvolver os actuais programas de reabilitação urbana, discriminando positivamente as intervenções nos centros históricos classificados.

5.4 Uma estratégia para Marvão

Face ao levantamento objectivo da situação, parece-nos aconselhável a seguinte metodologia:

⁷¹ Vitor Córias e Silva, presidente do Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico (GECORPA), afirmou, em entrevista ao *Expresso* n.º 1556, de 24 de Agosto de 2002, caderno *Expresso Imobiliário*, que "500 Euros por m² (custo da construção de habitação nova com razoável qualidade) é um custo máximo para uma boa reabilitação. Em média, os custos da reabilitação poderão andar pelos 400 Euros por m² para os edifícios mais antigos e mais degradados e baixar para 200 por m² para edifícios mais recentes. Acontece que os preços do imobiliário não são ditados pelo custo da construção ou da recuperação mas pela lei da oferta e da procura. Os preços só são altos se houver quem esteja disposto a pagá-los. Se houver mais oferta, os preços baixam."

I FORUM MARVÃO

1º Iniciar, de forma planificada/calendarizada, o processo de pressão sobre os proprietários de edifícios degradados, para que os recuperem, intervindo-se à luz da legislação já referida; é óbvio que esta acção carece de vontade política e de uma larga base de apoio da comunidade.

2º Aproveitar os programas de reabilitação urbana para promover a conservação e a recuperação de habitações, ao nível e ao ritmo compatíveis com as capacidades camarárias.

3º Proceder ao levantamento dos espaços públicos ou privados susceptíveis de receberem construção nova para habitação (ou para outros usos que possam ser úteis à comunidade, nomeadamente para equipamentos), torná-la legalmente viável nos planos de ordenamento e promovê-la, sem descaracterizar a realidade histórico-arquitectónica da vila; atender a que uma das características do espaço urbano medieval, e ainda visível em Marvão, era exactamente a existência de quintais, hortas e zonas livres para a recolha do gado.

4º Continuar o processo de construção/aquisição de habitações para arrendamento, calculando um valor para as rendas que sustente as despesas de conservação, situação que agora se não verifica.

5º Melhorar as condições de habitabilidade, discutindo e dinamizando, com o IPPAR, uma política realista no que diz respeito aos constrangimentos às intervenções nas habitações.

6º Calcular uma taxa, não ultrapassável, para a terciarização das funções do património edificado.

7º Qualificar o espaço urbano (infra-estruturas, mobiliário, paisagem urbana, etc.) de forma a oferecer Marvão como um lugar de excelência.

I FORUM MARVÃO

8º Incentivar a revitalização socioeconómica e cultural da vila, através do desenvolvimento de actividades turísticas, culturais, científicas – de que o *Forum Marvão* é exemplo – e de prestação de serviços em geral.

9º Avaliar a “capacidade de carga” e monitorizar o *stress* que o turismo pode vir a provocar na vila, de forma a mantê-lo em níveis compatíveis com a conservação do património cultural e ambiental, com a qualidade da fruição cultural e com o bem-estar da população.

10º Manter, no PDM, a possibilidade de construção do bairro habitacional extramuros, e decidir, sem precipitações e da forma mais ponderada e democrática possível, conjugando todos os interesses em jogo e numa perspectiva de futuro; a metodologia de intervenção deve fazer-se sempre de *intra* para *extramuros*, para que a construção nova de fora não entre em concorrência e não despovoe ainda mais o interior da vila.

11º Obviamente que a revitalização de Marvão não é indissociável da revitalização do concelho, destacando-se, como projectos mais importantes a apoiar, desenvolver ou estudar: o Projecto da “Quinta da Descoberta da Natureza – Olhos de Água”, do Parque Natural da Serra de São Mamede; a estação arqueológica e museu da Cidade Romana de Ammaia; o aproveitamento turístico-cultural das Caleiras da Escusa, do património arqueológico pré-histórico, dos percursos pedonais e do parque habitacional e instalações da fronteira de Galegos; o aproveitamento desportivo do sítio de Marvão e da Barragem da Apartadura; o estudo sobre a viabilidade da revitalização das antigas Termas da Fadagosa.

Conclusões

- Durante as Idades Média e Moderna, e em tempo de paz, o valor estratégico militar dos sítios ditou o seu povoamento, mais ou menos difícil consoante as respectivas condições naturais e a geografia económica da sua situação.

- Em tempo de guerra, o valor estratégico militar dos sítios provocou exactamente o fenómeno inverso.

- Enquanto se manteve o valor estratégico militar dos sítios, as respectivas populações cresceram, embora a um ritmo inferior ao da população nacional.
- A partir de meados do séc. XIX, com a obsolescência das fortificações permanentes e a consequente perda total ou parcial do valor estratégico militar dos sítios, acentuou-se o despovoamento das povoações fortificadas de fronteira, não havendo, uma única das consideradas, que não manifestasse quebra demográfica concelhia entre os dois últimos censos.
- Com a expansão urbana para extramuros; a população, no seu conjunto, não aumentou, antes diminuiu ligeiramente, mas o espaço urbano de intramuros ficou seriamente despovoado.
- Marvão resistiu mais a este despovoamento de intramuros devido às características orográficas do sítio, que não permitem, na prática, a expansão para extramuros, à manutenção da sede do concelho na vila e à política de aquisição/construção de habitação para arrendamento de características sociais.
- O combate ao actual despovoamento dos centros históricos – que se manifesta independentemente da situação geográfica, extensão das periferias, grau de desenvolvimento económico, fluxos turísticos, importância política - carece de políticas municipais e nacionais conjugadas, de recuperação integrada do património, de contenção da expansão urbana, do estabelecimento de quotas para as actividades terciárias e de menos restrições às intervenções nos centros históricos classificados por parte do IPPAR, sobretudo no que diz respeito aos interiores e à introdução de novos materiais.
- É fundamental uma integração de políticas em todos os domínios: o problema de Marvão e de outras vilas fortificadas do interior é, antes de tudo, o problema do interior, a consequência da persistência de políticas nacionais que têm acentuado assimetrias territoriais.

Fontes e Bibliografia

a) Fontes

Instituto Nacional de Estatística, censos de 1864 a 2001.

b) Bibliografia

ARMAS, Duarte de - *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, Lisboa, 1990.

BARBOSA, Vilhena - *As Cidades e Vilas da Monarquia Portuguesa*, vol. II, Tipografia do Panorama, Lisboa, 1860.

COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Terras de Odiana*, 2ª edição, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, 1988.

CORNIDE, D. José - *Estado de Portugal en el Año de 1800 / Memorial Histórico Español*, Real Academia de la História, Tomo XXVIII, Madrid, 1897.

COSTA, L. de Mendonça – *Manual do Viajante em Portugal*, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, Lisboa, 1907.

História de Portugal, dir. José Mattoso, vol. II, Círculo de Leitores, s. I., 1993.

Instituto Nacional de Estatística – *Censos 2001. Resultados Preliminares. Região Alentejo*, INE, Lisboa, 2002.

MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio – “O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 3, Câmara Municipal de Marvão, Dezembro de 1993.

MAGALHÃES, A. - “Marvão”, *O Distrito de Portalegre*, n.ºs 2004/2005, de 13 de Setembro de 1912.

I FORUM MARVÃO

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, vol. III, 3ª edição, Palas Editores, Lisboa, 1986.

MATTOS, F. A. - *Diccionario Chorographico de Portugal*, Lisboa, 1889.

MATTOS, Gastão de Mello de - *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar (IV), Volume Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941.

MORENO, Humberto Baquero - *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*, Ed. Presença, Lisboa, 1986.

NUNES, António Lopes Pires – *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal* – Direcção do Serviço Histórico Militar, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988.

RODRIGUES, Teresa Ferreira – “As estruturas populacionais”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. III, Círculo de Leitores, s. l., 1993.

SIDARUS, Adel - “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, Novembro de 1991.

VIEIRA, Pedro Almeida – “Baixa velha e só”, *Focus*, n.º 124 de 28 de Fevereiro de 2002.

SILVA, Vítor Córias, entrevista ao *Expresso* n.º 1556, de 24 de Agosto de 2002, caderno *Expresso Imobiliário*.

CENTROS HISTÓRICOS ABALUARTADOS DE EXTREMADURA. LA IMAGEN DE LA MEMORIA URBANA RAYANA, A TRAVÉS DE LOS PLANOS.

Antonio-José Campesino Fernández

(Universidad de Extremadura)

Resumo

La presente ponencia forma parte del Proyecto de Investigación Transfronteriza que sobre "*Territorio y Ciudades Abaluartadas en la Raya Ibérica: de Frontera a Paisaje Cultural de la Humanidad*" venimos desarrollando desde hace más de un lustro entre profesionales interdisciplinarios de las Universidades rayanas (*Arquitecturas na Raia*) y que recibió su espaldarazo definitivo en la pasada reunión de Elvas, 2001.

Territorio, urbanismo, patrimonio y turismo constituyen los cuatro recursos básicos de este proyecto de gran alcance y larga duración que compromete a los dos Países ibéricos, a nueve Regiones, a otras tantas Universidades y a multitud de Municipios rayanos a la hora de coordinar políticas transfronterizas -hoy dispersas-, en un proyecto global, común y compartido, de reordenación de la raya/raia que nos une, y de sus excepcionales potencialidades naturales y culturales que la hacen acreedora de integrarse en el Patrimonio Mundial.

La ordenación urbanística y territorial de Extremadura compete a la nueva figura de los *Planes Generales Municipales*, contenida en la novísima *Ley 15/2001, de 14 de diciembre, del Suelo y Ordenación Territorial de Extremadura*. La protección patrimonial y la rehabilitación integrada de los Conjuntos y Centros Históricos de la Comunidad Autónoma de Extremadura, se confía a los *Planes Especiales de Protección*, redactados o en curso de redacción, por mandato de la *Ley 2/1999, de 29 de marzo, de Patrimonio Histórico y Cultural de Extremadura*. Su ordenación turística se regula por la *Ley 2/1997, de 20 de marzo, de Turismo de Extremadura* y se desarrolla por el Plan Turístico Regional de Extremadura (2000-2006).

La compleja articulación de tales políticas de gran transversalidad para la ordenación integrada de los Conjuntos y Centros Históricos se confía a los *Planes Especiales de Protección y Rehabilitación Integrada*. Ocurre que los equipos redactores de tales figuras de planeamiento chocamos con enormes lagunas de investigación básica a la hora de fundamentar las Memorias de Información Urbanística de los Conjuntos y Centros Históricos rayanos, imposibles de superar por la escasa disponibilidad de

tiempo –seis meses- para la redacción de tales Memorias, carencias investigadoras que hipotecan de partida la calidad del diagnóstico y, por consiguiente, la de las propuestas de intervención, demostrando –una vez más- la contradicción existente entre el tiempo largo (científico) de la investigación y el tiempo corto (político) de la redacción del planeamiento de desarrollo.

Nuestra aportación presente, al tiempo que profundiza en la investigación rayana, recuperando la memoria del urbanismo de frontera a través de la planimetría histórica, proporciona fundamentos urbanísticos investigadores a los equipos redactores de los Planes Especiales de Protección en curso.

Marco legal autonómico para la intervención en las ciudades históricas de Extremadura.

Ley 2/1999, de 29 de marzo, de Patrimonio Histórico y Cultural de Extremadura.

La LPHC, que se promulga a finales de la década de los noventa, es una de las últimas normativas autonómicas por orden de aparición, catorce años después de la estatal *Ley 16/1985, de 25 de junio del Patrimonio Histórico Español*.

De forma sintética recogemos el articulado relativo a la intervención en los conjuntos y ciudades históricas:

Art. 6.1. b. Clasificación.

“Conjuntos Históricos: “la agrupación homogénea de construcciones urbanas o rurales que destaque por su interés histórico, artístico, científico, social o técnico, que constituyan unidades claramente delimitables por elementos tales como sus calles, plazas, rincones o barrios”.

La mera agrupación de construcciones sólo constituye el soporte físico del Conjunto, residiendo su auténtico valor en el depósito cultural de yuxtaposición y sobre-imposición de piezas de las sucesivas civilizaciones. De ahí, la

importancia de recuperar la multifuncionalidad integrada de los centros históricos -física, social, funcional y ambiental-, evitando su conversión en piezas fosilizadas de museo. Hay que dignificar y facilitar la vida a los ciudadanos que viven en ellos y adoptar políticas flexibles que permitan combinar la conservación con la rehabilitación, evitando las falsificaciones, los fachadismos y los pastiches.

Art. 40. Conjuntos Históricos. Planeamiento.

1. *“La declaración de un Conjunto Histórico determinará la obligación para el Ayuntamiento en que se encuentre de redactar un Plan Especial de protección del área afectada en el plazo que el Decreto de declaración establezca en atención a las características y circunstancias de cada Conjunto Histórico. La Administración Regional arbitrará en estos casos las medidas de ayuda y colaboración que fueran pertinentes para facilitar dicha obligación de los Ayuntamientos. La probación definitiva de este Plan requerirá el informe favorable de la Consejería de Cultura y Patrimonio que se entenderá positivo si transcurren tres meses desde su presentación y no hubiese sido emitido”.*

Art. 41. Contenido del planeamiento.

1. *“El PEP establecerá para todos los usos públicos el orden prioritario de su instalación en los edificios o espacios que sean aptos para ello. Igualmente contemplará las posibles áreas de rehabilitación integrada que permitan la recuperación del área residencial y de las actividades económicas adecuadas”.*

“También contendrá los criterios relativos a la conservación de fachadas y cubiertas e instalaciones sobre las mismas, así como de aquellos elementos más significativos existentes en el Interior”.

2. *“Se mantendrán igualmente la estructura urbana y arquitectónica del Conjunto Histórico y las características generales del ambiente y del paisaje. No se permitirán modificaciones de las alineaciones, alteraciones de la edificabilidad, parcelaciones ni agregaciones de inmuebles, salvo que contribuyan a la conservación general del carácter del Conjunto Histórico”.*
3. *“Contendrá un catálogo exhaustivo de todos los elementos que conforman el Conjunto Histórico, incluidos aquellos de carácter ambiental, señalados con precisión en un plano topográfico, en aquellos casos en donde fuese preciso”.*
4. *“En el planeamiento se recogerán normas específicas para la protección del patrimonio arqueológico, que contemplarán al menos, la zonificación de áreas de aparición de restos arqueológicos, soluciones técnicas y financieras”.*
5. *“En la redacción del PE se contemplarán específicamente las instalaciones eléctricas, telefónicas y cualesquiera otras, que deberán ir bajo tierra. Las antenas de televisión, pantallas de recepción de ondas y dispositivos similares se situarán en lugares que no perjudiquen la imagen urbana o del conjunto. Sólo se autorizarán aquellos rótulos que anuncien servicios públicos los de señalización y comerciales, que serán armónicos con el Conjunto, quedando prohibidos cualquier otro tipo de anuncios o rótulos publicitarios”.*

Art. 42. Conjuntos Históricos. Autorización de obras.

1. *“En tanto no se apruebe definitivamente la normativa urbanística de protección, la concesión de licencias o la ejecución de las ya otorgadas precisarán resolución favorable de la Consejería de Cultura y Patrimonio. No se admitirán modificaciones o cambios que afecten a la armonía del Conjunto Histórico”.*

2. *“Una vez aprobado definitivamente el PEP, los Ayuntamientos serán competentes para autorizar las obras que lo desarrollen, debiendo dar cuenta a la Consejería de Cultura y Patrimonio de las licencias concedidas en un plazo máximo de diez días”.*

Los Planes Especiales de Protección y Reforma Interior son instrumentos mixtos de combinación entre protección y reforma interior (remodelación urbana). El catálogo de elementos patrimoniales permite a los PEPRIs concretar los criterios de protección, aplicables individualmente a cada uno de los elementos, a los que asigna un grado de protección determinado, variable y distinto en función de sus características. Por tanto, en un Conjunto Histórico existirán objetos con regímenes jurídicos diferenciados.

Los Planes Especiales de Protección no pueden invadir competencias de la legislación urbanística general y de los Planes Generales Municipales. Pero es preciso mantenerse atentos, por cuanto las operaciones de remodelación urbana y sustitución de inmuebles son una puerta abierta a la modificación sustancial de los elementos integrantes de los Conjuntos Históricos

Art. 85. Rehabilitación de viviendas.

“Los estímulos, beneficios y ayudas que el ordenamiento jurídico establece para la rehabilitación de viviendas podrán ser aplicables a la conservación y restauración de los inmuebles integrantes del Patrimonio Histórico y Cultural extremeño, cuyas obras hubieran sido debidamente aprobadas por los órganos competentes en materia de Cultura, en los términos que reglamentariamente de determine”.

La acción rehabilitadora, contenida en la definición de “Áreas de Rehabilitación Integrada” (ARIs), vincula la legislación rehabilitadora y la legislación del patrimonio histórico-artístico, a través del planeamiento urbanístico especial. La delimitación de las ARIs pretende conseguir la recuperación del área residencial pública y privada y de las actividades económicas presentes en el área acotada por la declaración.

Art. 86. Ayudas al planeamiento en conjuntos históricos.

"A fin de que se cumpla la obligación prevista en el artículo 40 de esta Ley, la Junta de Extremadura concederá ayudas o subvenciones a las entidades locales afectadas, mediante la firma de los convenios oportunos, en los que se definirán los términos de co-financiación con dichas entidades, dentro de los límites presupuestarios que reglamentariamente se determinen".

Art. 87. Porcentaje cultural.

1. *"En toda obra pública que se realice con fondos de la Junta de Extremadura o de sus concesionarios, cuyo presupuesto exceda de cien millones de pesetas, se incluirá una partida de al menos el 1% de la aportación de la Comunidad Autónoma a dicho presupuesto destinada a obras de conservación y acrecentamiento del Patrimonio Histórico y Cultural de Extremadura, que serán desarrolladas preferentemente en la propia obra o en su entorno, excepto las obras que se realicen en cumplimiento de los objetivos de la presente Ley".*
2. *"Las inversiones culturales que el Estado haga en Extremadura en aplicación del 1% determinado por la Ley 16/1985, de 25 de junio, de Patrimonio Histórico Español, se harán con informe previo de la Consejería de Cultura y Patrimonio sobre los sectores y ámbitos culturales que se consideren prioritarios en cada momento".*

Estado del planeamiento especial de protección en las ciudades abaluartadas de Extremadura.

- **Moraleja:** *Normas Subsidiarias de Planeamiento Municipal,* aprobadas y publicadas en el DOE del 30 de junio de 1994.
 - Nada que proteger, por cuanto la fortificación abaluartada ha desaparecido.

- **Alcántara:** *Normas Subsidiarias de Planeamiento Municipal*, aprobadas y publicadas en el DOE del 24 de mayo de 1995. *Plan Especial de Protección* en curso de redacción.
 - Permanece menos del 15% de la fortificación abaluartada por carencia de conservación, aunque en avanzado estado de ruina o demolida. Se encuentra cubierta de vegetación por cuanto sus obras de fábrica sirven en su mayoría de cercas de predios privados, urbanos y rústicos.

- **Valencia de Alcántara:** *Normas Subsidiarias de Planeamiento Municipal*, aprobadas y publicadas en el DOE del 16 de marzo de 1999. *Plan Especial de Protección* en curso de redacción. *Plan Especial de Protección* en curso de redacción.
 - Poco por proteger, por cuanto se ha perdido casi toda la cerca abaluartada, excepto un par de baluartes de la ciudadela cor garitas y cortinas; el de las inmediaciones de la iglesia de Rocamador, ha sido recientemente rehabilitado.

- **Alburquerque.** *Normas Subsidiarias de Planeamiento Municipal*, aprobadas el 3 de marzo de 1988 y publicadas en el BOP del 16 de mayo de 1988.
 - Se han reconstruido lienzos de muralla y merlones. En la zona próxima a la Villa de Adentro, se han levantado muros ataluzados modernos.

- **Badajoz.** *Plan General de Ordenación Urbana. Plan Especial de Protección del Patrimonio Urbano de Badajoz: Casco Intramuros*, redactado en 1995 (Pagés y Campesino, 1992), pero ni asumido, ni aprobado definitivamente por la actual Corporación Municipal, lo que evidencia un grado supino de irracionalidad y desprecio por el patrimonio.

- Pésimo estado de conservación de algunos baluartes que mantienen su estructura, habiéndose demolido muchas de las cortinas para favorecer la expansión de la ciudad. A excepción de los fosos, utilizados como parques, se ha perdido toda la fortificación perimetral y en las zonas de intervención, se han vulnerado los criterios de rehabilitación.

- **Olivenza.** *Plan General de Ordenación Urbana*, aprobado definitivamente el 28 de febrero de 1991 y publicado en el BOP del 4 de abril de 1991. *Plan Especial de Protección*.

- Se mantiene el 70% de la fortificación, con puertas, baluartes y cortinas, fruto de la preocupación rehabilitadora desde mediados de los ochenta, que las ha liberado de edificaciones, huertos y usos incompatibles. Regida la municipalidad desde 1979 por su Alcalde-Presidente, Ramón Rocha Maqueda, Olivenza es hoy un modelo fronterizo de buenas prácticas gestoras urbanísticas, centro cultural de congresos rayanos y sede permanente del CEAT (Centro de Estudios de Arquitecturas Transfronterizas, que desde 1995 viene desarrollando el Programa de Investigación Aplicada de "Arquitecturas na Raia".

Conclusiones

- Fortificación durante los siglos XVII y XVIII de villas muradas preexistentes, medievales y renacentistas, para su conversión en máquinas de guerra de distinto rango, según la distinción de la tratadística militar: plazas fuertes y plazas de armas. Militarización del espacio urbano

civil y del territorio rayano desde 1640 con nuevas estrategias defensivas, con representación cartográfica del urbanismo y de las arquitecturas militares y desprecio del urbanismo civil en blanco, subyugado a la normativa legal castrense.

- Investigación sobre la frontera para la regeneración del patrimonio territorial y urbano: Talleres de "*Arquitecturas na Raia*" (1995-2001) y Proyecto de Investigación Aplicada: "*Territorio y Ciudades Abaluartadas en la Raya Ibérica: de frontera a paisaje Cultural de la Humanidad*", auspiciado por ICOMOS-España, y dirigido por la Cátedra de Análisis Urbano y Regional del Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Extremadura en Cáceres, con participación de cuatro Universidades españolas (Santiago, Salamanca, Cáceres y Sevilla), para proceder al inventario de Fortificaciones Abaluartadas (Ficha del Comité Internacional de Itinerarios Culturales -CIIC- de ICOMOS), con el objetivo de construcción de la *Ruta de las Ciudades Abaluartadas de la Raya Ibérica* (Patrimonio de la Humanidad).
- La investigación contrastada y el trabajo de campo están permitiendo el diagnóstico de las patologías urbanas a los profesionales que redactamos documentos de planeamiento de desarrollo, mayor grado de sensibilidad en la protección municipal, y operatividad en los procesos de gestión: rehabilitación integrada (ARIs) y civilización del espacio militar obsoleto, con recuperación de los edificios para usos culturales, al tiempo que protección y regeneración sostenible de los magníficos recursos paisajísticos, íntimamente complementarios.
- Recuperación de las culturas materiales del territorio, desde los antas/dólmenes megalíticos hasta las arquitecturas populares, como soportes rehabilitados del turismo rural y de los itinerarios eco-culturales.

Bibliografía

- ARCHIVO HISTÓRICO MILITAR DE MADRID. *Provincia de Extremadura. Año 1801. Descripción Geográfica...*

- BONET CORREA, A. *Cartografía militar de plazas fuertes y ciudades españolas, siglos XVII y XIX*. Ministerio de Cultura, Madrid, 1991.

- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J. "Badajoz. Ciudad". *Gran Enciclopedia Extremeña*, 2. Ediciones Extremeñas, S. A., Mérida, 1990, pp. 44-49.

- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J. "Badajoz: paradigma de ciudad fronteriza". *Ciudad y Medio Ambiente. Homenaje al profesor D. Joaquin Bosque Maurel. Anales de Geografía de la Universidad Complutense*. Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, nº 15, Madrid, 1995, pp. 169-182.

- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J. "El sistema de ciudades en Extremadura". *Revista Situación: Urbanismo*, 3. Fundación BBV, Bilbao, 1995, pp. 261-273.

- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J. "Alentejo-Extremadura: ciudades y ordenación del territorio". En CABERO, V. y MOLINERO, F. (Coords.). *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles. Relaciones España-Portugal*. 25, 2º Semestre, AGE, Murcia, 1997, pp. 67-82.

- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J. (Dir.). *La raya/raia ibérica: de frontera a paisaje cultural de la Humanidad*. Curso Internacional de Verano. Universidad de Extremadura. Elvas, 23 a 27 de julio de 2001. (Inédito).

- CENTRO DE ESTUDIOS DE ARQUITECTURAS TRANSFRONTERIZAS (CEAT). *Arquitecturas na Raia-Arquitecturas en la Raya* (Olivenza, 1995; Castelo de Vide, 1996; Alburquerque, 1997; Borba, 1998, Beja, 1999, Elvas 2001). Universidade Moderna de Lisboa, Universidad de Sevilla, Universidad de Extremadura. (Dir. José Manuel Pagés Madrigal y Antonio-José Campesino Fernández).

- CENTRO DE ESTUDIOS DE ARQUITECTURAS TRANSFRONTERIZAS (CEAT). *Arquitecturas en la Raya/Raia '97. Alburquerque*. Universidades Moderna y Lusófona de Lisboa; Escuelas Técnicas Superiores de Arquitectura de Sevilla y Valencia; Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Extremadura. Lisboa, 1997.
- COELLO Y QUESADA, F. *Atlas de España y sus Posesiones de Ultramar..* Biblioteca Nacional, Sección de Planos. Madrid, 1854-1874.
- CORTÉS CORTÉS, F. "Guerra en Extremadura, 1630-1668". *Revista de Estudios Extremeños*, XXXVIII. Diputación Provincial de Badajoz, Badajoz, 1982.
- CORTÉS CORTÉS, F. "1640-1688. Fortificaciones en Extremadura". *Revista de Estudios Extremeños*, XLII. Diputación Provincial de Badajoz, Badajoz, 1986.
- CORTÉS CORTÉS, F. *Una ciudad de frontera. Badajoz en los siglos XVI y XVII*. Badajoz, 1990.
- CRUZ VILLALÓN, M^a. "Las murallas de Badajoz en el siglo XVII". *NORBA-ARTE*, VIII. Departamento de Historia del Arte, Cáceres 1988, pp. 115-142.
- CRUZ VILLALÓN, M^a. "La alcazaba de Badajoz a través de documentos militares de los siglos XVII al XIX". En *Tiempo, Espacio y Arte. Homenaje al profesor Antonio Bonet Correa*. Editorial Complutense, Madrid, 1994.
- CRUZ VILLALÓN, M^a. "Problemas de la ingeniería militar española en el siglo XVII. La plaza de Badajoz". *Norba-Arte*, XVI. Departamento de Historia del Arte, Cáceres, 1998.
- CRUZ VILLALÓN, M^a. *Badajoz. Ciudad amurallada*. Junta de Extremadura, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Universitas Editorial, Madrid, 1999. 122 p.

I FORUM MARVÃO

- CUERPO DE INGENIEROS MILITARES. *Plano de Badajoz*. Servicio Geográfico del Ejército de Madrid. Sección Extremadura, 1º 176. Madrid, 1871.
- ELVAS, 2001.
- FRANCO SILVA, A. *La villa de Olivenza (1229-1801). Aproximación a su historia*. Caja de Ahorros de Plasencia, Plasencia, 1982.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, A. *Las poblaciones de la Baja Extremadura. Configuración y morfología*. Caja de Badajoz, Badajoz, 1993, 405 p.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, A. *La transformación constructiva y urbanística de Extremadura*. Bartolomé Gil Santacruz, Badajoz, 1993, 298 p.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, A. "La fortificación abaluartada de Badajoz". *Apuntes para la historia de la ciudad de Badajoz. Ponencias y Comunicaciones*. Editora Regional de Extremadura, Mérida, 1999.
- JUNTA DE EXTREMADURA. *Arquitectura y vida de frontera*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Mérida, 1994.
- LIMPO PÍRIZ, L. A. "Olivenza: ciudad abierta a dos culturas". *Cuadernos Populares*, 4. Editora Regional de Extremadura, Badajoz, 1985. 39 pp.
- LOPEZ, T. *Extremadura. Por... La Provincia de Extremadura al final del siglo XVIII*. (Estudio y recopilación de Gonzalo Barrientos Alfageme). Asamblea de Extremadura, Mérida, 1991. 500 p.
- LÓPEZ CANO, E. *El castillo de Albuquerque y su recinto amurallado*. Ms. Inédito. Badajoz, 1986.
- LÓPEZ TRIGAL, L. "Las redes urbanas de la Raya hispano-portuguesa". En LÓPEZ, L.; LOIS, R.; GUICHARD, F. (Coords.). *La articulación territorial de la*

raya hispano portuguesa. Actas Simposium Vilar Formoso 1996. Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora, 1997, pp. 199-206.

- LOZANO BARTOLOZZI, M^a. del M. "El 'Barrio Gótico' de Valencia de Alcántara". En ALCÁNTARA, Revista del Seminario de Estudios Cacerenses. 2. tercera época, mayo-agosto. Institución Cultural El Brocense, Diputación Provincial de Cáceres, Cáceres, 1984, pp. 31-45.

- LOZANO BARTOLOZZI, M^a. del M. "Morfología e Historia Urbanas. Poblaciones Históricas en la Provincia de Cáceres". En CASTILLO OREJA, M. Á. (Ed.). *Centros históricos y conservación del patrimonio.* Fundación Argenteria- Visor, Madrid, 1998, pp. 101-126.

- LOZANO TEJEDA, M. *Badajoz y sus murallas.* Colegio Oficial de Arquitectos de Extremadura. Delegación de Badajoz, Badajoz, 1983. 208 pp.

- MADDOZ E IBÁÑEZ, P. *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar.* Tomo VII. Madrid, 1847.

- NAVAREÑO MATEOS, A. "Fortificaciones abaluartadas en Extremadura: Planos de Juan de Landaeta". En NORBA-ARTE, VI. Departamento de Historia del Arte, Universidad de Extremadura, Cáceres, 1985, pp. 145-157.

- NAVAREÑO MATEOS, A. *Arquitectura y arquitectos del siglo XVI en Extremadura.* Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura y Colegio de Arquitectos de Extremadura, Madrid, 1994. 219 pp.

- NAVAREÑO MATEOS, A. "Moraleja: Marco Histórico-Artístico". En AA. VV. *Moraleja.* Madrid, 1995.

- PAGES MADRIGAL, J. M. "La iglesia de la Magdalena en Olivenza". *Estudios Oliventinos, Colectivo Baldosines*, 1. Olivenza, 1985, pp. 9-53.

- PAGÉS MADRIGAL, J. M. "El problema de los centros y villas históricas de la raya ibérica". En *Encuentros/Encontros de Ajuda. Acta, Ponencias y Comunicaciones*. Badajoz, Diputación Provincial, 1987, pp. 305-321.

- PAGÉS, J. M. y CAMPESINO, A.-J. (Dir.). *Plan Especial de Protección del Patrimonio Urbano de Badajoz. Casco Intramuros*. Ayuntamiento, Badajoz, 1992.

- PAGÉS MADRIGAL, J. M. *El territorio fronterizo extremeño-alentejano: asentamientos, arquitecturas y urbanismo*. E. T. S. Arquitectura. Dpto. de Urbanística, Sevilla, 1995. Tesis Doctoral (Inédita).

- QUIRÓS LINARES, F. *Las ciudades españolas en el siglo XIX*. Ámbito, Valladolid, 1991. 315 pp.

- RODRÍGUEZ, R. M^a. *Olivenza, una ciudad de fronteras*. Universidad Complutense, Madrid, 1982.

- SÁNCHEZ, R. M^a. y LIMPO, L. A. *El enclave de Olivenza y sus murallas (1230-1640)*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura y Ayuntamiento de Olivenza, Cáceres, 1994.

CUENCA PATRIMONIO CULTURAL DE LA HUMANIDAD: OPORTUNIDADES Y DESAFÍOS

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa
(Universidad Complutense de Madrid)

Resumo

En las dos últimas décadas, tanto en Portugal como en España, ha tenido lugar una importante revalorización cultural y turística del patrimonio cultural y una carrera de las ciudades históricas para ser incluidas en la **Lista del Patrimonio de la Humanidad de la Unesco**. La existencia de paisajes cargados valores simbólicos y culturales, así como de atractivo turístico, permite evaluar las oportunidades y desafíos que la conservación activa y la reelaboración productiva del patrimonio cultural plantean. En este contexto situamos la problemática de Cuenca, ciudad histórica castellana, incluida en la Lista del Patrimonio Cultural de la Humanidad en 1996, que durante las dos últimas décadas ha formulado interesantes políticas urbanas y desarrollado programas y actuaciones diversas en los ámbitos de la planificación urbanística, la rehabilitación y el desarrollo turístico, como son, entre otros, el Programa Cuenca a Plena Luz, El Plan especial de Ordenación, Protección y Mejora del casco Antiguo y las Hoces del Júcar y el Huécar, el Proyecto Integral de Mejora Urbanística Dirigida al Turismo y el Plan de Dinamización Turística.

Cuenca, una ciudad media con una población de 50.000 habitantes, capital de una provincia de economía fundamentalmente agraria, cuenta con un rico y diversificado patrimonio cultural y natural. Su correcta interpretación requiere acercarse al origen de la ciudad, ver su evolución en el tiempo y presentar los cambios de las últimas décadas, años marcados por considerables transformaciones urbanísticas y funcionales en la ciudad histórica y también por importantes esfuerzos para su recuperación y puesta en valor.

El centro histórico o ciudad alta, con una superficie del orden de 40 Has, una población de unos habitantes 4.000 habitantes y unos 1.400 puestos empleos, por su singularidad urbanística y por sus valores culturales es el símbolo de la personalidad urbana de Cuenca. Prototipo de ciudad fortaleza medieval, constituida por la **ciudad alta** y las hoces de los ríos Júcar y Huécar, configura una realidad urbana extraordinariamente singular donde las arquitecturas modelan el roquedo calizo del emplazamiento.

Tras unas décadas de fuerte despoblación, pérdida de vitalidad funcional y acusado deterioro, la llegada de la democracia significó el inicio de un nuevo ciclo, marcado por un importante compromiso de recuperación urbana, donde múltiples iniciativas, públicas y privadas, buscan, con acierto desigual, adaptar la **ciudad del pasado** a las necesidades del presente, tratando de poner en valor y adecuar el patrimonio urbano a las nuevas demandas funcionales, fundamentalmente turísticas y culturales.

La dirección del expediente para la inclusión del **Recinto Histórico de Cuenca en la Lista del Patrimonio Cultural de la Humanidad** nos brindó, por un lado, la oportunidad de indagar sobre la identidad y significado de este paisaje urbano y, por otro, el reto de reflexionar sobre los problemas relacionados con la conservación activa del patrimonio cultural, la presión del turismo, los cambios funcionales y los efectos de las políticas urbanas. Alrededor de estos campos temáticos intentaremos articular esta ponencia, analizando los programas y proyectos que han tenido una mayor incidencia en la recuperación y puesta en valor del patrimonio cultural.

I. Claves interpretativas de la formación y transformación de la ciudad histórica.

Cuenca nace respondiendo a las necesidades de una época de inseguridad militar y se organiza condicionada por la topografía, por la escasez de espacio vital dentro del recinto intramuros y por las exigencias de una estructura social estamental.

I.1. El origen musulmán, la reconquista y la organización cristiana.

La situación geográfica en las rutas estratégicas entre la Mancha y el valle del Ebro, por un lado, y entre Levante y el valle del Tajo, por otro, propiciaron que los musulmanes, desde una fecha temprana en la conquista de España, posiblemente en el siglo IX, aprovecharan uno de los mejores emplazamientos defensivos de toda la Serranía para ubicar una "**ciudad fortaleza**", desde donde controlar un amplio territorio (Troitiño, 1994).

I FORUM MARVÃO

La vida económica de la ciudad se asentaba en la explotación agrícola de las hoces, en las posibilidades ganaderas del entorno urbano, en la capitalidad administrativa y militar de un amplio territorio y en una industria textil floreciente. En estos siglos de dominio musulmán, Cuenca se organiza entre el castillo y el alcázar adaptándose a la topografía y a las exigencias militares, produciéndose la imbricación entre elementos físicos y humanos que definirá uno de los rasgos fundamentales de su personalidad urbanística. La ciudad fortaleza se organizaba en función de tres recintos escalonados: el exterior aprovechando los escarpes y cortados de las hoces, el articulado alrededor del alcázar y el tercero con la alcazaba alta o castillo.

La conquista de Alfonso VIII, en 1177, significa para Cuenca la adquisición de personalidad jurídica mediante el Fuero, el inicio del poder religioso con la sede episcopal, un importante impulso demográfico con la repoblación y el afianzamiento de una base económica propia. Cuenca se afianza como el centro organizador de un amplio territorio, a comienzos del siglo XIII el autor de la Crónica Latina de Castilla la consideraba como una de las más nobles ciudades del reino castellano.

Una vez consolidada la repoblación en la Serranía y configurada Cuenca, tras la instalación de la orden militar de Santiago, en uno de los baluartes de la Reconquista, conocerá una importante expansión. La industria textil y la ganadería se configuran como pilares fundamentales de la economía urbana y la expansión económica tendrá importantes efectos demográficos. A comienzos del siglo XV ya debió alcanzar los 1.000 vecinos.

La superposición de la ciudad cristiana a la musulmana y el impulso demográfico implican crecimiento y reordenación urbanística. La judería se organiza en el antiguo alcázar y los edificios religiosos, catedral, parroquias, conventos, hospitales, etc., se convertirán en elementos singulares con un papel fundamental en la organización del paisaje urbano. La ciudad crece en altura e inicia el desarrollo hacia las zonas más bajas. Los conventos, de templarios, trinitarios y mercedarios se, ante la escasez de suelo en el recinto intramuros, tienen que situar en las afueras de la ciudad.

Durante la Baja Edad Media, en suma, Cuenca se afianza como ciudad productiva y centro de control territorial, ello le permite no sólo organizar un espacio urbano singular, la "**ciudad alta**", sino también convertirse en uno de los núcleos motores de la economía castellana.

I.2. El crecimiento del siglo XVI y la reorganización del paisaje urbano.

Cuenca conoce a lo largo del siglo XVI un fuerte impulso espacial y demográfico, llegando a alcanzar los 3.095 vecinos en 1591. El espacio urbano conoce importantes transformaciones, el estamento eclesiástico va ganando terreno en el recinto intramuros, la burguesía lo hace en la "**ciudad baja**" y el pueblo empieza a organizar espacios marginales donde surgen los arrabales de San Antón, Tiradores y el Castillo.

La "**ciudad alta**" se reorganiza, densifica y desarrolla en altura. Uno de los motores de cambio es el estamento eclesiástico, ahora es cuando los conventos, especialmente tras la crisis nobiliaria, refuerzan su presencia en la ciudad intramuros e igualmente lo hacen otras instituciones eclesiásticas. El convento y el puente de San Pablo, levantados por el canónigo Juan del Pozo, en un escarpe de la hoz de Huécar, son todo un símbolo.

La nobleza a medida que avanza el siglo reduce su campo de actuación. Más que a levantar grandes palacios se limita a remozar los existentes o a cederlos para la ubicación de conventos. Cuenca, a diferencia de otras ciudades castellanas, no se caracteriza por tener una arquitectura civil rica (Rokiski, 1985). El concejo acomete obras de entidad como la traída de aguas desde la Cueva del Fraile en la temprana fecha de 1530, la construcción de la casa del corregidor, el cuartel de milicias, el almudí y la torre de Mangana.

El espacio de la "**ciudad alta**" estaba ocupado al máximo y el desarrollo en altura y el escalonamiento de la edificación ya definían la imagen de la ciudad. El siglo XVI constituye un periodo clave en la historia de Cuenca: un centro político administrativo, una industria textil poderosa y una intensa actividad comercial. En este siglo cristaliza el plano y su entramado servirá para acoger la vida urbana confluente hasta principios del siglo XX. La vida urbana giraba alrededor de las

principales calles de la "**ciudad alta**", aún cuando ciertas actividades comerciales y fabriles ya se localizasen en la "**ciudad baja**". La plaza Mayor era el centro de la ciudad y muy intenso era el bullicio en San Pedro, Correduría (actual Alfonso VIII) y San Juan.

Las Vistas de Cuenca de Antón Van den Wyngaerde, levantadas en 1565, permiten analizar las claves de su paisaje. Representan una ciudad fortaleza donde se diferencian con claridad una "**ciudad alta**", rodeada de murallas, colgada sobre las hoces e intensamente densificada, y una "**ciudad baja**", articulada por Carretería, Campo de San Francisco, Tintes y Agua, unas riberas del Júcar de intensa actividad fabril y un barrio de San Antón ya con un importante desarrollo.

Las vistas nos reflejan un paisaje urbano adaptado e integrado en el medio natural, una disposición escalonada de la edificación, un fuerte desarrollo en altura en la "**ciudad alta**", así como una fuerte densificación. La silueta de la ciudad se corresponde con una imagen gótica, dominada por las torres de las iglesias, conventos, hospitales y algún palacio nobiliario. También se evidencia la crisis de elementos importantes de la ciudad medieval, del alcázar ya sólo queda algún torreón y el castillo está en ruinas.

El hecho religioso empieza a ser omnipresente y define los hitos en la imagen de la **ciudad alta** y también, aunque en menor medida, de la **ciudad baja**. La **ciudad alta** se corresponde con un espacio urbano cerrado y terminado, mientras que la **ciudad baja** estaba abierta y en fase de formación (Troitiño, 1996).

I.3. Estructura espacial y paisaje urbano en el siglo XVIII.

La expansión demográfica y el crecimiento espacial del siglo XVI parece que se apoyaron sobre pilares poco sólidos. Arruinada la ganadería y la industria textil, la ciudad quedó como una barca a la deriva donde sólo el estamento eclesiástico pudo capear el temporal. Son años de una crisis muy profunda, en 1646 la ciudad sólo cuenta con 800 vecinos y con 1.441 a finales del siglo XVII.

La burguesía se hunde, la nobleza deserta y el estamento eclesiástico se configura como el motor de la vida de la ciudad, prosiguiendo su actividad edificatoria: Carmelitas Descalzos en la isla del Júcar, Carmelitas Descalzas en San Pedro, Mercedarios en la casa palacio del marqués de Cañete, Angélicas en otra casa palacio junto a San Nicolás. El espacio urbano se clericaliza y la imagen de una ciudad gótica, profundamente densificada, da paso a la de una ciudad conventual.

La dinámica demográfica, dentro de un ritmo pendular, es ligeramente expansiva: 5.726 habitantes en 1707 y 7.736 en 1798. Los edificios religiosos estructuraban el tejido urbano y definían su paisaje. Las reformas urbanísticas y edificatorias son de cierta entidad y la ciudad configura, de forma paulatina, su silueta barroca (Barrio, 1992).

La "ciudad alta" seguía siendo la ciudad por excelencia, allí estaban las catorce parroquias y en ella se desenvolvía buena parte de la vida urbana. La estructura básica de la ciudad no se había modificado en relación con el siglo XVI, sin embargo se produjo una importante reorganización del espacio construido.

La fuerte presencia de los usos religiosos pone de manifiesto el papel relevante de la Iglesia en la vida social y económica de la ciudad. Los edificios religiosos armaban el tejido urbano y el seminario de San Julian se alzaba, junto con la catedral y San Pablo, como los elementos más representativos de la imagen de la ciudad. Los usos asistenciales se localizaban en las afueras y ocupaban parcelas de gran amplitud. Los edificios destinados a servicios públicos, ayuntamiento, reloj de Mangana, pósito, matadero, cárcel y cuartel de milicias, ocupaban una superficie bastante limitada.

El suelo industrial estaba representado por la Real Fábrica de Paños, los molinos harineros y algunas ollerías y tenerías en San Antón, Trinidad y Tintes. El uso residencial ocupaba la mayor parte del espacio urbano y su peso variaba según los barrios, mientras en San Pedro, San Nicolás, Santa María y Santiago era secundario, en el resto de la "ciudad alta" y la "ciudad baja" ya ocupaba más del 50% del suelo edificado y en los arrabales era claramente mayoritario.

El espacio urbano estaba diferenciado a nivel funcional y social. La convivencia de actividades de servicios y residenciales era uno de sus rasgos característicos y en la **ciudad alta** se configuraba un centro lineal entre la puerta de Huete y la del Castillo. La situación privilegiada de la Iglesia permite hablar de una ciudad del clero entre la plaza Mayor y el Castillo. La ciudad burocrático-administrativa se situaba entre la plaza Mayor y la puerta de Huete, con especial significación en las parroquias de Santiago, Santa Cruz, San Gil, Santa María y San Juan.

Entre la ciudad burocrático-administrativa y el Huécar se extendía un espacio urbano en forma de herradura, de marcado carácter residencial y popular. La "**ciudad baja**", artesana y campesina, estaba constituida por las zonas extramuros de las parroquias de San Juan, Santo Domingo, El Salvador y San Esteban. Los espacios típicamente de arrabal eran los del Castillo, San Antón y Tiradores.

Las descripciones de la época, especialmente de Antonio Ponz y Mateo López, y especialmente las Vistas de Cuenca que D. Juan LLanes y Massa realizó en 1773 nos permiten comprobar como era la "**ciudad alta**" (Jiménez, 1983). Las transformaciones urbanísticas se encuentran relacionadas con la construcción de nuevos edificios religiosos y la reforma de los existentes, el deterioro de la muralla y el derribo de puertas y postigos, construcción de edificios civiles como el ayuntamiento, el edificio Palafox y la Casa de Misericordia, apertura y ensanche de algunas calles como la Ancha (actual Palafox).

Las Vistas de D. Juan LLanes y Massa, reflejo fidedigno de la ciudad, permiten resaltar como aspectos fundamentales de su paisaje : equilibrio entre paisaje natural y paisaje cultural; presencia del hecho religioso en prácticamente todas las fachadas de la ciudad; densificación del suelo y desarrollo de la edificación residencial en altura; escalonamiento edificatorio acorde con la topografía; contrastes de imagen urbana entre la ciudad burocrática, la popular, la clerical y los arrabales; y predominio de una arquitectura civil de marcado carácter popular. El paisaje reflejaba una clara diferenciación social y funcional del espacio urbano.

1.4. La crisis de la ciudad estamental y la progresiva destrucción del patrimonio cultural.

A comienzos del siglo XIX, la Guerra de la Independencia provoca un grave quebranto económico y urbanístico. La **ciudad alta** deja de ser el centro urbano y empieza a perder elementos significativos de su paisaje. La ciudad histórica empieza a contemplarse como problema, al existir dificultades técnicas y de concepción urbanística para integrar la "**ciudad fortaleza**" en el tejido urbano de la ciudad moderna.

La desamortización provoca o acelera la degradación de la ciudad clerical y las actividades artesanales y comerciales se irán desplazando a la **ciudad baja**. Sin embargo, no provoca, grandes cambios en la morfología urbana debido a la crisis en que la ciudad está sumida: 7.902 habitantes en 1787 y sólo 5.719 en 1845.

El proceso de deterioro y ruina física avanzaba de forma alarmante, desapareciendo elementos arquitectónicos y conjuntos urbanos de gran valía y la "**ciudad alta**" vivirá una de las etapas más sombrías de su historia. En 1866 se derriba la puerta de Valencia y en 1890 las de San Juan y Postigo; en 1895 se ejecuta la demolición del ya ruinoso puente de San Pablo; en 1902 se produce el hundimiento de la catedral.

Al deterioro o desaparición de edificios singulares se une el de los residenciales y la "**ciudad alta**" va perdiendo calidad como espacio para vivir. Hacia 1920 empieza a despertar la conciencia ciudadana, los vecinos solicitan que se detengan los derribos y la destrucción de la ciudad histórica.

La "**ciudad alta**" careció de un proyecto unitario de **reforma interior** hasta que en 1893 se aprobó el "**Plan de Urbanización de la Parte Alta de la Ciudad**", de A. Carlevaris. Este plan, obsesionado por el ensanche de calles y la regularización de alineaciones, propone la transformación de los barrios de San Martín y Santa María en espacios libres y la ampliación del barrio del Castillo. Los efectos reales de estas propuestas serán bastante limitadas y circunscritas a poco más que el ensanche de las calles de San Juan, Cordoneros y Alfonso VIII.

El principal motor de cambio en la imagen urbana, además de las ruinas, será la renovación de fachadas en el eje Palafox-Alfonso VIII-plaza Mayor. Regularización de huecos, balcones de hierro, embellecimiento y revoco de fachadas reflejan la evolución desde una arquitectura popular a otra de corte más académico.

En estos años, aparecen nuevos hitos en el paisaje urbano y se transforman otros. Se levanta la pasarela de hierro del puente de San Pablo, obra de José María Fuster, con lo que Cuenca se incorpora a las arquitecturas del hierro. La torre de Mangana conoce una reforma de tipo **neomudejar**, obra de Fernando Alcántara. También se inicia el cambio de imagen de las **casas colgadas**, que empiezan a ser ennoblecidas en el marco de una polémica sobre la protección del casco antiguo, donde Don Juan Giménez Aguilar aparece como defensor de sus valores históricos y culturales. También se inicia la reconstrucción de la catedral y la configuración de su nueva fachada.

En las primeras décadas del siglo XX la "**ciudad alta**", ante la escasez de viviendas y el importante crecimiento demográfico que experimenta la ciudad, se refuerza como espacio residencial popular y pasa de los 3.849 habitantes en 1915 a los 5.064 en 1935. Tiene lugar el definitivo desplazamiento del centro urbano a la "**ciudad baja**" y se rompe el esquema funcional estamental.

1.5. Políticas urbanas, problemas y dificultades para conservar el centro histórico (1940-1980).

Para que la "**ciudad alta**" pudiese mantener una adecuada funcionalidad residencial y preservar su patrimonio era necesario mejorar accesos, dotarla de servicios, consolidar edificios, urbanizar calles y mejorar viviendas. El **Plan de Ordenación Urbana de 1943** apenas se preocupó de estos problemas, plantea una teórica defensa y conservación del casco antiguo pero en la práctica favorece el desplazamiento de equipamientos.

En 1954 se creará la comisión municipal "**cuencia antigua**" y se desarrollan tareas de urbanización y restauración de elementos singulares. Se abre un debate sobre la conservación del casco antiguo y en 1959 el alcalde de la ciudad,

Moreno Cañadas, diagnosticaba como el de una "ciudad alta" que se había transformado en un arrabal. Los retos planteados estaban en conseguir que la vivienda dejase de huir de la zona, impedir que se atentase contra el carácter de sus calles y plazas, mejorar accesos y adecentar y conservar fachadas e inmuebles.

Las iniciativas de Cuenca Antigua dieron cierto fruto en la conservación de edificios singulares, pero poco o nada se hizo en la edificación residencial. La dinámica demográfica resulta clarificadora al respecto: 6.064 habitantes en 1945 y 5.093 en 1960. En 1963 se declara al Casco Antigo de Cuenca y a las hoces de los ríos Júcar y Huécar como "paraje pintoresco". El Plan General de Ordenación Urbana 1963 también propiciará un mayor control de las renovaciones y las restauraciones. La problemática fundamental seguía radicando en el deterioro de la edificación residencial, en las precarias condiciones de habitabilidad de las viviendas y en el abandono de edificios singulares.

Tras la declaración de "paraje pintoresco" se incrementan las inversiones en restauraciones y consolidaciones (San Miguel, La Merced, Catedral, Posada de San José, etc). Algunos sectores de la "ciudad alta", como San Pedro, se revalorizan y otros refuerzan su papel cultural y simbólico (Casas Colgadas, Museo Provincial, Museo Español de Arte Abstracto). Ello no impidió la desaparición de edificios monumentales singulares como el palacio del Duque del Infantado.

La restauración y la renovación entrañan graves riesgos cuando se actúa en un conjunto urbano de gran fragilidad como el conquense y en este sentido surgieron algunas voces de alarma como la de Antonio Saura. La **Revisión del Plan General de Ordenación Urbana de 1976** también señalaba como problema la precaria integración de los nuevos edificios en los ambientes urbanos preexistentes.

El mal estado de la edificación, las precarias condiciones de habitabilidad, un tratamiento monumentalista y una política parcial de revitalización funcional

dieron por resultado que el proceso de despoblación se acelerase en la "ciudad alta": 4.151 habitantes en 1970 pasó a 2.517 en 1981. En la década de los setenta se dan procesos de naturaleza diversa, que ponen de manifiesto las dificultades para armonizar pasado y presente. La "ciudad alta" se había revalorizado a nivel simbólico y cultural, empezaba a ser considerada como centro histórico y apenas había iniciado el camino de la recuperación física y funcional.

II. La dinámica reciente del centro histórico: recuperación física, revalorización cultural y cambio funcional.

Tras unas décadas de fuerte despoblación, pérdida de vitalidad funcional y acusado deterioro físico, se ha entrado en una fase de cierta recuperación urbana, donde múltiples iniciativas, públicas y privadas, buscan adaptar la **ciudad alta** a las necesidades de nuestra sociedad y poner en valor su patrimonio urbanístico.

A comienzos de los ochenta la **ciudad alta** era un espacio heterogéneo a nivel funcional y social, conservaba funciones de origen preindustrial y estaba incorporando otras nuevas relacionadas con su carácter simbólico, cultural y turístico. Existía una clara infradotación en equipamientos y servicios para residentes, las actividades más dinámicas eran las hosteleras y las socioculturales y la crisis de funciones tradicionales como la religiosa estaba dejando vacíos o infrautilizados grandes edificios que se deterioraban día a día.

II.1. Políticas de recuperación urbana y dinámica edificatoria.

El centro histórico venía demandando una estrategia de recuperación integral. La coyuntura parecía propicia, a finales de los setenta se redactaba la **Revisión del Plan General de Ordenación Urbana**, donde se contempla un Plan Especial de la Ciudad Antigua; en 1980 se iniciaban los trabajos de **Programa Piloto de Rehabilitación de San Martín** y en 1981 la Dirección General de Bellas Artes incoaba expediente para su declaración como conjunto histórico.

El Programa Piloto de Rehabilitación de San Martín, tras un análisis integrado de la realidad urbanística, formuló una propuesta de rehabilitación (**Pol; Gago,**

1983). En 1982 fue declarada la **ciudad alta "área de rehabilitación integrada"**, a pesar de ello el programa de rehabilitación quedó en vía muerta, por dificultades de gestión.

Desde comienzos de los años ochenta existirá una importante actividad edificatoria. La rehabilitación se irá consolidando como una forma normal de intervención y a partir de 1989, gracias al impulso del programa **Cuenca a Plena Luz**, es el tipo de obra predominante. En las dos últimas décadas la **ciudad alta**, donde el volumen de inversión realizado se aproxima a los 100 millones de euros, conoce una importante recuperación física de su patrimonio histórico-monumental. Tras décadas de espera y abandono, edificios singulares con un papel estructurante del tejido urbano han sido o están siendo rehabilitados-remodelados: actuaciones del castillo (actual archivo provincial), convento de Carmelitas (Universidad de Castilla - La Mancha y U.I.M.P.), San Pablo (parador nacional de turismo), auditorio del Huécar, edificio Palafox, del antiguo asilo (museo de la ciencia de Castilla La Mancha), antiguo tribunal tutelar de menores (museo de Semana Santa), Santo Domingo (aparcamiento de residentes), Etc.

Las intervenciones arquitectónicas y urbanísticas, tanto por su localización en puntos clave de la estructura urbana como por su fuerte incidencia en el plano, constituyen un buen escaparate de las políticas institucionales de recuperación urbana. A ellas hay que unir actuaciones de menor entidad pero de similar importancia en la catedral, Santa Cruz, Oblatos, antigua audiencia, etc, donde el papel de las escuelas taller está teniendo un importante protagonismo.

En un contexto de cierto éxito de las intervenciones singularizadas y de limitada incidencia en la rehabilitación residencial, hay que situar el **Programa Cuenca a Plena Luz** que inició su andadura en 1989 y tiene por objetivo la rehabilitación integral de la **"ciudad alta"**. Las ayudas a la rehabilitación han tenido un alto grado de aceptación, desencadenando una dinámica de mejora en el espacio residencial hasta ahora desconocida. El balance del programa de rehabilitación de viviendas supera las 1.000 actuaciones, con una subvención superior a los 5 millones de euros y un volumen de obra inducido por encima de los 10 millones.

El programa de mejoras del paisaje urbano se ha centrado en la limpieza de fachadas, arreglo de cubiertas, restauración de edificio, vidrieras de la catedral, etc., sus efectos ya se han dejado sentir en la imagen de la ciudad. Las actuaciones en restauración monumental han continuado dentro de las líneas tradicionales en el marco de colaboraciones multiinstitucionales.

Los resultados, en general bastante positivos, del Programa Cuenca a Plena Luz, demuestran que, incluso con soportes financieros limitados, coordinando las intervenciones sectoriales y con un importante esfuerzo de gestión se puede poner en marcha una dinámica de rehabilitación de la que se han visto beneficiadas, en mayor o menor medida, alrededor del 40% de las viviendas del conjunto histórico.

II.2. Una difícil recuperación demográfica y funcional.

En los últimos años la "ciudad alta" ha conocido un importante reforzamiento a nivel sociocultural y turístico, se han incrementado el número de establecimientos abiertos y también el empleo generado. Las actividades socioculturales, educativas y hosteleras se han consolidado como uno de los pilares fundamentales para la recuperación física y la dinamización funcional. Su revalorización como espacio lúdico ha propiciado una importante expansión de la hostelería. La "ciudad alta" ha mantenido, no sin dificultades, su carácter multifuncional, sin embargo la turistización no está exenta de problemas.

Las actuaciones realizadas están consolidando la dimensión histórico-cultural de la parte alta y revalorizando su imagen simbólica, cultural y turística, introduciendo cambios en el paisaje urbano que con frecuencia son objeto de vivas polémicas. La mejora física del centro histórico es una realidad y todo parece indicar que se ha amortiguado el proceso de destrucción física de la ciudad del pasado, sin embargo la defensa del patrimonio cultural en manos privadas y de las instituciones religiosas continua siendo difícil.

Los procesos de mejora física y funcional no consiguen impulsar la recuperación demográfica. La potencialidad residencial continua estando infrutilizada, por la

presencia de un elevado porcentaje de viviendas vacías y, también, por la proliferación de viviendas secundarias.

II.3. El Plan Especial del Casco Antiguo y las Hoces del Júcar y el Huécar y el Proyecto Integral de Mejora Urbanística Dirigida al Turismo.

El Proyecto Integral de Mejora Urbanística Dirigida al Turismo 1994-1999, encuadrado dentro de los programas de los Fondos Europeos de Desarrollo Regional (FEDER), nació como uno de los instrumentos para desarrollar y financiar las propuestas del **Plan Especial de Protección, Ordenación y Mejora del Casco Antiguo y las Hoces**(1992-2001). Las actuaciones del mencionado proyecto, con una inversión de casi 20 millones de euros, tenían como finalidades principales: la mejora de la accesibilidad y movilidad peatonal, construcción de aparcamientos para residentes y visitantes, la disminución del tráfico privado y el reforzamiento de transporte público, la supresión de barreras físicas, la recuperación las zonas urbanas degradadas, la construcción de un centro de acogida de visitantes, renovación de las infraestructuras y pavimentos del casco antiguo y mejoras en el espacio público. Se trataba, en suma, de preparar mejor la ciudad antigua tanto para los residentes como para los visitantes.

Las actuaciones realizadas se relacionan con las mejoras en el viario e infraestructuras de servicios (eje puente de la Trinidad- Alfonso VIII- plaza Mayor- San Pedro -Puerta del Castillo), adecuación y mejora de accesos (puente de San Antón, postigo de San Pablo, Alonso de Ojeda) y ciertas actuaciones de acondicionamiento medioambiental en las riberas del Júcar y Huécar. Las obras de mayor entidad, en fase de construcción o terminadas, son los aparcamientos (auditorio, barrio del Castillo, parque del Huécar, antiguos depósitos de la calle Caballeros y Mangana).

La instrumentalización y fundamentalmente la gestión del **Programa Integral de Mejora Urbanística** ha puesto de manifiesto, además de las dificultades intrínsecas a la intervención en una ciudad histórica, los efectos perversos de las batallas políticas, los problemas de coordinación entre las políticas de patrimonio

cultural y las urbanísticas, la debilidad de las infraestructuras de gestión municipal y las dificultades para configurar un proyecto de futuro debatido, asumido y compartido colectivamente. Estos problemas han introducido importantes bloqueos y explican que la utilidad de algunas de las actuaciones realizadas sea bastante discutible, habiéndose perdido una oportunidad de oro para resolver problemas estructurales que requieren contar con importantes volúmenes de recursos.

III. El patrimonio cultural como recurso estratégico y oportunidad de desarrollo turístico.

La revalorización cultural del centro histórico de Cuenca es una realidad evidente, comprobándose como sobre este valor y sobre este recurso se fundamenta uno de los pilares de la economía urbana, el turístico/cultural. Su defensa cultural, tras la inclusión en la **Lista del Patrimonio Cultural de la Humanidad**, y la reciente aprobación del **Plan Especial del Casco Antiguo**, tras una lenta y divagante tramitación, parece estar garantizada, sin embargo quedan por desarrollar instrumentos de conservación activa más eficaces.

Cuenca, tal como hemos señalado, ha realizado un esfuerzo importante para reforzar su imagen de "**ciudad cultural**", sin embargo sólo con timidez ha apostado por utilizar la cultura como motor de desarrollo. Los proyectos culturales, por otra parte, se han intentado en diversos momentos: **Cuenca del A.B.C.**, cuando la ciudad empieza a romper con su aislamiento y persigue una proyección exterior; **Cuenca de los artistas**, alrededor del grupo El Paso y del museo de arte abstracto; **Cuenca capital regional**, intento fallido frente al fuerte protagonismo histórico y monumental de Toledo; **Cuenca cultural**, proyecto iniciado a partir de los años ochenta alrededor de los museos, la universidad, la música, etc, e impulsado por el actual alcalde socialista de la ciudad, José Manuel Martínez Cenzano, con la presentación a la UNESCO, en 1995, del expediente para inclusión de Cuenca en la Lista del Patrimonio Cultural de la Humanidad.

Tras el esfuerzo realizado y los retos que se avecinan, como la llegada del tren de alta velocidad, puede ser oportuno diseñar un proyecto de futuro donde el patrimonio y la gestión cultural sean pilares importantes de un plan o proyecto de

ciudad, entendido más allá de los meros enfoques urbanísticos. Cuenca tiene recursos, posibilidades y ventajas para apostar en favor de una estrategia de desarrollo que utilice el patrimonio cultural como recurso estratégico.

III.1. Patrimonio, recursos culturales y atractivos turísticos.

Cuenca tiene uno de los conjuntos históricos más singulares de la realidad urbana mundial, ciudad fortaleza y prototipo de imbricación entre paisaje natural y paisaje cultural. La propuesta de inclusión del Recinto Histórico de Cuenca en la **Lista del Patrimonio Cultural de la Humanidad** se fundamentó en las siguientes razones:

a) Históricas. Se trata de un conjunto de origen musulmán que alcanzó su máximo esplendor en los siglos medievales y en el renacimiento, cuando Cuenca tenía voz propia en el concierto de las ciudades de la Corona de Castilla. Las transformaciones de los siglos posteriores reflejan su carácter dinámico y el esfuerzo realizado para su conservación y adecuación a las nuevas coyunturas.

b) Paisajísticas. Constituye una "ciudad fortaleza" donde las arquitecturas modelan el paisaje natural y configuran un patrimonio cultural de valor universal. Puede considerarse como todo un prototipo de "ciudad paisaje".

c) Urbanísticas. La peculiaridad del emplazamiento defensivo y la escasez de espacio dentro del recinto intramuros, así como la necesidad de superar los cortados de las hoces, han dado lugar a un singular desarrollo de la arquitectura popular en altura, con conjuntos tan excepcionales como las cornisas sobre el Huécar y sobre el Júcar.

d) Arquitectónicas. Los elementos arquitectónicos se integran en el conjunto y dentro del mismo adquieren su propio valor, complementándose sus singularidades arquitectónicas con su posición en el tejido urbano. Ello no es óbice para que cuente con piezas arquitectónicas relevantes como el castillo y los restos del recinto amurallado, la catedral, el palacio episcopal, los conventos de la Merced, Angélicas y Carmelitas, el seminario de San Julián, las iglesias de San

Miguel, San Pedro, San Antón y San Felipe Neri, la ermita de las Angustias, el ayuntamiento, el hospital de Santiago y la torre de Mangana.

e) Culturales. El Recinto Histórico tiene un rico patrimonio cultural como bien testimonian el museo diocesano, el museo de Cuenca, el museo de Arte Abstracto Español, de renombre internacional y ubicado en el singular emplazamiento de las Casas Colgadas y el museo de la ciencia de Castilla-La Mancha. Además cuenta con importantes fondos documentales en los archivos municipal, provincial y de la catedral. Esta función se ha reforzado con las sedes de las universidades de Castilla-La Mancha, la UNED, U.I.M.P., teatro-auditorio, etc.

f) Funcionales. Se trata de un conjunto urbano vivo y dinámico, de carácter multifuncional donde conviven la residencia con las actividades culturales, religiosas, administrativas, turísticas, comerciales y artesanales. Esta multifuncionalidad da riqueza a la vida urbana de un espacio que es todo un símbolo y donde se desarrollan acontecimientos de renombre internacional como la Semana Santa, la semana de música religiosa o la vaquilla de las fiestas de San Mateo.

g) Autenticidad. Al tratarse de un espacio urbano vivo, el centro de la ciudad hasta el siglo XIX y después un barrio histórico, ha sufrido transformaciones con el paso de ciudad fortaleza a centro de poder nobiliario, a ciudad conventual, a barrio popular y a centro histórico. Sin embargo, las transformaciones no han alterado una autenticidad que deriva de haber sabido adaptarse a las necesidades de las diferentes coyunturas históricas y del emplazamiento, sin perder por ello sus raíces. Así el casco antiguo tiene huellas de la ciudad medieval, de la renacentista, de la barroca, de las arquitecturas del hierro y también de las arquitecturas populares de los siglos XIX y XX.

h) Entorno urbano. El entorno del recinto histórico, constituido por las hoces de los ríos Júcar y Huécar, configura un paisaje de gran interés natural en relación con sus singularidades geomorfológicas, botánicas y paisajísticas. La existencia de este relevante paisaje justifica que la inclusión de Cuenca en la

Lista del Patrimonio de la Humanidad tenga sentido tanto a nivel natural como cultural.

i) Compromiso con la conservación- rehabilitación. Desde las primeras décadas del siglo XX se viene realizando un importante esfuerzo en la vía de la defensa, conservación y rehabilitación del patrimonio urbanístico de Cuenca. Esta línea de actuación, reforzada en los últimos años, se ha materializado tanto en el terreno de la planificación como de la inversión.

III.2. Infraestructura y equipamientos culturales.

Las iniciativas de los últimos años y los proyectos en marcha están reforzando los equipamientos y las infraestructuras culturales de la ciudad. Los museos (diocesano, de arte abstracto español, Casa Zabala, provincial, electrografía, museo Semana Santa y museo de la ciencia), las salas de exposiciones (diputación, cajas de ahorros, ayuntamiento) y también las galerías privadas reflejan un dinamismo desconocido hasta fechas recientes; esta oferta debería completarse con el museo de la ciudad, proyecto aún pendiente cuya concreción bien podría servir para recuperar funcionalmente un edificio tan singular como la Casa del Corregidor.

Los archivos municipal, provincial y del obispado conservan un valiosísimo legado documental y son una cita obligada para los investigadores de nuestra historia. Por otra parte, tal como ha ocurrido con el archivo provincial, la mejora y modernización de sus instalaciones bien puede relacionarse con la recuperación del patrimonio monumental de la ciudad, en el caso del municipal en relación con el museo de la ciudad y el del obispado con la rehabilitación y dinamización funcional del palacio episcopal.

La oferta de enseñanza superior reglada cuenta con los centros de grado medio y superior dependientes de la Universidad de Castilla-La Mancha (magisterio, enfermería, graduado social, derecho, humanidades, bellas artes...) y la sede de la UNED. A esta oferta hay que unir la de carácter extraordinario relacionada con los cursos de la Universidad Internacional Menéndez Pelayo y diversos cursos de verano en relación con la Universidad de Castilla- La Mancha y otras instituciones

públicas y privadas. Las características de Cuenca y su proximidad al área metropolitana de Madrid son factores favorables para poder pensar en la posibilidad de su elección como sede de alguna universidad privada. El teatro-auditorio del Huécar y el conservatorio van consolidando una oferta musical que pocas ciudades medias y pequeñas pueden ofrecer.

El patrimonio arquitectónico infrautilizado de la **ciudad alta** ofrece bastantes posibilidades para incrementar y mejorar la oferta cultural: seminario de San Julián, Casa del Corregidor, convento del Sagrado Corazón, convento de las Angélicas, etc. Los acontecimientos culturales, adecuadamente montados y difundidos, son capaces de mover importantes masas de población. La Semana Santa conquense, declarada de interés turístico internacional, atrae a un elevado número de visitantes y se convierte en una gran espectáculo donde participa el conjunto de la ciudad, sus calles y sus gentes. Las populares fiestas de la vaquilla de San Mateo también son un importante atractivo, al igual que los ciclos de conciertos, la semana de música religiosa, las ferias culturales y de artesanía, las exposiciones, los cursos de la U.I.M.P., etc.

También en el campo de los congresos y seminarios profesionales la ciudad puede sacar partido de sus infraestructuras y equipamientos, este es uno de los objetivos de la fundación "**Cuenca Ciudad de Congresos**", recientemente constituida.

III.3. Valores ambientales y naturales del entorno.

La proximidad a espacios singulares con relevantes valores geomorfológicos, botánicos y faunísticos (Hosquillo, Ciudad Encantada, Callejones de las Majadas, Alto Tajo, pinares de la Serranía, los Palancares, Alto Júcar, Hoz de Beteta, etc.), la elevada calidad ambiental de los pinares, sotos, riberas, valles y muelas de la Serranía, así como el buen estado de conservación y la ausencia, salvo casos muy puntuales, de problemas de masificación, son activos muy valiosos en el momento de diseñar una estrategia cultural (**García Marchante, 2001**)

Cuenca, la puerta de la Serranía y del Alto Tajo, puede y debe complementar la oferta cultural y medioambiental. La ciudad es el prototipo de la imbricación entre estas dos realidades.

III.4. Infraestructura de acogida y factores urbanísticos y territoriales.

La oferta de acogida, entre la hostelera, los campings y las viviendas secundarias, es ya considerable y puede estimarse en cerca de 15.000 plazas. La oferta hostelera se sitúa en algo más de dos mil plazas y cuenta con iniciativas de indiscutible calidad como el parador nacional, la posada de San José, el hotel Leonor de Aquitania, el hotel Cueva del Fraile o la posada del Huécar.

Cuenca ha mejorado notablemente su infraestructura urbanística (ferrocarril, ronda de circunvalación, puente de San Antón, parque del Júcar, etc) y cuenta con una importante oferta de viviendas y también de suelo preparado para localizar actividades diversas (Cerrajera, Cuberg, Campsa, polígono universitario, recinto ferial, polígono de SEPES).

El equipamiento urbanístico (educativo, sanitario-asistencial, cultural, deportivo, etc) está alcanzando estándares elevados y, por otro lado, la ciudad tiene una extraordinaria calidad ambiental en relación con sus ríos, parques y entorno. La calidad ambiental y urbanística son pilares decisivos de la competitividad entre las ciudades de servicios.

El emplazamiento privilegiado de la ciudad, el carácter de puerta de la Serranía y la proximidad relativa a las áreas metropolitanas de Madrid y de Valencia son factores positivos para evitar la masificación, aspecto fundamental en una ciudad y un territorio con una capacidad de carga limitada, para controlar los flujos y seleccionar la demanda y para propiciar el efecto difusos sobre otras actividades comerciales, artesanales y turísticas.

IV. Los Desafíos del Siglo XXI.

La inclusión de Cuenca en la **Lista del Patrimonio Cultural de la Humanidad** ha significado la entrada en un club privilegiado de ciudades, donde la cultura es una de sus señas de identidad y un importante atractivo. La "**ciudad alta**" ha

conocido un importante reforzamiento a nivel sociocultural y turístico, se han incrementado el número de establecimientos hosteleros y también el empleo generado. Las actividades socioculturales, educativas y hosteleras se han consolidado como uno de los pilares fundamentales para la recuperación física y la dinamización funcional. La "ciudad alta" ha mantenido, no sin dificultades, su carácter multifuncional, sin embargo la turistización no está exenta de problemas.

El futuro de Cuenca depende, en buena medida, de su capacidad para adoptar planteamientos creativos, superar cierto pesimismo histórico que la vienen atenazando desde siglos y configurarse como una ciudad de servicios que sepa utilizar adecuadamente sus potencialidades culturales, medioambientales y turísticas, posibilidades que la inclusión en la Lista del Patrimonio Cultural de la Humanidad ha reforzado.

IV.1. La integración del centro histórico en la vida de la ciudad y preservación de su singularidad paisajística y funcional.

La **ciudad alta** continúa siendo el símbolo de la singularidad y personalidad urbana de Cuenca, aún cuando ya sólo represente una pequeña parte de una ciudad que ha conocido importantes cambios a partir de los años cincuenta de la presente centuria. En efecto, la **ciudad alta** es el centro histórico y cultural, pero ya no es el centro económico ni tampoco el residencial, sólo un reducido número de conqueses viven en este viejo barrio.

Cuenca ha vivido una fuerte dinámica de cambio urbano, dentro de esta dinámica de cambio y de crecimiento espacial, ocupa doble superficie de la que tenía a mediados de los años setenta, hay que resituar el recinto histórico, entendido como un espacio urbano vivo, y no sólo como un mero legado histórico. Su futuro dependerá, en buena medida, de la capacidad y de la voluntad de la sociedad conquesa para defenderlo, conservarlo y mantenerlo vivo, con funciones diferenciadas en el conjunto de la ciudad.

El recinto histórico de Cuenca, a diferencia de lo que ocurre en otros casos, mantiene cierto nivel de actividad y la función residencial, a pesar de la fuerte pérdida de población durante las últimas décadas, conserva cierta significación.

En suma, es un escenario urbano multifuncional, con un importante reforzamiento cultural y turístico, de una vida urbana bastante rica.

La singularidad urbanística del recinto histórico radica en ser una **ciudad paisaje**. Ello no es óbice para que cuente con un patrimonio arquitectónico de indudable valor, monumental en unos casos y popular en otros, así como un importante legado documental y museístico. El ser de la ciudad, aunque posee una de las primeras catedrales góticas de España y varios monumentos relevantes, se lo dan el entramado singular de su planta y caserío, sus conventos e iglesias, sus restos de murallas, sus hoces y su paisaje. Sus altas y voladas casas, construidas al borde del abismo rocoso, será la imagen que ensalcen viajeros, pintores y escritores.

Este espacio urbano está enfrentado a un doble reto: por un lado, conservar su legado histórico y, por otro, adaptarse a las necesidades de nuestro tiempo. Los recientes esfuerzos realizados en el terreno de la recuperación de edificios singulares, la rehabilitación de viviendas y mejora de infraestructuras han sido muy importantes, se ha abierto un **ciclo de recuperación urbana** donde son más las luces que las sombras, aún cuando el horizonte no esté totalmente despejado y la ciudad de la cultura no deba dormirse frente a la ciudad del progreso.

El futuro del recinto histórico dependerá, en buena medida, de la capacidad que se tenga para mantenerlo como un espacio urbano vivo, un espacio que continúe desempeñando funciones acordes con sus características y sus valores, donde prime el equilibrio funcional, la población residente no se sienta amenazada por una excesiva presión turística, se respeten los valores paisajísticos, se recuperen los espacios degradados y las calles y plazas sean lugares de encuentro y relación y no meras zonas de aparcamiento.

IV.2. La reelaboración productiva del patrimonio urbano y su adecuación como recurso turístico.

El casco antiguo es, sin duda, la parte más valiosa del patrimonio urbano conquense, esto no es sólo por su carácter histórico y simbólico sino también

porque constituye un importante recurso cultural y paisajístico. Sobre este recurso cultural y paisajístico se apoya uno de los pilares fundamentales de la economía urbana con quense como es el turístico.

El recinto histórico y su entorno dan personalidad a Cuenca en el concierto de las ciudades españolas y mundiales. Esta singularidad y autenticidad constituyen un **valor universal excepcional**, según los términos de la Convención de 1972 sobre Protección del Patrimonio Mundial, y han constituido la razón fundamental para su inclusión en la Lista del Patrimonio Cultural de la Humanidad.

La consolidación de Cuenca como un importante centro del turismo interior y la revalorización de la **ciudad alta** como espacio lúdico para visitantes y vecinos de la ciudad ha propiciado una espectacular expansión de la hostelería, especialmente en lo concerniente a bares, tabernas y restaurantes. Esta expansión, concentrada en la plaza Mayor y sus inmediaciones, si bien contribuyó inicialmente a revitalización funcional está empezando a generar algunos conflictos con la población residente y a complicar, especialmente los fines de semana, la problemática del tráfico y del aparcamiento. Será necesario un control más estricto de la apertura de nuevos establecimientos, especialmente de bares, pues, si bien es cierto que generan puestos de trabajo, están provocando problemas y el equilibrio funcional, uno de los valores y singularidades del centro histórico, se está resintiendo de forma paulatina.

En los últimos años Cuenca ha incrementado de forma significativa el número de visitantes, del orden de los 600.000, de los cuales un 30% son turistas y un 70% excursionistas, pero se mantienen estables o disminuyen las visitas a los museos, con la excepción del museo de la ciencia de Castilla-La Mancha. La carga turística no resulta excesiva a nivel general; sin embargo, en fechas punta como Semana Santa, fiestas de San Mateo, mes de agosto y algunos fines de semana se dan problemas de saturación, tanto por el número de visitantes como por las limitaciones de la estructura física de la ciudad. La oferta hotelera de la ciudad, con una importante mejora en los últimos años, se aproxima a las 2.500 plazas y la total de acogida, entre la hostelera, camping y viviendas secundarias, se aproxima a las quince mil plazas.

El **Plan de Dinamización Turística**, aprobado en 1998, con una inversión de 2,7 millones de euros, ha tratado de contribuir a preparar la ciudad y, especialmente su casco antiguo, como un destino atractivo y de calidad. Inició su andadura en 1999, en un marco de cooperación interadministrativa (Administración Central, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha y Ayuntamiento de Cuenca) y débil implicación, sólo en la fase inicial, de la Agrupación Provincial de Hostelería y Turismo.

El turismo es una actividad transversal y debido a ello la preparación de los destinos turísticos y el control de los flujos de visitantes requieren de la coordinación de diversas políticas urbanas. El **Plan de Dinamización Turística** ha permitido, aunque de una forma todavía tímida, desbordar el ámbito de la planificación turística sectorial y sus actuaciones pueden agruparse alrededor de tres programas: **mejora del producto; promoción, comunicación y comercialización; y gestión.**

Las actuaciones realizadas en el **programa mejora de producto** están orientadas a preparar el patrimonio cultural como recurso turístico y las principales actuaciones desarrolladas son: actuaciones de eliminación de cableado aéreo en el casco antiguo; paseo peatonal en la hoz del río Huécar; mejora de los servicios de la oficina de información turística; inventario y puesta en valor de los recursos turísticos de la serranía baja; plan de accesibilidad y movilidad peatonal; señalización turística de la ciudad; rehabilitación de la iglesia de San Miguel; readecuación y apertura del centro de artesanía; adecuación del auditorio del Huécar como sala de congresos; homogenización del mobiliario de terrazas y restaurantes del centro histórico y, como actuación estrella, el centro de recepción de turistas (en construcción). El **programa de promoción, comunicación y comercialización** ya tiene una orientación turística más sectorial en relación con imagen de marca e identidad corporativa, marketing turístico, guía de congresos, material promocional, plan de sensibilización y comunicación, jornadas y festivales, guías de servicios, bonos descuento, convenios, etc.

El **programa de gestión** ha permitido la puesta en marcha del equipo de gestión del plan, la firma de convenios formativos con universidades y la creación y

puesta en marcha de la fundación Cuenca Ciudad de Congresos. La cualificación y la continuidad de los equipos de gestión resulta fundamental para afrontar los complejos problemas del control y la gestión del turismo.

En conclusión, Cuenca, tras haber realizado un importante esfuerzo en la protección y recuperación del patrimonio cultural, en la mejora de su equipamiento e infraestructura urbanística, cultural y turística, está en condiciones para perfilar una estrategia urbana donde el patrimonio cultural y medioambiental sean los pilares para diversificar la oferta cultural y apostar por un turismo cultural de calidad.

La "ciudad alta" pervive como una realidad urbana viva, cargada de valores simbólicos, históricos, culturales y urbanísticos, así como de atractivos turísticos. Un conjunto urbano espectacular donde la equilibrada integración entre paisaje natural y paisaje cultural le dan señas de identidad. Este paisaje urbano sorprendente, donde lo valioso es más el conjunto que el monumento aislado, es la herencia de distintas culturas urbanas que han sido fieles con el ser original de la ciudad, y constituye un patrimonio cultural colectivo que tenemos el deber y el compromiso de preservar y de utilizar de manera responsable.

Bibliografía

AAVV (2001): La Ciudad de la Luz y del Aire. Ayuntamiento de Cuenca/FEDER. Cuenca.

AYUNTAMIENTO DE CUENCA (1993): Casco Antiguo de Cuenca: Proyecto Integral de Mejora Urbanística Dirigida al Turismo.

AYUNTAMIENTO DE CUENCA (1998-2002): Plan de Dinamización Turística: Plan Estratégico; Protocolos y Balances de Gestión.

AYUNTAMIENTO DE CUENCA (1999): Programa Integral de Sensibilización Turística de Cuenca. Plan de Dinamización Turística de Cuenca. Cuenca.

BARRIO, J. L. (1992): "Arquitectura y arquitectos en el tiempo de Carlos III". Rev. Ciudad de Cuenca, número 96, págs 32-48.

GARCÍA MARCHANTE, J. S.; TROITIÑO VINUESA, M. A. (Coords, 1998): Vivir las Ciudades Históricas: Recuperación Integrada y Dinámica Funcional. Fundación "la Caixa"/ Universidad de Castilla- La Mancha. Cuenca.

GARCÍA MARCHANTE, J. S. (2001): " El territorio de la ciudad de Cuenca". En AAVV: La Ciudad de la Luz y el Aire. Ayuntamiento de Cuenca/ FEDER. Cuenca. Pp. 15-50.

IBAÑEZ MARTÍNEZ, P. M. (1992): " Reflexiones sobre el Centro Histórico de Cuenca". En AAVV: Las Ciudades del Encuentro. Noriega Editores- Universidad Castilla- La Mancha- Universidad Autónoma Metropolitana. México. Pp. 87-111.

IBÁNEZ MARTÍNEZ, P. M. (2001): " Memoria de un Arte Olvidado". En AAVV: La Ciudad de la Luz y del Arte". Ayuntamiento de Cuenca/ FEDER. Cuenca. Pp. 155-186.

JIMÉNEZ MONTESERÍN, M. (1983): Asomarse al pasado. La Ciudad de Cuenca en 1773. Ayuntamiento de Cuenca.

MORENO CAÑADAS, B. (1959): " Problemas que plantea la conservación de la Cuenca Antigua". Boletín Municipal de Cuenca, num. 7, págs 21-28.

POL, F.; GAGO, V. (1983): "Una propuesta de rehabilitación. El barrio de San Martín en la Ciudad Alta de Cuenca". En AAVV: Cuenca Edificada. COAM. Madrid. Pp. 225-241.

ROKISKI, M. L. (1996): Arquitecturas de Cuenca. Vol.I. Junta de Comunidades de Castilla- La Mancha. Toledo.

SAURA, A. (1977): "Cuenca en el camino de su destrucción". Diario El País, 2 y 3 de septiembre.

TROITIÑO VINUESA, M. A. (1984): Cuenca. Evolución y crisis de una vieja ciudad castellana. MOPU- Universidad Complutense de Madrid. Madrid.

TROITIÑO VINUESA, M. A. (Dtor, 1995): Recinto Histórico de Cuenca: Patrimonio Cultural de la Humanidad. Expediente presentado a la UNESCO por el Excmo Ayuntamiento de Cuenca.

TROITIÑO VINUESA, M. A. (1995): "Ciudad y patrimonio cultural: el centro histórico de Cuenca". Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid, 15, pp. 741-757.

TROITIÑO VINUESA, M. A. (1996): El Paisaje Urbano del Casco Antiguo de Cuenca. Vol. II de Arquitecturas de Cuenca. Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha. Toledo.

TROITIÑO VINUESA, M. A. (1999): "Políticas Urbanas y Dinámicas Funcionales en el centro histórico de Cuenca". En: Campesino Fernández, J. A.(Coord.): Comercio, Turismo y Cambios Funcionales en las Ciudades Españolas Patrimonio de la Humanidad. Cámara de Comercio e Industria de Cáceres. Cáceres. Pp. 81-109.

TROITIÑO VINUESA, M. A. (2001):" De Ciudad Fortaleza Medieval a Centro de Servicios. Dinámica Histórica y Crecimiento Urbano". En AAVV: La Ciudad de la Luz y del Aire". Ayuntamiento de Cuenca/ FEDER. Cuenca. Pp.115-154.

TROITIÑO VINUESA, M. A. (2002): " Ciudades Patrimonio de la Humanidad: Desafíos de Interpretación, Planificación y Gestión Turística". En Blanquer, D. (Dir.): Ordenación y Gestión del Territorio Turístico. Fundación Cañada Blanch. Valencia. Pp. 353-408.

CENTROS HISTÓRICOS E CIDADE CONSOLIDADA - PARA UMA VISÃO INTEGRADA

Nuno Teotónio Pereira

Resumo

Na segunda metade do séc. XX, o perigo de uma irreversível descaracterização ou mesmo ruína dos tecidos mais antigos das cidades, geralmente de raiz medieval, conduziu à necessidade de intervenções coordenadas com carácter de urgência, fazendo emergir o conceito de “centro histórico” como unidade operativa de planeamento e gestão. Foi para tanto necessário proceder-se à delimitação de uma área no interior do tecido urbano, muitas vezes apoiada na cintura muralhada, e que foi geralmente objecto de “planos de salvaguarda”.

Ultrapassada essa fase, torna-se hoje cada vez mais clara a constatação de que as razões que conduziram àquelas intervenções de emergência se tornaram extensivas a toda a área consolidada da cidade, atingida por uma crise de que são sintomas a obsolescência do parque habitacional, o despovoamento e a emigração de actividades centrais, conduzindo a uma rarefacção dos investimentos. Revela-se assim uma nova realidade, que tem o seu reverso na expansão descontrolada das periferias, com a consequente fragmentação dos tecidos e a pulverização das funções urbanas.

Neste quadro, ao mesmo tempo que se torna necessária a reestruturação urbana dessas áreas periféricas, em que a formação de novas centralidades assume um papel crucial, é urgente a requalificação e revitalização da cidade como um todo, englobando, numa visão integrada, os até agora chamados “centros históricos”.

1. Introdução

1.1 Ao tomar a palavra neste *Forum* Marvão, seja-me permitido, antes de abordar o tema que me propus, fazer referência a um homem que marcou profundamente o meu sentir por este lugar, desde que, deve fazer já meio século, subi pela primeira vez a esta crista muralhada e me alojei na então chamada Pensão Ninho d'Águias. Trata-se de Jeremias da Conceição Dias, zeloso funcionário dos Monumentos Nacionais e atento correspondente de imprensa que, com os seus constantes alertas nos jornais e insistentes apelos junto das entidades responsáveis, desenvolveu uma incansável actividade na defesa deste lugar único, que nessa época

parecia condenado à desolação e à ruína, mas que hoje aspira ser justamente classificado como património mundial. Nessa “história de sobrevivência” que nos foi já aqui relatada, Jeremias foi certamente um dos grandes heróis.

1.2 Prestada esta irrecusável homenagem, em jeito de dívida de gratidão, uma outra questão prévia quero colocar – esta relativa ao tema central deste *Forum*, que diz respeito aos Centros Históricos. É que não pretendo tratar directa e expressamente da problemática em causa, a cargo doutros intervenientes com a competência da experiência feita. Vou antes falar do que está do lado de fora dos Centros Históricos: os tecidos mais recentes que os envolvem. E aqui vem a propósito uma referência ao carácter único de Marvão, também resultante dessa “história de sobrevivência”: é que esta vila é toda ela e só “centro histórico”. As expansões urbanas tiveram lugar longe do aglomerado, lá em baixo, gozando de melhores acessos e condições de centralidade, em especial na Portagem e em S. António das Areias. Por esse motivo, o que irei dizer e propor - e peço as minhas desculpas – não se pode aplicar a Marvão.

2. Acudir aos núcleos mais antigos

Na segunda metade do século passado, o perigo de uma irreversível descaracterização ou mesmo ruína dos tecidos mais antigos das cidades, geralmente de raiz medieval, conduziu à necessidade de intervenções coordenadas com carácter de urgência, fazendo emergir o conceito de “centro histórico” como unidade operativa de planeamento e gestão. Foi para tanto necessário proceder-se à delimitação de uma área no interior do tecido urbano, muitas vezes apoiada na cintura muralhada, e que foi geralmente objecto de “planos de salvaguarda”.

Vale a pena referir aqui, pelo carácter pioneiro que tiveram, na 2ª metade de 70 e na 1ª de 80, o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo, no Porto, com Fernando Távora e Viana de Lima; o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Beja, de Vasco Massapina e José Manuel da Silva Passos; o plano de reabilitação de Miranda do Douro, de Branca

Neves; e ainda os trabalhos exemplares de Maria José Abrunhosa na zona antiga da Guarda e de Rui Mendes Paula na cidade de Lagos. A acção dirigida por Alexandra Gesta, desde 1983, no Centro Histórico de Guimarães, que culminou com a classificação deste como Património Mundial, constitui como que o coroamento desta “gesta” de salvaguarda dum património espacial e edificado riquíssimo que corria o risco de se perder, senão com a ruína, certamente com a descaracterização. Foi o ciclo dos chamados “Centros Históricos”, conceito assumido por 70 cidades e vilas portuguesas – tantos são os municípios que hoje integram a respectiva associação.

Esta tarefa não está terminada (estará alguma vez?). Longe disso – em alguns casos está apenas a ser iniciada. Mas a crise que persiste e mesmo se agrava no casco urbano das nossas cidades, impõe o desencadear sem demora de processos de regeneração abrangendo os tecidos consolidados e não apenas os seus núcleos mais antigos.

3. A crise da cidade consolidada

Embora os sintomas de degenerescência generalizada se venham manifestando desde há décadas, abrangendo grande parte dos tecidos urbanos consolidados, essa evidência foi sendo obnubilada por uma certa crença de que apenas atingia as áreas mais centrais das cidades. É o caso da Baixa de Lisboa, exemplo recorrente de uma situação há muito reconhecida de decadência e degradação. Mas a realidade a que se procurou fechar os olhos acabou implacavelmente por se impôr, a ponto de assumir um papel central na campanha para as últimas eleições autárquicas, sobretudo em Lisboa e Porto.

Alguns números e factos não deixaram efectivamente lugar a dúvidas. 75 a 93 mil fogos devolutos na cidade de Lisboa e 26 a 39 mil no Porto nas mesmas condições, segundo dados do INE. Infraestruturas e equipamentos básicos nestas cidades sub-utilizados, de que são exemplo escolas dispendo de boas condições a serem encerradas por falta de alunos, podendo mesmo vir brevemente a acontecer com instalações hospitalares. Como reverso desta nova realidade, uma expansão descontrolada das periferias, com a consequente fragmentação dos tecidos, a pulverização das funções urbanas e

enormes investimentos em infraestruturas e equipamentos que chegam sempre tarde. Realidade que tende a que as cidades deixem de oferecer aquilo que lhes é próprio, ao mesmo tempo que as novas urbanizações não chegam a ser cidade. E não se pense que estes males atingem só as grandes metrópoles, pois a generalidade das cidades médias também deles sofre, não faltando exemplos de autarquias que recentemente se têm decidido a tomar medidas de repovoamento e requalificação de centros urbanos.

4. O que pode ser extrapolado da experiência dos centros históricos para responder ao novo desafio

Os males de que padece a cidade no seu todo são em parte os mesmos que foram denunciados quando se decidiu intervir nos chamados centros históricos, nomeadamente a obsolescência do parque habitacional, o défice de acessibilidade e uma população envelhecida. Mas há diferenças que convém assinalar e analisar.

A primeira diferença diz respeito à densidade de ocupação, geralmente muito elevada nos tecidos mais antigos e rarefeita no resto do casco urbano (e também nas áreas centrais das grandes cidades), devido à alta percentagem de fogos devolutos e à forte presença do terciário. Outra diferença tem a ver com os riscos de descaracterização: enquanto a anulação ou a minimização de tais riscos foram em geral explicitamente assumidas como um dos objectivos centrais das intervenções ditas de salvaguarda dos centros históricos, a mesma preocupação não tem existido relativamente aos tecidos urbanos de data posterior. Esta posição tem porém conhecido ultimamente uma nítida evolução, ao defender-se a necessidade de preservar a imagem das diferentes épocas presentes na cidade – necessidade afirmada com clareza na Carta de Cracóvia 2000. Como notou em artigo recente (Revista “Monumentos”, n.º 16) o delegado português à reunião, Elísio Summavielle, ao referir “a assunção do “não monumental” e do “não classificado” como parte integrante e substantiva de um novo processo de abordagem e intervenção..., perante uma nova consciência local de responsabilidade activa, gradual e em contínuo crescimento”.

Não se trata aqui de defender uma espécie de musealização de toda a cidade, numa atitude repressiva e ultra-conservadora perante a realidade urbana, que sabemos em contínua formação. Como prova de que não é isso, volto a referir como exemplo o caso de Guimarães e de novo invocar a Carta de Cracóvia 2000. Aqui está pois uma questão – evitar a descaracterização dos vários tecidos da cidade consolidada – em que a experiência de trabalho nos centros históricos pode fornecer importantes atributos numa visão integrada abrangendo todo o casco urbano.

5. Do nível micro ao nível macro

5.1 Mas a diferença mais significativa diz respeito à mudança de escala, quando se pretende envolver num processo de regeneração e revitalização a cidade no seu conjunto e não apenas o seu núcleo mais antigo. E aqui surge uma bifurcação.

Por um lado, no que toca à elaboração e implementação de planos de intervenção, parece imperativa a necessidade de manter a escala de trabalho já aferida relativamente aos centros históricos, implicando a indispensável articulação com a população e os agentes económicos e sociais, a consideração de situações específicas, a proposição de soluções recorrendo ao desenho urbano. Para tanto, haverá que subdividir o conjunto da cidade em unidades operativas de planeamento e gestão com dimensões apropriadas – seja por bairros, por freguesias ou por áreas morfológicamente homogéneas. Mas, por outro lado, há que encarar os problemas ao nível da cidade inteira. Será o caso da fixação de objectivos, da elaboração de planos estratégicos e da escolha da metodologia, das regulamentações de âmbito municipal, da definição de fases e de prazos, e ainda duma direcção centralizada dotada dos meios e competências necessárias para impulsionar todo o processo.

5.2 No entanto, a importante consequência da grande mudança de escala consiste em que a este desafio de incidência local só pode ser respondido se transposto para o nível nacional em termos de produção legislativa.

Efectivamente, como contrariar a existência escandalosa de centenas e milhar de habitações devolutas nas nossas cidades, senão com imposições fiscais progressivas que obriguem os proprietários a colocá-las no mercado, a exemplo do que sucede noutros países, nomeadamente aqui ao lado, em Espanha?

Como operacionalizar e agilizar os processos de regeneração urbana, senão com uma corajosa reforma do Código de Expropriações, que ponha o bem comum acima do interesse particular?

Como carrear os recursos necessários para reabilitação e modernização da enorme quantidade de edifícios degradados e obsoletos que existem nos aglomerados urbanos, senão reorientando exclusivamente para essa finalidade todas as ajudas públicas à construção, nomeadamente as que respeitam às diferentes modalidades da habitação apoiada?

Como combater a relutância de potenciais investidores em tais obras, senão com uma reforma socialmente justa mas suficientemente fiável em termos de retorno, com vista a fomentar massivamente o mercado do arrendamento?

Finalmente, como fomentar a atractibilidade da cidade consolidada face à concorrência das urbanizações periféricas, senão discriminando positivamente o uso do automóvel pelos residentes? Senão impondo nos preços dessas urbanizações a externalização dos encargos respeitantes a infraestruturas e equipamentos já disponíveis nos cascos urbanos? Senão exigindo nas novas expansões padrões de urbanidade aceitáveis, pelo menos equivalentes aos que a cidade concentrada pode garantir?

5.3 Um exemplo a estudar pode ser verificado do outro lado da fronteira, aqui mesmo ao lado, na região da Estremadura espanhola.

Depois de definidas em vários aglomerados, a partir de 1997, as ARI – Áreas de Reabilitação Integradas – dispondo de gabinetes próprios equivalentes aos nossos GTL, a Junta da Estremadura lançou um programa de habitações de

promoção pública no casco urbano consolidado. Este programa, cuja aplicação vai assim para além dos chamados centros históricos, e que tem conhecido um crescimento muito rápido, consiste na aquisição de edifícios pela Consejería de Vivienda, Urbanismo y Transportes, a sua reabilitação e depois atribuição no quadro da habitação apoiada. Tem-se conseguido deste modo evitar a construção em terrenos periféricos, aproveitando com isso as infraestruturas existentes.

5.4 Estas e outras questões de igual alcance já devem ter chamado à realidade alguns eleitos que fizeram do repovoamento das cidades a sua principal bandeira na recente campanha para as autarquias. São os casos de Santana Lopes, em Lisboa, acenando com o regresso de 200 mil habitantes perdidos pela cidade nas últimas décadas, e de Rui Rio, no Porto, prometendo o retorno à Baixa – e exigindo inclusivé para isso a penalização fiscal dos proprietários de prédios devolutos.

Esta alusão não significa que tais propostas foram irrealistas. Significa apenas que o poder municipal é, por si só, insuficiente para as concretizar. Será que o actual governo, da mesma cor política daqueles autarcas, será capaz de tomar as medidas que se impõem? Aqui fica a interrogação.

5.5 Por último, um retorno à problemática dos centros históricos, tema central deste *Forum*. Não será indiferente para os mesmos o sucesso ou insucesso da visão estratégica que se acaba de expôr. Não seria saudável para os mesmos constituírem uma espécie de ilhas aprimoradas num mar de progressiva decadência e degradação. É também por isso que se justifica uma expectativa optimista: que a experiência bem sucedida da reabilitação e revitalização desses núcleos mais antigos possa ter um efeito contagiante e multiplicador na sua envolvente – ainda que tal signifique um processo de características diferentes – mais abrangente e generalizado, e por isso mais difícil e mais exigente.

SENTIMENTOS NATIVOS

Alexandra Gesta

(Câmara Municipal de Guimarães)

Resumo

É do domínio público, e ultrapassou as suas fronteiras, uma ideia de qualidade associada com o nome e a imagem do "Centro Histórico" da Cidade de Guimarães.

Nacionalmente e internacionalmente foi-se construindo o reconhecimento e o interesse pelo rigor dos critérios e os discretos cuidados com que durante alguns anos a autarquia vimaranense foi processando e patrocinando uma intervenção que ressuscitando formas e renovando funcionalidades reabilitou para a cidade e para o presente antigas e esquecidas especialidades.

Em anos mais recentes foram concretizados alguns projectos e ambições antigas.

A reabilitação dos espaços públicos, de edifícios municipais cedendo a sua forma a novas funções e o apoio técnico e financeiro à iniciativa privada constituíram três das principais linhas estratégicas que sustentam a concretização dos dois objectivos que nomeiam a intervenção do Centro Histórico de Guimarães.

A reabilitação do Centro Histórico de Guimarães, visa a recuperação e preservação do património construído de qualidade formal e funcional cuja autenticidade é necessário manter no seu todo pelo que a reabilitação passa também pela utilização dos materiais e técnicas construtivas tradicionais.

O segundo objectivo é a manutenção na totalidade da população residente, sendo-lhes dadas melhores condições de habitar.

O trabalho de reabilitação do Centro Histórico pelo seu rigor de intervenção e carácter exemplar recebeu já o prémio Europa Nostra em 1985, o 1º prémio da Associação dos Arquitectos Portugueses em 1993 e um prémio da Real Fundação de Toledo em 1996.

Entretanto enquanto o Município soube assumir a obrigação do exemplo, a continuidade dessas acções iria induzir nos privados a iniciativa e o gosto pela reapropriação do seu espaço e também a invenção de muitas formas do viver na área antiga da cidade marcando-as com o sentido de Colectividade e o sentido de

I FORUM MARVÃO

Humanidade que têm sido e só podem ser o fundamento de uma intervenção comumente assumida. Isto significa menos dirigismo e menor empoamento formal das iniciativas públicas, e das acções técnicas e regulamentares (ao contrário do que infelizmente é mais corrente).

Tenha-se em conta que o tempo é entretanto um aliado complicado e difícil de gerir, mas que é como outros um recurso a mobilizar e integrar, devendo entender-se que nunca é completamente perdido...

Tudo se passa como se o mesmo herói desconhecido que produziu esta maravilhosa filigrana envelhecida, regressasse e ainda anonimamente viesse reanimar (no sentido da raiz latina...) a tradição e apenas entreabrir uma janela do futuro.

O mais difícil será acordar esta personagem sem estremecimentos e sem sobressaltos.

Estratégia de reabilitação do centro histórico de Guimarães

A metodologia de projecto de abordagem da cidade, adoptou uma política de reabilitação urbana, assente na actuação conjunta da requalificação dos espaços públicos (como indutor do investimento capital privado nos edifícios que os confinavam), potenciando unidades de projecto urbano (como certas praças, alguns eixos prioritários e de maior visualidade, edifícios arquitectonicamente estratégicos, etc.), na recuperação dos edifícios de responsabilidade municipal (cedendo a sua forma a novas funções) e o controlo, estímulo e o apoio técnico e financeiro à iniciativa privada.

A melhoria dos espaços públicos teve óbvias repercussões no incremento da qualidade residencial. O investimento público foi conduzido para uma estratégia de intervenções qualificadas de requalificação dos espaços públicos urbanos, partindo do princípio de que estas intervenções poderiam potenciar, ou induzir, o interesse do investimento privado nestas áreas.

(...) Guimarães percebeu desde o início a importância de criar modelos de rigorosa actuação projectual, constituindo cada trabalho promovido pela autarquia como um modelo de exemplaridade, do macro ao detalhe, explicitando as transformações admissíveis mas aceitando iguais ou maiores

contingências da preservação do que as que se impunham aos privados. (...) Mas a exemplaridade não pode existir só nos projectos. Quando se restaura e se devolve um pequeno oratório aos seus crentes, onde por debaixo de múltiplas camadas de tinta se redescobrem velhos óleos em portadas que se restauram e, depois, se repõem no seu sítio original; quando no Largo da Oliveira, se repõe a oliveira desaparecida há muitas décadas e isto se faz com foguetes e vinho verde... e quando a primeira das oliveiras morre, uma segunda quase imediatamente se (re)planta; quando à montra de alumínio desejada por um comerciante se propõe, em alternativa, uma de madeira e, em vez de o obrigar a percorrer o purgatório dos gabinetes de projecto aos quais não interessam coisas tão minúsculas, se lhe desenha (sempre com urgência) os pormenores à escala 1/10, ou 1/5; e quando no centro disto tudo se movimenta e mobiliza um gabinete de técnicos de um funcionalismo sem horários, outro tipo de solidariedades se conseguem, num domínio disciplinar que já pouco tem a ver com o exercício de desenho para o qual fomos treinados nas escolas de arquitectura mas que, em tudo, é manifestação de capacidade de projecto urbano e de total fidelidade a uma vontade de requalificação arquitectónica vivida a "tempo inteiro", para e pela cidade. (...)¹

(...) A estratégia de apoio à (re)habitação do Centro Histórico de Guimarães baseou-se na preferência pelo apoio a obras de impacto mínimo (no mesmo momento muito mais próximas do espírito da conservação urbana), permitindo muitas vezes manter os residentes durante o decorrer dos trabalhos, diminuindo os impactos económicos e psicológicos sobre uma população envelhecida. Este tipo de intervenções, muito mais contidas, permite também reduzir ao mínimo, eventualmente mais tolerável, a actualização das rendas depois da realização dos trabalhos. (...)¹

(...) Da experiência da conservação do património urbano de Guimarães salienta-se: (i) uma reabilitação para e pelas pessoas, contra a *gentrification*; (ii) a conservação estrita dos valores identiários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitectura da cidade

¹ AGUIAR, José – Arquitecto, Doutor em Conservação do Património Arquitectónico pela U.E., Investigador Auxiliar do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)

histórica, prolongando-as para um território submetido a um desmesurado processo de desenvolvimento e de transformação; (iii) a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo (a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária), conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitectura erudita e “vernácula” que construiu, no tempo, este “Centro Histórico”) mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) as intempéries. (...)¹

A promoção da recuperação pela requalificação do espaço público, mantendo a população residente e melhorando o seu habitat, bem como a manutenção das técnicas construtivas tradicionais do seu edificado e o rigor de intervenção, teve como resultado uma acção exemplar que distingue Guimarães das outras cidades do país. Depois do Prémio Europa Nostra, atribuído a Fernando Távora em 1985 pelo projecto de restauro e de adaptação da sede do próprio GTL, a equipa do GTL de Guimarães em 1993 recebeu o Prémio Nacional de Arquitectura para a melhor obra de conservação, (pela primeira vez na história da Associação dos Arquitectos, que tradicionalmente premiava autores individualizados, uma equipa colectiva e municipal). Seguir-se-é mais tarde em 1996 o Prémio da Real Fundação de Toledo, em 1999 o Prémio Nacional Imagem da Cidade com a reabilitação das Casas Alpendradas – Menção Honrosa – atribuído pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, é atribuída uma Menção do Júri do Prémio RECRIA 2000, pelo conjunto da obra e ao Gabinete Técnico Local e em 2001, Guimarães é declarada pela UNESCO Património da Humanidade.

O TURISMO COMO SUPORTE DA REGENERAÇÃO URBANA. ALGUMAS REFLEXÕES A PROPÓSITO DO CASO DE FARO

Ana Maria Ferreira

(Universidade do Algarve)

Resumo

A mudança de paradigma urbano, cultural e turístico a que se assiste, actualmente, nos países mais desenvolvidos resulta, em grande parte, do aparecimento de uma nova classe média, produto da democratização do acesso ao ensino e à cultura, iniciada ainda no período moderno. Essa nova classe média cultural originou uma considerável mudança no conceito de cultura, e, por consequência, na produção cultural urbana, que propicia a revalorização dos centros históricos, como locais ideais para residir, produzir e consumir bens e serviços culturais. Esta nova classe, quando viaja, deseja fruir o ambiente urbano e produtos culturais, nos países que visitam. A cidade de Faro na qual centramos o estudo empírico para a elaboração da nossa dissertação de doutoramento, acusava, no Verão de 2001, em plena época de turismo de Sol e Praia, a presença desses novos turistas.

A questão que se aborda neste artigo prende-se com a aferição da hipótese do turismo constituir um (importante) suporte para a regeneração dos centros históricos e para o rejuvenescimento do turismo de sol e praia.

A concretização do objectivo que aqui se propõe exigiu uma análise detalhada sobre o conhecimento das novas tendências da cultura urbana e das condições de produção e consumo. Desejávamos, igualmente, verificar se os novos consumidores culturais, resultantes da democratização da instrução e das políticas culturais de estímulo à participação, iniciadas na segunda metade do século XX, como turistas, mantinham o seu estilo de vida. A procura turística desde que estejam reunidas as condições, pode ajudar à revitalização, através do incentivo à produção cultural dos centros históricos e, por consequência, pode constituir um contributo importante para a sua regeneração.

No caso das cidades situadas nos destinos de sol e praia do sul da Europa, os consumos dos turistas podem auxiliar a regeneração dos bairros históricos, e, simultaneamente, o rejuvenescimento e diversificação da oferta turística. A investigação realizada, no centro histórico de Faro confirma as hipóteses colocadas.

Palavras-chave: nova cultura urbana, nova classe média cultural, produção, consumo cultural, novos turistas, regeneração dos centros históricos, rejuvenescimento do turismo de Sol e praia.

1.1 A nova cultura urbana, nova classe média e valorização do centro histórico

Na segunda metade do século XX assistiu-se a uma lenta mas consciente desvalorização da condição universal da cultura urbana moderna. Ao colocar em dúvida as suas certezas, os seus paradigmas, explicações, modelos e metáforas, destruiu-se o consenso em torno das verdades e valores pelos quais propugnava. Os pós-modernistas foram obrigados a encontrar o suporte teórico, do novo movimento, num número de atributos, que sublinham metáforas impregnadas de subjectividade, relativismo e pluralidade, na medida em que nenhuma sociedade sobrevive sem arquétipos de linguagem, cultura ou ideologia. O conceito ganhou popularidade nos anos 60, em Nova Iorque, quando foi utilizado por jovens artistas e críticos, como Rauschenberg, Cage, Bourroghs, Bartheleme, Fielder, Ihab Hassan e Susan Sontag para designar o movimento, que se situava para lá do "exausto" alto modernismo rejeitado devido à sua institucionalização nos museus e na academia (Huyssen, 1990, pp. 355-375). O termo ganhou uma dimensão mais abrangente, nos anos 70 e 80, ao incluir a arquitectura, as artes visuais, as artes do espectáculo e a música. Foi construído entre a Europa e os Estados Unidos e atingiu uma nova dimensão, ao buscar a sua fundamentação teórica no pensamento de intelectuais e académicos como Daniel Bell (Bell, 1976,1980,1992), Julia Kristeva (Kristeva, 1969, 1989), Jean François Lyotard (Lyotard, 1989), Gianni Vattimo (Vattimo, 1980, 1985), Jacques Derrida (Derrida, 1972, 1978, 1992), Michel Foucault (Foucault, 1969, 1971, 1979, 1980), Jurgen Habermas

(Habermas, 1981, 1983, 1997, 1998), Jean Braulliard (Braulliard, 1970, 1983) e Frederic Jameson (Jameson, 1984, 1997).

A defesa do carácter localizado da cultura associou-se ao culto da tradição, com conseqüente enaltecimento do vernáculo, do gosto pelo revivalismo e pelo pastiche, como forma de contrabalançar a progressiva globalização da sociedade actual. Neste contexto, a popularidade das tradições e da história, a par com a busca das raízes podem ser vistas como esforços de distinção e de definição na aldeia global (ver Friedman, 1991, 329-349; Featherstone, 1997, 1998). Mac Luhan (MacLuhan, 1967) previu que a difusão de informação, através dos meios electrónicos ajudava a criar a aldeia global e diminuía a diversidade um dos valores que definem a actual cultura urbana. Por essa razão, era responsável pelo sentimento de descrença, numa autoridade que os cidadãos consideram muito distante, intensificado por um desejo paralelo de uma participação política activa, a nível local, como expressão do seu direito à diferença.

O surgimento da nova classe média relaciona-se, directamente, com o desenvolvimento económico e social da sociedade ocidental, no período moderno e com o seu esforço no sentido de democratizar o acesso ao ensino e à cultura (Bianchini, 1994, pp. 8; Bianchini, 1995, pp. 82; Bloomfield, 1994, 100-109, 113; Girard, 1998, pp. 287; Matarasso e Landry, 1999, pp. 13; UNESCO, 2001, pp. 3; Urfalino, 1996, pp. 329-331). As políticas de ensino e as políticas culturais contribuíram para a formação de uma nova classe média que se transformou na grande polarizadora do novo capital simbólico e, por conseqüência, a responsável pelos novos modelos (Ley, 1983, pp. 319-321; Ley e Mercer, 1980, pp.89-109; Ley, 1996, pp. 230). Essa consideração que se manifesta através da contribuição para a preservação e salvaguarda dos centros históricos, através da participação em movimentos de defesa do património de modo a transformar os bairros antigos em locais eleitos, por muitos dos seus membros, para habitar, trabalhar e consumir. Os motivos dessa opção reflectem a rejeição, por parte destes grupos, da cidade moderna e, sobretudo, do estilo de vida nos subúrbios, em que foram educados e conseqüente adopção da cidade tradicional como modelo ideal de urbe,

arquétipo em que fundamentam a sua própria distinção (Jacobs, 1961; Gans, 1961; Pfeil, 1990).

Fred Pfeil atribuiu a queda de fronteiras entre cultura de massas, erudita e popular, nos Estados Unidos da América, aos valores da geração nascida no período do pós-guerra, que possuía um longo contacto com a cultura do consumo e o gosto adquirido pela alta cultura devido a uma escolarização longa que incluía, em muitos casos, uma formação superior. Esta combinação concedia às novas classes médias a faculdade de consumir produtos culturais de massa, sem deixar de apreciar as manifestações de alta cultura, porque dominavam uma vasta gama de competências culturais, desde os saberes que exigiam pouca ou nenhuma mediação até aos associados a um elevado grau de formalismo. A geração *baby boomer* foi a primeira a possuir uma familiaridade única, em todo o terreno da produção cultural (Pfeil, 1990, pp. 114). Nos nossos dias qualquer apreciador de espectáculos culturais “é capaz de ouvir *Tom Jones* e *Gustav Mahler*, comprar um quadro de um pintor célebre e um fato de um costureiro de nomeada, ver o *Titanic* na quinta-feira e *Fausto* da sexta” (Bonink e Hitters, 2001, pp. 227).

A capacidade de utilizar o juízo discriminatório, o saber ou capital cultural, permite a alguns grupos ou categorias de pessoas, entender e classificar, de imediato, os novos produtos, e a sua utilização, baseadas nas qualificações formais e informais de que dispõem. São estas competências que asseguram, aos indivíduos que as possuam, uma posição em círculos profissionais e em organizações específicas, destacando e reforçando tipos de vantagens ou desvantagens sociais. O saber ou capital cultural pode sobrepor-se ou divergir da distribuição de capital económico ou social, medido através do rendimento, de riqueza e de poder (Bourdieu, 1990, pp. 56, 207; 1992, pp. 134; Brooke, 1999, pp. 4; Casanova, 1995, pp. 45-68; Urry, 1997, pp.105).

Em alguns países, como os Estados Unidos, e Canadá, o aparecimento da nova classe média foi precoce, ainda na década de 60 (Pfeil, 1990, pp. 34; Ley, 1996, pp. 4-15, 83 e 268-271). Na Europa ganhou alguma expressão nas décadas de 70 e 80, principalmente, na Dinamarca, na Suécia, na Noruega

(Sulkemen, 1992, pp. 25-26), em França e na Grã-Bretanha (Bourdieu, 1984, pp. 247-255; Williams, 1986), enquanto na década de 90 foi a vez de Singapura (Baum, 1999, pp. 1095-1100; Huat Chau, 1998, pp. 981-1000) e de Israel (Schnell, 1993, pp. 1187-1207).

Os investigadores que têm vindo a dedicar a sua atenção a este grupo social encontram-lhe, várias clivagens e interesses em conflito. Uma dessas clivagens passa por uma origem social de carácter bipolar, quer nas classes mais favorecidas, quer nas menos beneficiadas, situação que já foi detectada pelos pesquisadores portugueses no nosso país (Machado e Costa, 1998, pp. 41; Matias e Castro, 2000, pp. 100). Os membros da nova classe média podem, por seu lado, ser separados em dois subgrupos. Uns possuem profissões que lhes proporcionam rendimentos apreciáveis, juntando, dessa forma, capital económico e capital cultural enquanto os outros ascenderam em função da sua educação formal, sem que a família possuísse estatuto elevado e dividem-se, igualmente em dois conjuntos. Essa separação situa-se entre os que encontraram na actividade profissional uma forma de atingir uma situação económica desafogada e os que não reúnem um capital económico apreciável, mas têm um peso determinante na evolução do sector cultural, cujo prestígio surge como um modo de compensar o menor peso económico. Os grupos com maior sucesso económico estão ligados ao mundo dos negócios, dos serviços financeiros, de gestão e marketing, enquanto os que se distinguem, apenas, pelo seu capital cultural, se encontram activos na sua produção e mediação, no ensino, nos *media*, nos serviços sociais e de saúde estatais, nas actividades ligadas às agências sem fins lucrativos e no turismo.

A produção, o marketing, e a distribuição dos bens simbólicos dependem do mesmo grupo social que Bourdieu designa por *nova classe cultural intermediária* (ver quadro 2.3.2), na medida em que possui a capacidade de se socorrer de várias tradições e culturas, para produzir e interpretar os bens (Bourdieu, 1984, pp. 354-371). Esses profissionais actuam como uma espécie de “cadeia de transmissão do gosto típico das classes superiores, do bom gosto, enquanto membros de um novo tipo de pequena burguesia”, embora se encontrem na situação paradoxal de produzir os bens que permitem a

manutenção da sua distinção e, simultaneamente, ao vulgarizar o seu consumo, promoverem a sua desvalorização obrigando à manutenção de uma capacidade criativa elevada, de modo a regular, constantemente, a distância social original (Swartz, 1997, pp. 158-163).

Nos países em que este novo grupo cresceu, mais cedo e de forma mais acentuada, o subgrupo dos que se dedicam a actividades culturais, foi o primeiro a mostrar interesse em residir nos centros históricos das cidades, como aconteceu, por exemplo, no Canadá. No entanto, o outro subconjunto, mais ligado a actividades empresariais e com maior capital económico, também se apropriou dessa área da cidade. O processo de enobrecimento está marcado por vários tipos de questões, algumas de grande complexidade (Bailey e Robertson, 1997, pp. 561-578; Badcock, 1993, pp. 191-195; Bondi, 1999, pp. 278; Bourne 1993, pp. 183-189; Cybriwsky, Ley e Wetern, 1986; Lees, 2000, pp. 389-408; Ley, 1996, pp. 26. Morrison e Mc Murray, 1999, pp. 380; Schnell e Graicer, 1993, pp. 1149; Smith, 1986; 1999; Smith e Defilippis, 1999, pp. 647; Varady, 1994, pp. 1345-1366). Contudo elas são indissociáveis, também das lutas pela hegemonia e dos valores de cada um desses subgrupos da classe média (Bourdieu, 1984, pp. 247-255 e 14-28; Ley, 1996, pp. 4-15, 83, 268-71; Urry, 1997, pp. 106; Richards, 1996, pp. 280; Richards, Goedhart e Herrijgers, 2001, pp. 71; Zurkin, 1989, pp. 58-82; 1996, pp. 43-59; 1998, pp. 1-49), processo que os académicos que se dedicam ao estudo do enobrecimento em Portugal, começam a encontrar na cidade de Lisboa. (Costa, 2000, 972; Rodrigues, 1999, pp. 118; Zilhão, 1985).

A nova classe média cultural, sobretudo o grupo que se dedica à produção localizada em centros históricos tem vindo a contribuir para a formação de bairros culturais verdadeiros meios criativos (*creative millieux*) que cativam os turistas, com estilos de vida idênticos aos dos residentes (Bianchini, 1995; Benach, 1994, 51-52; Chang, 2000, pp. 823; Evans, 2001; Montgomery, 1995, a, pp. 137; Scott, 1999, 2000; pp. 569; Wynne, 1992,1998). A formação dos bairros culturais, por sua vez, está na origem de processos holísticos de regeneração dos centros históricos, através da cultura e do turismo, dos quais

os mais conhecidos, pelo seu sucesso, são os ocorridos nas antigas cidades industriais britânicas.

1.2 Novos turistas e nova classe média cultural

Os novos consumidores turísticos, designados por muitos investigadores por "novos turistas" (Poon, 1993, pp. 9-11; Curvilier, 1994, pp. 80-86), têm mais experiência de viajar do que a geração anterior. Esse capital de experiência anuiu à criação de um juízo discriminatório, que se reflecte no grau de exigência em termos de qualidade e de variedade da oferta (Cuvilier, 1998, pp. 195-198). Até mesmo os consumidores de destinos de sol e praia evidenciam essa nova atitude que se revela numa versatilidade de gostos mais acentuada e numa recusa dos produtos rígidos e normalizados ao alcance da geração anterior. Enquanto os "velhos turistas" se contentavam com um consumo mais passivo, com longos períodos de descanso, exposição solar, banhos de mar e alguma actividade de lazer nocturno, os actuais desejam maior actividade nas férias e estão preparados para a descoberta da história da cultura e das belezas naturais do país receptor, movidos por uma necessidade de aprender, que "constitui uma das características do turismo do século XXI" (Formica e Uysal, 1996, pp.329).

O maior nível educacional, a redução do núcleo familiar, o desaparecimento das barreiras entre alta e baixa cultura, a mudança dos estilos de vida, o incremento do número de necessidades a preencher, a procura intensa de novos produtos, formam um conjunto de atributos que demonstram a influência da nova classe média na programação turística, mesmo na modelação de produtos, aparentemente, com menor vocação cultural, porque colocaram a sua definição mais inclusiva e a distinção agregada ao seu consumo, no centro de um novo turismo de que são, simultaneamente, produtores, mediadores e consumidores (Munt, 1994, in Richads, 1996, pp. 264). A oferta permite, desse modo, captar novos mercados, através da utilização de novas técnicas de promoção e apresentação (Ashworth, 1995, pp. 273).

Os estudos sobre o turismo cultural na Europa, admitem estabelecer ligação entre o aumento da escolaridade e do rendimento, o aparecimento da nova

classe média e o incremento da procura. Por outro lado, quer os turistas quer os produtores possuem elevados interesses e capital cultural, atributos de grande importância no desempenho da sua actividade profissional. Esta conjugação confirma que estamos face a um novo estilo de vida em que as fronteiras entre trabalho e lazer, produção e consumo estão a desaparecer (Richards, 1996, pp. 276).

Os novos turistas (ver quadro 2.5.1) foram identificados em Manchester (Hugues e Granton, 1992, pp. 96-109) na ilha de Man, (Prentice, 1992, pp. 96-10), no Caerphilly Castle em South Wales (Light, 1996, pp. 185) e em vários outros estudos realizados na Grã-Bretanha (Prince, 1983, pp. 235-237, in Light, 1996, pp. 186; Light e Prentice, 1994, pp. 27-36; Balcar e Pearce, 1996). Em França, os que escolhem destinos urbanos, distinguem-se pela sua juventude e formação de nível superior. Na Holanda num inquérito aplicado a 5110 pessoas permitiu encontrar os mesmos traços de juventude, com idades entre os 18 e os 34 anos (Jansen Verbeke, 1999, pp. 86). Nos Estados Unidos, os investigadores provaram, também, que esse grupo possui formação superior (Prohaska, 1995, pp. 35), como acontece, no caso de Williamsburg, estudado por Prentice, em que o número de turistas com esse grau de ensino atinge os 80% (Prentice, 1992, pp. 96-109).

A ATLAS (European Association for Tourism and Leisure Education), no âmbito do Cultural Tourism Research Programme, realizou um inquérito que abrangeu 45 países e 250 instituições membros da associação. O Cultural Tourism Research Programme, foi iniciado em 1991, com o apoio da DGXXIII, da Comissão Europeia. A pesquisa centrava-se nos visitantes de atracções culturais, na União Europeia, mas essa dimensão foi ultrapassada ao incluir também os países do centro e do leste europeus, e, mais recentemente, a Ásia e a Ásia Austral. Na citada investigação ficou comprovado que os turistas culturais possuíam capital cultural elevado, com uma percentagem de licenciados da ordem dos 44% e eram jovens porque mais de 35% tinham menos de 35 anos (Richards, 2001, pp. 38-44).

1.3 Perfil dos turistas que visitaram o centro histórico de Faro no Verão de 2001

A investigação, realizada em Faro, que implicou a aplicação de 391 inquéritos, no centro histórico da capital algarvia, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 2001, comprovou que os visitantes eram muito jovens porque a média de idades se situava nos 35,5 anos, a mediana nos 32 e a moda nos 25, implicando que 45%, do total não ultrapassassem os 30 anos. Os dados recolhidos provam que as idades dos turistas, de visita à capital do Algarve, seguiam o modelo Europeu traçado por Richards (ver quadro 1).

Quadro 1 – Idade em faixas etárias

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa
16 – 30 anos	170	45,0
31 – 40 anos	102	27,0
41 – 55 anos	73	19,3
+ de 55 anos	33	8,7
Total	378	100%

Os participantes com nível escolar primário (1%) e secundário (5%) têm uma expressão muito diminuta seguindo-se, com uma maior participação, os turistas com formação profissional (13,8%), embora a grande distância da eloquente maioria de dos visitantes com um índice de escolarização de nível superior (80%), nos seus graus de bacharel (11,0%), licenciado, (61,9%), mestre (5,7%) e doutor (1,3%). O elevado grau de educação formal dos visitantes de Faro, nos meses de Julho, Agosto e Setembro, do ano 2001, comprova um dos apanágios d a nova classe média cultural, reflectindo, desse modo, os efeitos da democratização do ensino e da cultura. A percentagem de licenciados ultrapassava, porém, os valores detectados no estudo europeu que temos vindo a evocar, circunstância valida a necessidade de construir uma oferta coerente para o centro histórico de Faro (ver quadro 2).

A juventude dos licenciados confirma o crescimento do capital cultural, na Europa, na pegada do que aconteceu nos Estados Unidos e Canadá uma geração mais cedo. À medida que o acesso ao ensino superior se democratizava, aumentava o interesse pelos temas culturais, por parte da pequena burguesia cuja ascensão social ocorreu em função desse capital adquirido.

Quadro 2 - Educação

Educação	Frequência absoluta	Frequência relativa
Primário	4	1,0
Secundário	19	5,0
Profissional	53	13,8
Bacharel	42	11,0
Licenciado	236	61,9
Mestre	22	5,7
Doutor	5	1,3
Total	381	100%

A questão, que tentava averiguar os motivos de visita à região, de escolha múltipla, evidenciou dois grandes grupos de pretextos que se prendiam com o sol e praia (87,9%) e turismo cultural (73,8%). A mutação de gostos dos turistas envolve uma preferência acentuada por produtos turísticos que incluam o ambiente e a cultura. As respostas dadas pelos inquiridos, no centro histórico de Faro, comprovam essa nova tendência a tendência detectada por Curvilier (Curvilier, 1994, 1998; ver quadro 3).

Quadro 3 – Motivos da visita ao Algarve

Motivos de visita ao Algarve	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sol e praia	342	87,9
Turismo cultural	287	73,8
Visita a familiares e amigos	47	12,0
Circuitos	23	5,9
Golfe	5	1,3
Actividade profissional	4	1,0
Saúde	51	13,1
Desporto	53	13,6
Outro	10	2,6
Total	389	100%

Pergunta de respostas múltiplas

As actividades culturais que os visitantes pretendiam fruir, na cidade manifestaram outro dos traços da nova classe média cultural, no que concerne não só a visão inclusiva da cultura liberta das barreiras entre alta e baixa, como o domínio, por parte deste grupo social, de códigos de decifração das duas ilustrado pela sequência dos itens mais votados. A gastronomia surge como primeira preferência (74,7%), embora seguida de perto pelos monumentos (73,1%) e pelos museus (64,9%), enquanto as outras alternativas se classificaram a grande distância destas. Apesar disso, as eleições menos seleccionadas, que abarcam festivais (39,5%), galerias de arte (35,7%) e artes do espectáculo (30,2%) reforçam essa pluralidade de gostos (ver quadro 4).

Quadro 4 – Actividades culturais que desejam fruir

Actividades Culturais	Frequência absoluta	Frequência Relativa	Média	Desvio Padrão
Museus	251	64,9	1,35	0,48
Monumentos	283	73,1	1,27	0,44
Galerias de Arte	138	35,7	1,64	0,48
Gastronomia	289	74,7	1,25	0,44
Artes do Espectáculo	117	30,2	1,70	0,46
Festivais	153	39,5	1,60	0,49
Nenhum	14	3,6	1,96	0,19
Total	387			

Pergunta de respostas múltiplas

O Festival de Gastronomia da Ria Formosa é reconhecido, apesar de ser uma iniciativa relativamente recente, como um dos mais prestigiados da região e o do Marisco de Olhão, mais antigo está muito difundido. Parece que eventos desta natureza devem ser incentivados, desde que possuam qualidade, porque têm, pelo menos tiveram, em Faro, no Verão de 2001, grande procura e muitos adeptos, como confirma a pesquisa realizada.

A imagem do meio construído e do espaço público da cidade de Faro revelada pela maioria dos visitantes é positiva. A pergunta que acusa maior hesitação referia-se à existência de equilíbrio entre a cidade antiga e a moderna atingindo o cômputo das respostas dadas uma média de 3.41, numa escala de 1 (discordo inteiramente) a 5 (concordo absolutamente), que corresponde a uma atitude menos favorável, verificando-se, simultaneamente, o valor mais elevado de não respostas de todo o inquérito (ver quadro 6).

O conjunto de variáveis sobre a avaliação da imagem da cidade foi sujeito ao teste de Alpha de Cronbach e revelou um excelente coeficiente de consistência interna (ver quadro 5).

Quadro 5 – Teste de consistência interna

Alpha de Cronbach
0,9042

Quadro 6 – Imagem do espaço público e do meio construído do centro histórico de Faro

Imagem espaço público do centro histórico	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
O centro histórico possui marcos que se destacam (muralhas, monumentos, panoramas)	356	4,49	0,80
O centro histórico contém um conjunto construído harmonioso	352	4,31	0,84
A cidade moderna tem uma relação equilibrada com o centro histórico	336	3,41	1,04
O património está bem preservado	345	4,03	0,83
No centro histórico a orientação é fácil.	351	4,57	0,85
No centro histórico é possível encontrar percursos interessantes e variados.	342	3,94	1,14
O centro histórico dispõe de ruas economicamente activas e animadas pela presença de pessoas.	352	3,72	1,24
As ruas do centro histórico têm várias utilizações (habitação, lojas, empresas lazer).	345	4,04	1,26
As estátuas, fontes, bancos caixas de telefone, do centro histórico, enriquecem a cidade.	351	4,16	1,26

(Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo absolutamente)

A análise do meio construído e do espaço público exige uma visita demorada e um sentido de observação relativamente desenvolvido. A nova classe média encontrou um elemento de distinção no apreço e carinho que dedica ao património e aos espaços urbanos tradicionais, cuja reabilitação tem vindo a

I FORUM MARVÃO

defender, desde os anos 80, à medida que foi ganhando maior dimensão, nos países desenvolvidos. A sua estima e afeição corroboram, de igual modo, a eleição dessa zona da cidade como local de residência, característica essa detectável entre os visitantes do centro histórico de Faro, visto que a maioria habita nessa área antiga, como comprovam os dados do inquérito (ver quadro 7). O à vontade com que discorrem sobre a qualidade do espaço urbano (construído e não construído) deve-se à facilidade com que se socorrem do seu capital cultural, cosmopolitismo estético e envolvimento emocional com esses lugares. A apreciação feita da qualidade da imagem do centro histórico de Faro pode não possuir o rigor dos juízos emitidos por especialista, não deixando, contudo de revelar, mesmo na sua condição de amadores, grande capacidade de análise de uma zona que lhes é tão grata, quanto familiar.

Quadro 7 – Residência no centro histórico

Reside no Centro da Cidade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	209	58,5
Não	148	41,5
Total	<u>N=357</u>	100%%

Quando interrogados sobre o contributo da visita realizada à capital regional, para o enriquecimento da sua estadia no Algarve, a percentagem de respostas positivas atesta, claramente a importância que os turistas atribuem aos recursos turísticos culturais (ver quadro 8).

Quadro 8 – Contribuição para o enriquecimento da estadia no Algarve

A visita enriqueceu a estadia no Algarve	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	352	93,9
Não	23	6,1
Total	375	100%

A sua atitude demonstra também que, mesmo quando as motivações principais para viajar se ligam a actividades de lazer, relacionadas com o turismo de sol e praia, a nova classe média cultural não deixa de participar em actividades culturais, que fazem parte do seu estilo de vida.

Conclusão

A presença dos novos turistas culturais, na cidade de Faro constitui uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, porque se mostra favorável à regeneração do centro histórico e à produção cultural.

Nas cidades do sul da Europa, principalmente nas espanholas, gregas e portuguesas, destinos de sol e praia, o capital cultural tem vindo a crescer de forma assinalável, se tivermos em conta os baixos níveis atingidos até ao final da década de 70, altura em que se libertaram das ditaduras que as dominavam. Os visitantes podem concorrer para o crescimento de uma produção cultural modesta, porque o consumo local ainda é relativamente diminuto, ajudando, deste modo, à regeneração do centro histórico, prestando, em simultâneo auxílio à diversificação e rejuvenescimento dos destinos turísticos de sol e praia, em fase de maturidade.

Bibliografia

Ashworth, G., 1995, "Managing the Cultural Tourist", in Ashworth, G., e Dietvorst, A, (eds), **Tourism and Spatial Transformations Implications**, CAB International, London, pp.265-283

Badcock, B., 1993, "Notwithstanding the exaggerated claims, residential revitalization really is changing the form of some Western Cities: a response to Bourne" **Urban Studies**, nº 30, pp. 191-195.

Bailey, N., e Robertson, D., 1997, "Housing Renewal, Urban Policy and Gentrification", **Urban Studies**, 34, (4), pp. 561-578

Balcar, M., e Pearce, D., 1996, "Heritage tourism on the West Coast of New Zealand", **Tourism Management**, 17, (3), p. pp.202-212

Baum, S., 1999, "Social Transformations in the Global City: Singapore" **Urban Studies**, 36, (7), pp. 1095-1117

Bell, D., 1976, **The Cultural Contradictions of Capitalism**, Basics Books, New York

Bell, D., 1976, " Modernism, postmodernism and the decline of moral order", from."The Cultural Contradictions of Capitalism", Basic Books Publisher, in Alexander J., e Sedman, S., **Culture in Society. Contemporary Debates**, 1994, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 319-329

Bell, D., 1980, **The Winding Passage**, Basic Books, New York,

Bell, D., 1992, **The Cultural Wars. America Intellectual Life 1965-1992**, **Wilson Quarterly**, Summer, 74-107

Benach, N., 1994, "La promotion de nueva actividad terciária en la ciudad de Barcelona", **Finisterra**, XXIX, (57), pp. 43-60

Bianchini, F., 1994, "Remarking European Cities: the role of cultural policies"

Bianchini, F., e Parkinson, M., **Cultural Policies and Urban Regeneration. The West European Experience**, Manchester, Manchester University Press, Manchester, 1ª edição 1993, pp. 1-21

Bianchini, S., 1995, "Cultural Considerations in Inner City Regeneration", in, **Culture and neighbourhoods**, Council of Europe Publishing, Strasbourg, pp.79-96

Bloomfield, J., (1994), "Bologna: a laboratory for cultural enterprise", in Bianchini, F., e Parkinson, M., **Cultural Policies and Urban Regeneration. The West European Experience**, Manchester University University Press, Manchester, 1ª edição 1993, pp. 90-113

Bondi, L., 1999, Gender, class and gentrification: enriching the debate, **Environment and Planning, Society and Space**, 17, p.p. 261-282

Braudillard, J., 1970, **La société de consommation**, Gallimard, Paris

Braudillard, J., 1983, **Simulations**, New York, Semiotext(e)

Bonink, C., e Hitters, E., 2001, "Creative Industries as Milieux of Innovation: the Westgasfabriek, Amsterdam", in Richards, G., **Cultural Attractions and European Tourism**, CABI Publishing, Oxon

Bourne, "The myth and reality of gentrification. A commentary on emerging urban forms", **Urban Studies**, 30, (1), p.p. 183-189

Bourdieu, P., 1990, "Artistic Taste and Cultural Capital" in Alexander, J., e Seidman, S., (eds), **Culture and Society: Contemporary Debates**, MIT Press, Cambridge, pp. 205 – 215

Bourdieu, P., 1990, **The Logic of Practice**, Polity Press, Cambridge

Brooker, P., 1999, **A Concise Glossary of Cultural Theory**, Arnold, London

Casanova, L., 1995, "Uma avaliação conceptual do habitus", **Sociologia. Problemas e Práticas**, 18, pp. 45-68

Chang, T., 2000, "Renaissance Revisited: Singapore as a Global City for the Arts" **International Journal of Urban and Regional Research**, 24, (4) pp. 818-831

Costa, P., 2000, "Centros e margens: produção e práticas culturais na área Metropolitana de Lisboa", **Análise Social**, XXXIV, (154), pp.957-983

Curvillier, P Torres E, Gadney, E,1994, **Patrimoine, Modèles de Tourisme, et Développement Local**, L'Harmattan, Paris

Cuvelier, P., 1998, **Anciennes et Nouvelles Formes de Tourisme. An approche sócio-economique**, L'Harmattan, Paris

Cybrivsky, R., Ley D., e Western, J., 1986 "The Political and social construction of revitalization neighbourhoods: Society Hill, Philadelphia and false Creek, Vancouver" in Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, Allen & Unwin, Winchester Mass

Derrida, J., 1978, **Writing on Difference**, Routledge, London, 1ª edição francesa 1967

Derrida, J., 1981, **Positions**, Chicago University Press, Chicago, 1ª edição 1972

Derrida, J., 1992, **Acts of Literature**, Routledge, London

Evans, G., 2001, **Cultural Planning an urban renaissance?**, Routledge, London

- Featherstone, M., 1997, "Culturas Globais e Culturas Locais", in Fortuna, C., **Cidades Cultura e Globalização**, Celta, Oeiras, pp.83-105
- Featherstone, M., 1998, **Consumer Culture & Postmodernism**, Sage, London, 1ª edição 1991
- Formica, S., e Usyal, M., 1996, "The revitalization of Italy as a tourist destination", **Tourism Management**, 17, (5), pp.323-331
- Foucault, M., 1971, **Madness and Civilization. A history of insanity in the Age of Reason**, Tavistock, London,
- Foucault, M., 1979, **Discipline and Punishment**, Peguin, Harmondsworth
- Foucault, M., 1980, **The History of Sexuality**, Vintage, New York
- Foucault, M., 1988, **As palavras e as coisas**, Edições 70, Lisboa
- Friedman, J., 1999, "Ser no mundo: Globalização e Localização", in Featherstone, M., **Cultural Global. Nacionalismo, Globalização e Modernidade**, Editora Vozes, Petropolis
- Gans, H., (1961), **The Urban Villages: Group and Class in the Life of Italian-Americans**, Free Press, New York
- Gans, H., 1967, **The Levittowners** , Vintage, New York
- Girard, A., (1998), "As investigações sobre as práticas culturais", Rioux, J., Serinelli, J., (ed) **Para uma História Cultural**, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 281-289
- Habermas, J., 1980, **The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a category of Bourgeois Society**, Polity, Cambridge, 1ª edição alemã 1962

Habermas, J., 1986, "The New Obscurity" **Philosophy and Social Criticism**, 2, (2), pp. 2-18

Habermas, J., 1994, "Modernity versus Postmodernity", in Alexander, J., e Seidman, S., (eds), **Culture and Society. Contemporary Debates**, MIT Press, Cambridge, pp. 342-354

Habermas, J., 1997, **The new conservatism. Cultural Criticism and the Historian's debate**, MIT Press, Cambridge

Huat Chau, B., 1998, "Word Cities, Globalisation and the Spread of Consumerism: A View from Singapore", **Urban Studies**, 35, (5-6), 981-1000

Hugues, H., e Granton, C., 1992, "The economics of the culture industry", in D Wynne, (ed), **The Culture Industry: The Arts in Urban Regeneration**, Aldershot, Averbury, pp. 96-109

Huysen, A., 1990, "Mapping the Postmodern" in Alexander, J., e Seidman, S., (eds) **Culture and Society: Contemporary Debates**, MIT Press, Cambridge, pp. 355-375

Jacobs, J., 1961, **The Death of Great American Cities: The Failure of Town Planning**, Random House, New York

Jameson, F., 1984, "Postmodernism: or the Cultural Logic of Late Capitalism", **New Left Review**, nº 146, pp. 53-92

Jameson, F., 1997, "Postmodernism and consumer society", in Gray, A., e Mc Guigan, J., **Studying Culture. Na Introductory Reader**, Arnold, London, 1ª edição 1993, pp. 192-206

Jansen-Verbeke, M., 1999, "Analysing Heritage Resources for Urban Tourism in European Cities", Pearce, D., e Buttler, R., **Contemporary Issues in Tourism Development**, Roulledge, London, pp.81-108

- Kristeva, J., 1969, **Semiotikè**, Seuil, Paris
- Kristeva, J., 1989, **Etrangers à nous memes**, Fayard, Paris
- Lees, L., 2000, "A reappraisal of gentrification: towards a "geography of gentrification", **Progress in Human Geography**, 24, (3) pp. 389-408
- Ley, D., 1983, **A Social Geography of the City**, Harper and Row, New York
- Ley, D., 1996, **The Middle Class and the remarking of the Central City**, Oxford University Press, Oxford
- Ley, D., e Mercer, J., 1980, "Locational Conflict and Politics of Consumption", **Economic Geography**, 56, pp. 89-10
- Light, D., 1996, "Characteristics of the audience for "events" at a heritage site", **Tourism Management**, 17, (3), pp. 183-190
- Lyotard, J., 1989, **A Condição da Pós – Modernidade**, Lisboa, Gradiva,
- Machado, F., Costa, A., 1998, (organizadores) "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social", Viegas, J., Costa, A., **Portugal. Que Modernidade?** Celta, Lisboa, pp. 17-43, 1ª edição 1998
- Matarasso, F., e Landry, C., 1999, **Balancing act: twenty-one strategic dilemmas in cultural policy**, CEP, Strasbourg
- Matias, V., 2000, "Das Assimetrias Territoriais às Redes de Cidades. Uma Hipótese de Desenvolvimento Urbano", **Actas do Colóquio Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento**, 9 e 10 de Outubro, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Câmara Municipal de Grândola, Grândola, pp. 55-69
- McLuhan, M., 1967, **The Media is the Massage**, Bahim Book, London

Montgomery, J., 1995, "The Story of Temple Bar: creating Dublin's cultural quarter", **Planning, Practice and Research**, 10, (2), pp. 135-173

Montgomery, J., 1995 "Urban Vitality and Culture of Cities", **Planning Practice and Research**, 10, (2), pp. 101-109

Morrison, P., e Mc Murray, S., 1999, "The Inner City Apartment versus suburbs: Housing sub markets in New Zealand", **Urban studies**, 36, (2), pp. 375- 397

Pfeil, F., 1990, **Another Tale to Tell, Politics and Narrative in Post Modern Culture**, Verso London

Poon, A., 1993, **Tourism, Technology and Competitive Strategies**, CAB International, Oxon

Prentice, R., 1992, **Tourism and Heritage Attractions**, Routledge, London

Prentice R., Light, D., 1994, "Current Issues in Interpretative provision at heritage sites", in Seaton, A., Jenkins, C., Wood, R., Dieke, P., Benent, M., MacLellan, L., e Smith, R., **Tourism The State of the Art**, Wiley, New York, pp.204-221

Prohaska, S., 1995, "Trends in Cultural Heritage Tourism", Conlin, M., e Baum, T., (ed), **Island Tourism management Principles and Practice**, Wiley, New York, pp. 33-52

Richards, G., 1996, "Production and Consumption of the European Cultural Tourism", in. Wall, G., e Nurryanti, W., **Heritage and Tourism, Annals of Tourism Research**, (Special Issue), 23, (2) pp.261-284

Richards, G., 2001, "The Market for Cultural Attractions", Richards, G., **Cultural Attractions and and European Tourism**, CABI Publishing, Oxon

- Richards, G., Goedhart, S., e Herrijgers, C., 2001, "The Distribution System", Richards, G., **Cultural Attractions and European Tourism**, CABI Publishing, Oxon
- Rodrigues, W., 1999, "Globalização e gentrificação. Teoria e empiria", **Sociologia - Problemas e Práticas**, 29, pp. 95-125
- Schnell, I., Graicer, I., 1993, "Causes of In-migration to Tel Aviv Inner City", **Urban Studies**, 30, (7), 1187-1207
- Scott, A., 1997, "The cultural economy of cities", **The International Journal of Urban and Regional Research**, 21, (2), pp. 323-339
- Scott, A., 2000, "The Cultural Economy of Paris", **International Journal of Urban and Regional Research**, 24, (3), pp. 567-582
- Scott, A., 2000, **The Cultural Economy of Cities, Essays on the Geography of Image-Producing Industries**, Sage, London
- Smith, N., 1986, "Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space", in Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, (Allen & Unwin, Winchester, Mass
- Smith, N., e Defilipis, J., 1999, "The Reassertion of Economics: 1990's Gentrification in Lower East Side", **International Journal of Urban and Regional Research**, 23, (4), pp.638-653
- Sulkumen, P., 1992, **The New Middle Class**, Avebury, Ashgate
- Swartz, D., 1997, **Culture and Power. The Sociology of Bourdieu**, The University of Chicago Press, Chicago

UNESCO, 2001, **Report By the Director General on the Progress of the UNESCO Draft Preparation on Cultural diversity – Outline of a declaration on Cultural Diversity**, 161 EX/12, UNESCO, Paris

Urfalino, P., (1996), **L'invention de la Politique Culturelle**, Comité d'Histoire do Ministère de la Culture, La documentation Française, Paris

Urry, 1997, "Cultural Change and the seaside resort", in Shaw, G., e Williams, A., **The Rise and Fall of the British Coastal Resorts. Cultural and Economic Perspectives**, Mansell, London

Varady, D., 1994, "Middle-income Housing Programmes in American Cities", **Urban Studies**, 31, (8), pp. 1345-1366

Vattimo, G., s.d, **As aventuras da diferença**, Edições 70, Lisboa, 1ª edição italiana 1980;

Vattimo, G., 1985, **La fine della modernità**, Aldo Garzanti Editore, Milan

Williams, P., 1986, "Class Constitution through spatial reconstruction. A re-evaluation of gentrification in Australia, Britain and the United States", in Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, Allen & Unwin, Winchester Mass

Wynne, D ., 1992, (ed) **The Culture Industry**, Avebury, Aldershot

Wynne, D. e O'Connor, J., 1998, "Consumption and The Postmodern City," **Urban Studies**, 35, (5-6), pp. 844-864

Zilhão, A., Nogueira, C., Duarte, I., 1985, "Bairro Alto: contribuição para o estudo de uma comunidade em transformação", **Sociedade e Território**, 2, pp. 14-29

Zukin, S., 1989, **Loft Living. Culture and Capital in urban Change**, Rutgers University, New Jersey, 1º edição em língua inglesa 1982

Zukin, 1996, "Space and Symbols in an Age of Decline", in King, A., (editor) **Re-Presenting the City, Ethnicity, Capital and Culture in the 21st Century Metropolis**, MacMillan, London,

Zukin, S., 1998, "Urban Lifestyles. Diversity and Standardization in Urban Spaces of Consummation", **Urban Studies**, 35, (5-6), pp. 825-839

Zukin, S., 1998, **The Culture of the Cities**, Blackwell, Oxford, 1^a edição 1995

**RELAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES DE
QUE NÃO FORAM APRESENTADOS
TEXTOS ESCRITOS**

ESTRATEGIAS URBANAS EN CONJUNTOS PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD: EL CASO EXTREMEÑO

Francisco Javier Pizarro Gómez
(Universidad de Extremadura)

Resumo

La declaración por la UNESCO de Patrimonio de la Humanidad a conjuntos urbanos vivos ha generado en éstos dinámicas culturales, económicas y sociales que responden a maneras impulsivas de apreciar y valorar el patrimonio histórico por parte de la administración y los administrados. La orfandaz de la inclusión del conjunto en la lista del Patrimonio Mundial y la imposibilidad de que la UNESCO pueda hacer algo más por lo que declara que vigilar que su estado de conservación no se degrade, ha obligado a los responsables directos e indirectos de la ciudad a procurar tanto fondos y medios como criterios y estrategias que possibilitem la mejor conservación del patrimonio histórico declarado. La indefinición filosófica mundial sobre el criterio de intervención más adecuado en estos casos ha procurado una libertad de acción no siempre bien aplicada.

Es nuestra intención en esta ponencia analizar las políticas que se han efectuado en Extremadura en los tres enclaves Patrimonio de la Humanidad. Esto es, Cáceres, Guadalupe y Mérida, cada uno de ellos con una casuística diferente y, por tanto, conocedoras de unas estrategias patrimoniales distintas. Después de analizar los casos de Guadalupe y Mérida, dedicaremos especial atención al casco histórico de la ciudad de Cáceres, revisando las actuaciones efectuadas antes y después de la declaración de Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO en 1986. La "puesta en valor" del arquitecto González Valcárcel en los años sesenta y las últimas y polémicas operaciones llevadas a cabo en el casco histórico cacereño, serán algunos de los aspectos fundamentales en los que nos detendremos.

A EXPERIÊNCIA DE RECUPERAÇÃO EM MONSARAZ.
OBSTÁCULOS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Ana Paula Ramalho Amendoeira
(Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz)

A DESERTIFICAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS

Telmo Daniel Faria
(Câmara Municipal de Óbidos)

Resumo

Óbidos é uma realidade orgânica cujo crescimento se consegue observar de forma inequívoca.

Com vestígios de uma presença pré-histórica, o outeiro de Óbidos era o ponto fundamental de uma estrutura defensiva e de controlo da primitiva barra navegável da Lagoa.

Com a romanização, as estruturas urbanas centraram-se no sopé desta crista rochosa, facilitando, desta forma, a acessibilidade imediata de produtos e uma comunicação rápida e eficaz através da bacia hidrográfica da Lagoa de Óbidos e do Rio Arnóia. Ainda durante o período romano, que se estendeu por cerca de 500 anos, crê-se terem sido construídas duas torres, aos extremos desta crista, servindo de facho indicador da entrada de embarcações.

Com a queda do Império Romano a sociedade autóctone regressa a uma posição muito mais defensiva, recolhendo-se no topo do monte e reorganizando a sua vivência. É um período pouco claro, sucedido directamente pela ocupação árabe em 711.

É sob o domínio islâmico que Óbidos começa a adquirir a sua feição actual, com o desenvolvimento da estrutura do castelo (alcaidaria) e da medina, base estruturante do urbanismo de Óbidos.

Em 1148 a Vila de Óbidos é tomada pelas hostes de Afonso Henriques, desenvolvendo a zona residencial e ampliando extensamente as muralhas, sendo as mesmas concluídas, na extensão actual, cerca de 1380.

A era de ouro de Óbidos é, assim, essencialmente medieval, mantendo-se a sua natureza e morfologia urbana como uma forte marca identitária, raras vezes intervencionada, e apenas por necessidades prementes, como aquelas que sucederam aos grandes terramotos do séc. XVI e em 1755, acrescentando à Vila uma feição renascentista e barroca.

I FORUM MARVÃO

Na contemporaneidade, a Vila de Óbidos constitui uma realidade patrimonial da maior importância para o país, sendo classificada Zona Especial de Protecção (DG 219 de 18 de Setembro de 1948) e Monumento Nacional (Dec. N.º 38147 de 5 de Janeiro de 1951).

Dado o alto valor cultural e homogeneidade do conjunto urbano, bem como a vivência das tradições populares tradicionais e dos meios de subsistência muito ligados às práticas agrícolas, pesca e de recolção de moluscos; Óbidos revela uma evolução sem roturas e à escala humana, sendo sustentável todo o esforço de desenvolvimento do concelho e da localidade a partir do conceito de defesa e promoção do Património Cultural e Natural, nunca esquecendo o equilíbrio e as reais necessidades da população.

Essas necessidades consubstanciam a nossa contemporaneidade, numa sucessão de confrontos entre os legados da história e as exigências de maior conforto e comodidade.

Aspectos históricos, sociais, económicos e de uma nova cultura urbana contribuíram e contribuem para uma determinada fragilização das vertentes da urbanidade necessárias aos centros históricos.

CONCLUSÕES



CONCLUSÕES

Virgolino Ferreira Jorge

(Universidade de Évora)

A Comissão Organizadora do *1º Forum de Marvão* entendeu oportuno este desafio como meio de aprofundamento e de compreensão das principais questões ligadas ao património, ao turismo e ao despovoamento e/ou descaracterização dos centros históricos, enraizando-as no confronto com os padrões éticos e culturais da sociedade hodierna. Foi neste espírito que decorreram os nossos trabalhos, num intercâmbio de ideias desejável e absolutamente necessário para quem tem responsabilidades nestes domínios de actuação.

A escolha dos oradores permitiu-nos garantir a imparcialidade das discussões e dos problemas diagnosticados e a oposição ao dogmatismo. Com o seu conhecimento e experiência pessoal, eles deram-nos, no essencial das suas lições sobre os casos apresentados, ensinamentos e impulsos importantes que suportaram a riqueza dos debates.

Julgo poder afirmar que este *Forum* constituiu um frutuoso evento cultural, que abriu perspectivas de diálogo e alcançou plenamente os seus objectivos. A forte adesão de participantes testemunha o interesse do tema e da iniciativa e alimenta-nos o desejo, cada vez maior, de intensificar as nossas acções.

O carácter e a qualidade dos serviços que asseguram a tutela do património cultural e dos que acautelam a gestão do turismo urbano são fortemente tributários do despovoamento e/ou descaracterização dos centros históricos. Logo, uma boa planificação desses órgãos, num quadro de princípios bem definidos, faz parte integrante de uma política cultural dinâmica e inovadora e deve considerar-se um investimento orientado para o futuro. Esta evolução decorre não só de uma mudança de geração mas também de uma alteração do modo de conceber a salvaguarda e a valorização dos nossos aglomerados

históricos. Trata-se de um acto de consciência histórica que não admite improvisações e exige a integração dessa dimensão cultural no seu processo de planificação, face às exigências actuais e futuras.

Este *Forum* permitiu-nos reflectir, com a profundidade possível, até que limites e em que medida os valores tradicionais do património histórico são questionados pela sociedade actual, que vive sem mitos e sem consensos e é cada vez mais regida pela globalização da economia. Todos sabemos, infelizmente, que quando os recursos são limitados e as prioridades têm que ser hierarquizadas, é justamente o domínio da salvaguarda do património a primeira área da cultura a sofrer dessas restrições orçamentais; daí, que a intervenção das instituições da tutela se faça a título quase ou simplesmente subsidiário.

Sem ilusões, mas com muita expectativa partilhada, anseio que este *Forum* constitua mais um passo importante no assumir colectivo de novos paradigmas conceptuais e na consecução dos pressupostos daqui emanados.

Como corolário da nossa reflexão sobre as questões debatidas, sintetizo algumas das ideias-força mais dominantes as quais, pelo seu alcance e importância, julgo poderem constituir recomendações ou conclusões deste *Forum*, a saber:

1. as soluções adequadas aos problemas referentes ao património, ao turismo e ao despovoamento e/ou descaracterização dos centros históricos só podem resultar de uma colaboração institucional eficaz e pluridisciplinar;
2. os diferentes organismos da tutela do património histórico-cultural e do sector do turismo necessitam de um impulso vigoroso e de aprender a dialogar, sem que se produza uma diluição das suas especificidades;
3. é imperioso investir mais e melhor na sensibilização da opinião pública para os problemas que afectam o mau uso dos edificios e monumentos e a salvaguarda dos centros históricos. Com efeito, essas questões devem-se,

em muito, ao desenvolvimento puramente comercial de um turismo de massa com públicos pouco integrados e mal preparados;

4. o esforço colectivo de consciencialização pelos valores histórico-tradicionais não deve, de modo algum, confundir-se ou ser entendido como a mumificação da arquitectura e dos centros históricos e com a rejeição ou secundarização do património contemporâneo, também ele um bem sociocultural das gerações futuras;
5. o acelerado desenvolvimento económico e técnico da sociedade, crescentemente regida pelo utilitarismo, impõe novas exigências à salvaguarda exemplar e valorização dos seus bens patrimoniais. Estas reclamam dos seus conservadores e gestores determinados virtuosismos e competências morais-cognitivas acrescidas, como a ética profissional, o respeito pelos diferentes valores de génese e um grande espírito inovador, face à matizada complexidade dos problemas das construções actuais em ambientes históricos;
6. o incremento do turismo urbano e a crescente mobilidade das populações reclamam uma oferta de serviços, de actividades e de equipamentos de suporte, com oportunidades de emprego local estável, que não se compadece com os problemas decorrentes de infra-estruturas técnicas deficientes, sobretudo nas pequenas vilas e cidades históricas, os quais geram conflitos frequentes e penalizam, acrescidamente, os seus habitantes;
7. o património cultural como produto turístico só se justifica se o desenvolvimento do turismo, enquanto factor económico, criar oportunidades vantajosas para a preservação e acréscimo qualitativo desses bens patrimoniais, para a revitalização dos sítios históricos e para o bem-estar habitacional das populações, constituindo, deste modo, também um factor cultural;

I FORUM MARVÃO

8. os organismos de cooperação e assistência nacional e internacional devem ajudar a histórica vila de Marvão a desenvolver estratégias de turismo cultural sustentável e atractivo. Estas operações deverão garantir, simultaneamente, a salvaguarda única, genuína e identitária do seu aglomerado urbano e envolvente natural, o respeito pelas características históricas e naturais do sítio e a manutenção e qualidade de vida dos seus moradores.

ANEXO

100

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

Adelaide Teixeira
Adolfo Chautón Pérez
Albano Silva
Alexandra Gesta
Alexandra Gisbert Sequeira
Américo Nunes Peres
Ana Dimas
Ana Inácio
Ana Luísa de Oliveira Marques
Ana Luísa Ferreira Monteiro
Ana Maria Ferreira
Ana Maria Parreira da Silva
Ana Maria Santos
Ana Paula Amendoeira
Ana Ramos
António Ceia da Silva
António Efe Pereira
Antonio Jiménez Manzano
António José Realinho
António Machado
António Ventura
Antonio-J. Campesino Fernández
Cândido Baltista
Carla Maria Sequeira Calado Sequeira
Carlos Melancia
Carmén Domínguez
Catarina Bucho
Catarina Dias
Cátia Ferreira
Celeste Ceboleiro
Célia Susana da Silva Ribeiro

I FORUM MARVÃO

Clara Vasconcelos
Cláudia Pereira
Cristiana Sousa
Cristóvão Crespo
Daniela Ferreira
Dina Moreno
Domingos Bucho
Dulce Cuco
Eduardo Basso
Elsa Caeiro
Elsa David Coelho
Emilia Mourato da Silva
Ermelinda Dias Martins
Esmeralda Rato
Esther Pulido Carrasco
Eva Milheiro
Felicidade Tavares
Fernanda Rocha
Fernando José Machado Gomes
Filipe Palma
Filipe Vilas Boas
Filomena Morgado
Francisca Neto
Francisco Javier Pizarro Gómez
Francisco Rosado
Gorete Caiado Bravo
Graça Carvalho
Heitor Patrão
Inês Fonseca
Jaime da Conceição Cordas Estorninho
Joana Andrade
Joana Gadella Barradas
João José de Carvalho Taveira Pinto

I FORUM MARVÃO

João Manuel Lança
João Mendes
João Paulo Duque Löbe Guimarães
João Simões
João Sousa Lino
Joaquim Barbas
Joaquim Canário
Joaquim Carvalho
Joaquim Diogo Simão
Joaquim José Lourenço da Silva
Joice Bahia de Oliveira Worm
Jorge Claro
Jorge Gaspar
Jorge Humberto Pacheco dos Santos
Jorge Manuel Choças Bandeiras
José Bravo Nico
José Caldeira Martins
José Fernando Correia Gomes Esteves
José Fidalgo da Rosa Gaspar
José Filipe Cardoso Ramalho
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel Catarino
José Manuel Pagés Madrigal
José María Muñoz Godoy
José Miguel Rosa
José Onofre
José Paulo Ribeiro de Castro
Leonor Beleza
Lucília Miguéns
Luís Boavida-Portugal
Luís Manuel Madeira Pargana
Luís Martins
Luísa Assis

I FORUM MARVÃO

Luísa Silva
Manolo Moreno
Manuel Carrilho Bugalho
Manuel José Marques Ribeiro de Faria
Manuel Ventura da Costa Andrade
Maria Angelina Xavier
Maria Antónia Moisés Durão
Maria de Fátima Grilo Velez
Maria do Carmo Alexandre
Maria Eduarda Sousa Dias Afonso
Maria Gabriela Esteves Pereira Correia
Maria Isabel Gonçalves
Maria Judite Carvalho Ribeiro Seabra
Maria Lourdes Campos
Maria Madalena Tavares
Maria Manuela Freitas de Oliveira
Maria Marcelina Gomes
Maria Soledade Pires
Maria Teresa Cid
Marta Benedito
Miguel Ángel Melón Jiménez
Miguel Angel Troitiño Vinuesa
Miguel José Sardica Garcia de Castro
Mónica Pais
Mota Figueira
Nuno Gonçalo da Silva Rodrigues
Nuno Oliveira
Nuno Santos Pinheiro
Nuno Teotónio Pereira
Orlanda de Lurdes Viamonte Póvoa
Paula Bento
Paulo Mota
Rosana Carballo

I FORUM MARVÃO

Rui Vasco Brasão Antunes
Sandra Miguel
Sérgio Laranjo
Sérgio Pereira
Silvestre Mangerona
Susana Bicho
Susana Cristina Dionísio Machado
Susana Cunha
Suzana Isabel Madeira Cortes
Telmo Faria
Teresa Castro
Teresa Fonseca
Vasco Manuel Câmara Pestana
Victor Frutuoso
Victor Manuel Barão Martelo
Virgolino Ferreira Jorge
Xulio Pardellas de Blas

